

NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/99 ■ JANEIRO/2000 Nº55 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

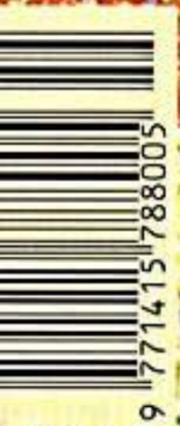
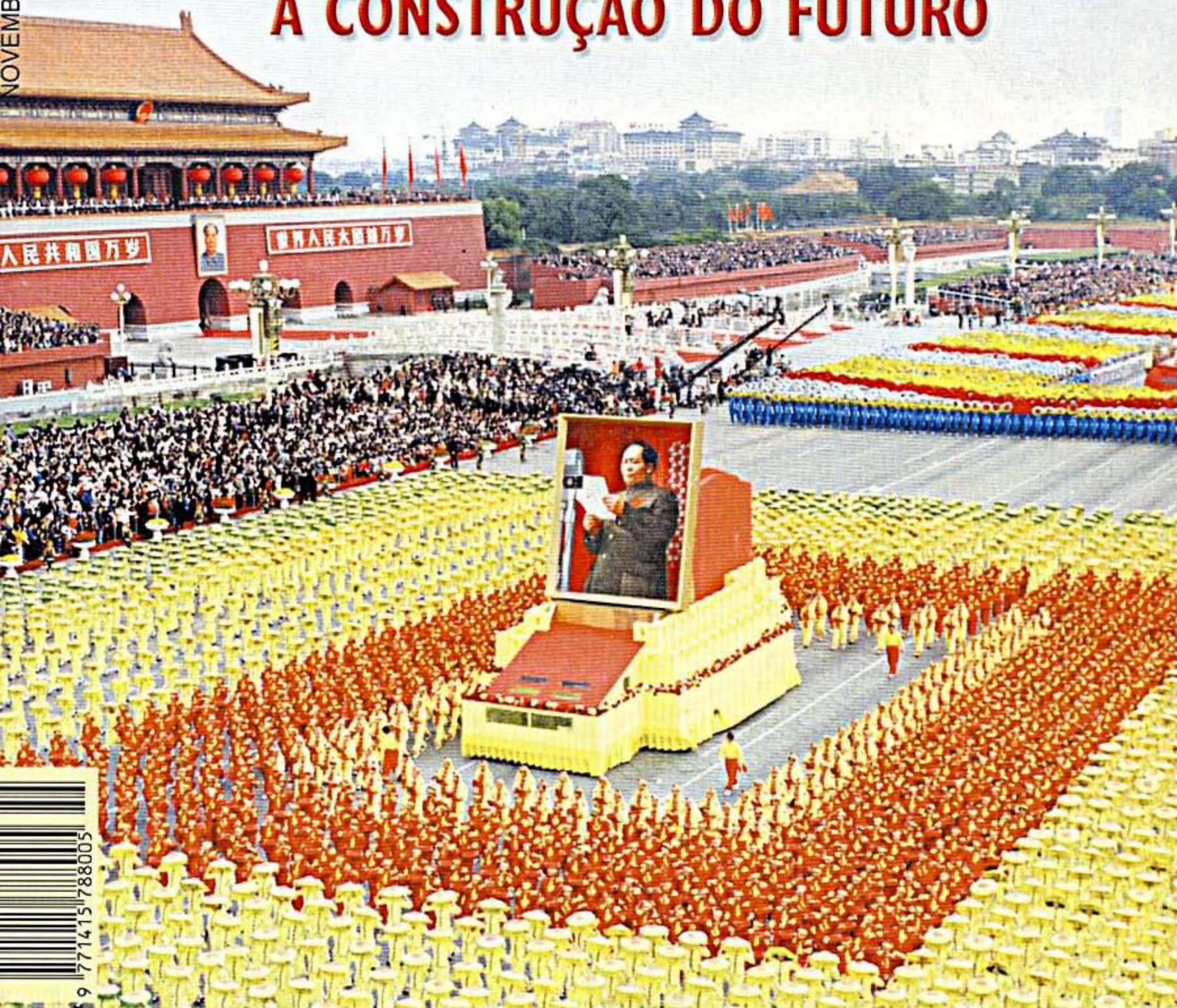
A DESCOBERTA DO
BRASIL PELO
MARXISMO

500

50 ANOS DE REVOLUÇÃO SOCIALISTA

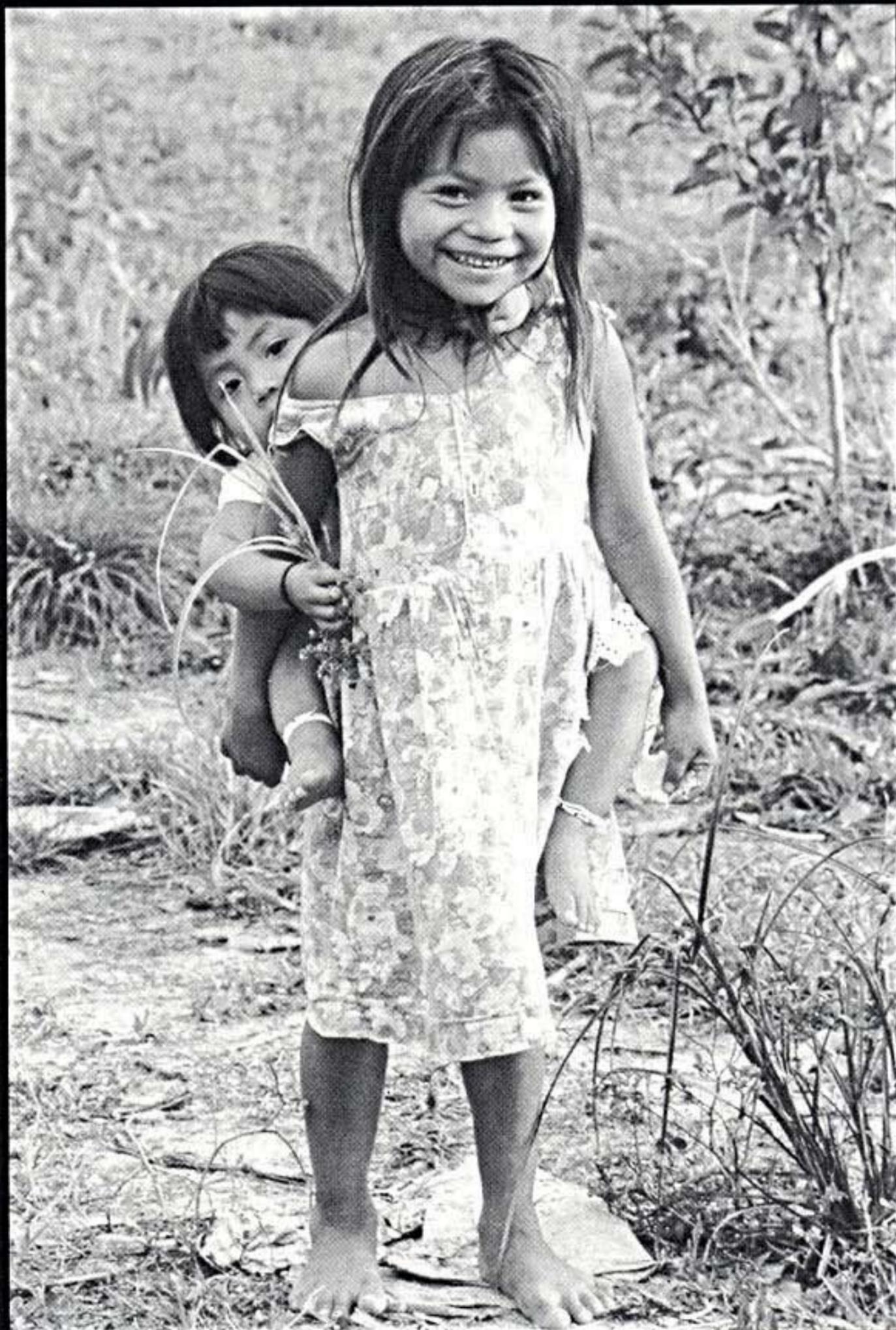
CHINA

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO



“É mais livre e maior
o rio da minha aldeia”

Fernando Pessoa



www.ac.gov.br



Pobreza e capitalismo

As elites descobriram a pobreza, que a oposição já conhecia. Do presidente do Congresso brasileiro, senador Antônio Carlos Magalhães, às agências internacionais como o Banco Mundial ou o FMI, formou-se um coro monocórdio – acompanhado com fanfarras pela imprensa da burguesia, com palavras há muito usadas para a denúncia dos males provocados pelo capitalismo.

Os números são fortes. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento expôs as mazelas que o programa neoliberal provocou.

A crueza desse balanço feito dez anos depois da transição capitalista no Leste europeu, por exemplo, não foi devidamente valorizada porque a imprensa do grande capital não quis comprometer a própria propaganda terrorista que faz contra qualquer alternativa de desenvolvimento que coloque em risco o capitalismo.

Quando se comemoram os 50 anos da Revolução Chinesa e sua luta para superar o atraso, ampliar a riqueza do país e construir um futuro socialista (tema de capa desta edição), é preciso insistir na tragédia descrita pelos números do relatório da ONU. Ao contrário do que ocorre na China, o revisionismo soviético representou o abandono da via socialista e o resultado é o caos e a miséria. Só na Rússia e na Ucrânia morreram 9,7 milhões de pessoas. Quando a calúnia burguesa acusa os antigos regimes socialistas de mortíferos (recentemente, um relatório propagandístico divulgado na França, o *Livro negro do comunismo*, falsificou as estatísticas para alcançar uma cifra absurda de mortos), é preciso refletir sobre o significado destes 9,7 milhões de vítimas da volta ao capitalismo que, em dez anos de desenvolvimento ‘pacífico’, matou quase a metade dos 22 milhões que o invasor nazista exterminou na URSS em plena II Guerra Mundial.

A opressão capitalista se traduz em aumento da pobreza também nos Estados Unidos. O relatório *Fome 97: os fatos e as faces*, da Second Harvest, a principal organização norte-americana de ajuda alimentar aos pobres, mostra que, no ano da pesquisa (1997), 26 milhões de norte-americanos (cerca de 1 em cada 10 americanos) dependeram pelo menos uma vez de ajuda para se alimentar. Outra pesquisa, feita pelo Banco de Alimentos de Boston, mostra que, em 1997, uma em cada três famílias norte-americanas teve de escolher entre comprar comida ou pagar o aluguel ou a prestação da casa! Isso na pátria do capitalismo, no país mais rico jamais criado pela história humana.

No Brasil, cerca de 1,5 milhão de ricos (400 mil famílias) tem mais da metade da riqueza privada do país (1,1 trilhão de dólares, num volume de 2 trilhões de dólares). Essas famílias têm, em média, uma renda anual de 450 mil dólares e uma riqueza familiar de 2,7 milhões. O resto da população brasileira – formada por 159 milhões de pessoas, ou 39,5 milhões de famílias – fica com o que sobra, com uma renda média anual de 16 mil dólares, e uma riqueza média de 25 mil. Isso significa que os ricos têm 25 vezes mais renda e 110 vezes mais riqueza que os pobres.*

O debate sobre a pobreza está mal colocado. Discutem-se formas para acabar com ela, quando o verdadeiro tema é outro: **é possível acabar com a pobreza sob o capitalismo?** Não. O crescimento da pobreza faz parte da natureza do sistema capitalista. A concentração de riquezas num pólo e de pobreza noutra é seu traço característico, já apontado por Marx há mais de 100 anos. O capitalismo faz crescer a riqueza, reproduz o capital e, simultaneamente, aumenta o número de trabalhadores “cuja miséria está na razão inversa a seus tormentos no trabalho”, diz em *O Capital*.

Comissão Editorial

* Os dados são do artigo “Números da desigualdade e pobreza no Brasil”, de José Carlos Pereira Peliano, em www.oficinainforma.com.br

Brasil

Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho

O texto do manifesto que lança o movimento para o Brasil mudar de rumo.

Aziz Ab'Saber, João Amazonas, Luís Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Itamar Franco, Oscar Niemeyer, Olívio Dutra,...

pag. 6



Manifestação dos 100 mil em Brasília, agosto de 1999



Chou Enlai e Mao Tsetung nos anos 30

Foto: Owen Lattimore

Internacional

Cinqüentenário da Revolução Chinesa realça controvérsias

Os 50 anos da Proclamação da República Popular da China e os temores dos EUA.

Haroldo Lima

pag. 14

Especial

As perspectivas da Humanidade na viragem do milênio

Os desafios atuais e futuros.

Miguel Urbano Rodrigues

pag. 22

Questão urbana

Reforma urbana e o Estatuto da Cidade

Histórico, elementos básicos e importância do Projeto de Lei 5.788/90, denominado Estatuto da Cidade.

Inácio Arruda e Luiz Carlos Antero

pag. 30

História do Brasil

Dez cenas da história do trabalho no Brasil

O povo brasileiro tem uma marca em seus 500 anos: o trabalho.

Bernardo Joffily

pag. 40

Os primeiros passos da interpretação marxista/ Visões da história (quarta parte)

A visão materialista de nossa história nasce influenciada pelo Partido Comunista e pela III Internacional.

José Carlos Ruy

pag. 46



Protesto dos desempregados da FORD

A Revolução Praieira

O movimento libertário de 1848 em Pernambuco.

Manuel Correia de Andrade

pag. 54

Ciência

Covardia e desenvolvimento dependente

O Governo de FHC destrói a pesquisa científica.

Rogério Cezar de Cerqueira Leite

pag. 61

Cultura

Idioma e soberania

O projeto de lei no Congresso para valorizar a língua portuguesa.

Aldo Rebelo

pag. 63

A lírica impertinente de Manoel de Barros

Um poeta ligado à terra.

Goiandira Ortiz de Camargo

pag. 68

Ferreira Gullar: cinquenta anos criando poesia

Após 12 anos de silêncio, ele lança novo livro.

Adalberto Monteiro

pag. 76

Resenha

Nômades e sedentários na Ásia Central; por Lejeune Mato Grosso X. de Carvalho

A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia; por Diorge Konrad

A formação profissional negociada – França e Brasil, anos 90; por Altamiro Borges

A universidade interrompida – Brasília 1964-1965; por Olival Freire Jr.

pag. 79

Registro

Uma ferramenta contra o neoliberalismo

pag. 82



Bernardo, personagem poética de Manoel de Barros

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr.

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoreção Eletrônica: Paper & Publisher - Produções Gráficas Ltda.

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312**

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barbra, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel de Góes, 442 - Vila Mazzer (em frente a Madeirense); ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins Ij. 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS); CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226; FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181; GOIÂNIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhangüera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonelax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonelax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonelax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodiler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonelax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo António dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

Em defesa do Brasil, da democracia e do

O manifesto das lideranças da oposição pode ser a base de um amplo movimento cívico em defesa da pátria



A manifestação dos 100 mil, em Brasília. 26/08/99

JOÃO AMAZONAS, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA,
MIGUEL ARRAES, LEONEL BRIZOLA,
JOSÉ DIRCEU, ITAMAR FRANCO,
OSCAR NIEMEYER, OLÍVIO DUTRA,
AZIZ AB'SABER, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO,
EROS GRAU...

trabalho



O manifesto é amplo e representativo para fortalecer e ampliar a Frente Democrática e Popular, composta por cinco partidos (PCdoB, PT, PDT, PSB e PCB). O objetivo é construir um movimento dos setores organizados da sociedade civil brasileira, e não só pelos partidos políticos.

O primeiro passo para se atingir esse objetivo foi a discussão no Conselho da Frente, que representa diversos setores do país – intelectuais, professores, juristas, religiosos, artistas, cientistas, personalidades de setores profissionais... O Conselho construiu e elaborou uma primeira versão do manifesto, caracterizando-o como documento de amplas forças sociais.

O eixo central do documento envolve bandeiras que sintetizam hoje o grande anseio popular por mudança: a **soberania** do país; o problema da **democracia** – que está sendo mutilada com a própria negação da linha geral da Constituição brasileira para a aplicação do projeto neoliberal –; e os direitos dos trabalhadores e direitos sociais, já liquidados em grande parte e que se resumem na questão do **trabalho** – a conquista de um posto de trabalho passou a ser o problema-chave para a maioria dos brasileiros.

Numa situação como a que vivemos, e com estas propostas, os partidos da Frente Democrática e Popular debateram várias versões. Foram quase três meses de discussões que resultaram no atual documento, cujo título é *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*.

O manifesto está constituído de duas grandes partes. A primeira faz a análise atual da sociedade brasileira sob a aplicação do projeto neoliberal e a compara com sua própria evolução, mostrando que há crescente regresso e retrocesso em termos políticos, sociais e econômicos. Constata, do ponto de vista econômico, que a atual é uma sociedade mais vulnerável e dependente do capital estrangeiro e que sofremos, hoje, uma crise multilateral inédita e em agravamento. Faz, assim, uma denúncia muito viva e vigorosa desta situação de dependência, de restrições democráticas, de dramaticidade social que o país e seu povo passaram a viver: “...foram-nos impostas a desestruturação do Estado e a privatização como condições de ‘modernidade’. Assim foi desorganizada e desnacionalizada a infra-estrutura de



Dirigentes comunistas entregam 405mil assinaturas contra FHC

nosso país, concentrada em monopólios e oligopólios privados.”

A segunda parte é uma plataforma que afirma idéias centrais e propõe um novo caminho, distinto deste seguido pelo governo FHC. Propõe um novo governo em sua substituição e, portanto, uma política que leve em conta as questões fundamentais necessárias a um novo rumo. Traz no centro três grandes bandeiras: a reconquista da soberania do país, o desenvolvimento da democracia e a retomada e ampliação dos direitos sociais. Isso representa uma nova forma de conduzir o Brasil, com a retomada do desenvolvimento nacional, a democratização de toda vida da nação e programas de emergência para se enfrentar a difícil realidade social do povo.

É um documento inicial para lançar um movimento nacional e, com base nele, – que é uma espécie de programa-manifesto –, se multiplicarão outros documentos mais simples para uma divulgação ampla a todos os brasileiros. Ele não pretende lançar simplesmente algumas idéias, fazer apenas denúncia ou propor uma plataforma. O manifesto está propondo, fundamentalmente, a fundação de um **movimento** em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. O documento marca a pedra fundamental desse movimento e expressa sua fisionomia. É sua plataforma: “Por isso, e para assegurar a democracia, os que assinam este manifesto o fazem por uma opção ética em defesa do povo e do futuro do país, propõem a criação de um Movimento

Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho para a construção de um governo de feição democrática e popular capaz de assegurar um rumo progressista para o país e recuperar a confiança do povo em seu destino.”

Seu lançamento, em ato nacional com a presença de todos os representantes dos setores político, cultural, profissional, e envolvendo todos os que o assinam, marca o descortinar de mobilizações em todo país. A partir daí se pretende organizar atos de lançamento nos estados, com a presença de personalidades locais que assinarão o manifesto. Com isso, passará a ter grande número de assinantes, galvanizando mais apoio. É importante ressaltar esse caráter de conclamação, chamando à adesão e ampliação, estimulando seu desdobramento em todos os recantos do país.

Procura-se orientar o povo a participar e se organizar. O objetivo é fazer crescer esse movimento amplo, formando comitês de base em locais de estudo, moradia e trabalho – em defesa das idéias fundamentadas consolidadas. O documento termina, então, conclamando o povo que está contra a política do governo a se unir para fazer frente à atual situação para que possamos abrir um novo caminho para o Brasil: “A situação é emergencial. Ou o povo brasileiro toma em suas mãos o destino do país e promove uma mudança de rumo, ou a nossa pátria estará condenada à violação ainda mais brutal...”

Renato Rabelo

“Brasileiros!

Estamos completando 500 anos de jornada na História. Como todos os povos, tivemos as virtudes do trabalho e do altruísmo, e os pecados da opressão, do egoísmo e da violência contra os fracos. Mas prevaleceram, na construção do nosso povo, a solidariedade e o orgulho de pertencer a uma mesma Pátria.

A Nação foi edificada com o heroísmo, o martírio, o trabalho e o sacrifício anônimo de homens e mulheres do povo. Marchando contra o desconhecido, levantamos milhares de povoações e preservamos identidade comum que nenhuma outra nação contemporânea obteve em tão pouco tempo e em território tão extenso quanto o nosso.

Falamos a mesma língua, guardamos as mesmas tradições, acreditamos que o destino do homem seja construir sua felicidade, e, de forma quase universal, acreditamos no Estado democrático de direito como instância suprema da sociedade.

Derrotamos o autoritarismo, restauramos, com o povo nas ruas, o sistema democrático e estávamos no limiar da construção de uma sociedade democrática e menos injusta, quando começamos a perder o ímpeto de grandeza e a força da esperança.

Nos últimos anos, com a adesão de parcela significativa das elites brasileiras ao engodo de um mundo sem fronteiras e sem Estados, iniciou-se a destruição da nacionalidade, e a expectativa de riqueza transformou-se no espectro do desemprego e da pobreza rondando os lares de milhões de brasileiros.

A Nação foi submetida a extraordinária campanha de desestímulo que, operada a partir da Presidência da República, visava a impor ao nosso povo a descrença em sua capacidade de edificar seu próprio destino. Tínhamos de esquecer a epopéia dos que construíram este país e nos integrar, com a renúncia à nossa soberania, na nova ordem do mundo: a ordem da pobreza, a ordem 'globalizada' da guerra, da 'competitividade' desigual, do desemprego, do endividamento das nações, da insegurança coletiva, da recessão, da violência.

Para isso era necessário renunciarmos ao direito de construir uma nação rica e justa para seu povo, porque o destino dos países pobres era mesmo assim permanecer.

Assim, foram-nos impostas a desestruturação do Estado e a privatização como condições de 'modernidade'. Assim foi desorganizada e desnacionalizada a infra-estrutura de nosso País, concentrada em monopólios e oligopólios privados. A promessa de uma nova potência industrial transformou-se em maior empobrecimento.

Tudo com a complacência e a submissão de nossas elites.

Essas reformas, políticas e econômicas, foram impostas ao Brasil e ao continente pelo Fundo Monetário Internacional e delas resultou - reconhecem hoje até mesmo a ONU e o Banco Mundial - o aumento do desemprego e da desigualdade social. Nossos países estão mais pobres e mais dependentes, nossas

sociedades mais injustas e desiguais e maior é a distância - econômica, científica, tecnológica - que nos separa dos países desenvolvidos.

Uma das últimas e mais graves ameaças à sobrevivência autônoma de nossos países é a Área de Livre Comércio das Américas-ALCA, imposta pelos Estados Unidos ao continente, e à qual o Brasil poderá aderir até 2005, se forem mantidos os compromissos assumidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A ALCA, uma vez efetivada, incorporará ao território dos Estados Unidos (88% do PIB da região) os territórios dos 33 países das Américas (12% do PIB), absorvendo, com os territórios, a economia, a política, a autonomia, a independência e a cultura de nossos países, que também terão renunciado ao direito à soberania e à história própria.

O dia-a-dia dos brasileiros assume ares de tragédia; as condições de vida da ampla maioria de nosso povo tornam-se degradantes, com o desemprego atingindo patamares insuportáveis.

A irresponsabilidade das elites, sua indiferença e passividade perante a miséria e a corrupção, geram o ceticismo, o desajuste social e alimentam a criminalidade e a violência. Sobre a tragédia do neoliberalismo sobrepõe-se a deterioração econômica, política e moral do País, traduzida na conduta do governo FHC.

O Presidente da República, isolado num Olimpo que se desconstitui, governa de costas para os anseios da nação, indiferente aos reclamos da sociedade.

Reiteradas denúncias da oposição anunciaram a farsa da estabilidade da moeda, a necessidade de mudanças no câmbio, a deterioração da nossa base produtiva, o desemprego crescente e a submissão do país ao rentismo, à agiotagem e à especulação. De nada adiantou. O governo, ensimesmado, autoritário e arrogante, continuou na mesma rota antinacional e decidindo a liquidação do nosso futuro.

Até hoje não logramos construir uma Democracia como verdadeiro regime de presença e participação popular, voltado para representar e atender aos anseios e demandas da cidadania. Abalaram-se as esperanças democráticas que nutríamos com a Constituição de 1988. Ela tem sido quotidianamente ignorada, descumprida e ultrajada. Ao invés de Presidentes da República submetidos ao império da Constituição, temos chefes de Estado presidindo a reforma permanente da Constituição, visando a adaptá-la aos seus interesses mais imediatos e mesquinhos, e aos interesses dos grupos nacionais e internacionais que dão a tônica de seu governo.

O regime democrático vem sendo alvo de restrições e ameaças. O Executivo sobrepõe-se aos demais poderes, o direito de associação sindical e a liberdade partidária são colocados na alça de mira de um projeto que visa a reduzir a cidadania e os espaços da atividade política, para finalmente eliminar o pluralismo político, partidário e ideológico, sem o que não há





democracia representativa digna de honesta consideração.

À Educação e à Cultura, institucionalizadas, é reservado papel estratégico no projeto neoliberal, qual seja, atrelá-las aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho, fazendo com que as escolas formem seus alunos precipuamente para o mercado de trabalho, formando o 'cidadão-cliente'. Caberá ainda a esses dois instrumentos de produção e transmissão de conhecimento veicular, desde a infância, no ensino fundamental, as idéias e propostas que proclamam a excelência do livre mercado e do novo patamar da globalização neoliberal.

A saúde pública, sucateada, mostra-se incapaz de assegurar atendimento digno a milhões de cidadãos que vegetam pacientemente nas filas de espera. Os aposentados são tratados pelo governo como um lixo imprestável que só atrapalha o "ajuste". Milhões de crianças em todo o país passam fome, seja no vestibular da prostituição e da delinquência, no abandono das ruas, seja na sobre-exploração do trabalho que lhes rouba qualquer possibilidade de futuro. Os jovens perderam a esperança, e à velhice são negadas assistência e seguridade eficazes.

A exclusão social, agravada no governo FHC, é, porém, uma característica do modelo de desenvolvimento implantado pelas elites brasileiras, desde sempre subalternas, desvinculadas dos interesses da nação ou dos direitos de seu povo, com o qual jamais se identificaram. Ele apenas a agravou. Pois a sociedade brasileira foi construída sob as marcas de um profundo apartheid social, de uma renovada dependência externa e de uma brutal devastação do patrimônio natural. Desse projeto FHC é fiel servidor.

O Brasil conseguiu, com o esforço e o sacrifício de seu povo, altos níveis de desenvolvimento e uma industrialização que, acelerada a partir de 1930, chega até 1980. Mas, apesar das conquistas representadas pela Revolução de 1930 – marco no desenvolvimento político-social brasileiro e base do crescimento moderno –, nossas elites jamais cogitaram sobre reformar nossa estrutura social, fundada na exclusão das massas e na acumulação capitalista pelas minorias. Assim, nosso crescimento, a rápida e desordenada urbanização do País, sua participação, ainda que passiva, na revolução tecnológica mundial, deram-se com o aprofundamento dessas desigualdades, o aumento do número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza e a ampliação do fosso econômico e social entre as regiões, ameaçando a integridade federativa. Ou seja, os frutos da acumulação econômica foram apropriados numa proporção escandalosamente concentrada pelas elites brasileiras. Esse quadro de miséria foi agravado pelo regime militar em sua opção ideológica pelos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o golpe militar de 1964 representou a ruptura imposta pelo sistema a um regime que ensejava a emergência do movimento popular e se associava aos esforços da sociedade brasileira visando a reduzir a exclusão. Lamentavelmente, a luta contra a ditadura militar, afinal derrotada pelo povo nas ruas, e a conquista da normalidade institucional, não corresponderam a uma ruptura com os fatores da exclusão social, nem do domínio das classes dirigentes que serviram – e

foram servidas – do período autoritário para aumentar seu poder e sua riqueza.

Ao contrário, a exclusão persiste, e se agrava.

O resultado dessa política vem-se revelando particularmente perverso para os trabalhadores. O desemprego recorde atinge cerca de 20% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas. Desde 1995, o País perdeu milhões de empregos. Crescem a concentração de renda e a exclusão social, o subemprego, a precarização nas relações do trabalho e o número de pobres. Depois de tantos anos de experimento neoliberal, o Brasil ostenta índices obscenos de desigualdade social. Dos nossos 160 milhões de brasileiros cerca de 44% sobrevivem com menos de dois dólares de renda diária. Nada menos de 17% dessa população acima de 17 anos é analfabeta. Nossa força trabalhadora tem apenas pouco mais de três anos de estudos escolares, contra 12 anos na Ásia. Segundo dados do Banco Mundial, em nenhum outro país os 10% mais ricos são tão ricos. Eles ficam com 48% de toda a renda nacional!

Em 15 anos de aparente reconstrução democrática, regredimos. Se não sofremos mais a violência política da ditadura militar, nossa população vive apavorada, seja nas cidades, seja nas zonas rurais, acuada pelas balas de uma guerra civil não declarada. Vivemos um cotidiano de mortes construindo a banalização da violência. Testemunhamos, indignados mas impotentes, a massacres como os do Carandiru, Corumbiara, Eldorado de Carajás, Vidigal e Candelária perpetrados por agentes do Estado, os quais, na sua grande maioria, ainda permanecem impunes.

Não lutamos pela redemocratização para voltarmos a ser um País exportador de produtos primários baratos e importador de bugigangas industrializadas.

Não lutamos para eleger diretamente nossos presidentes para eles prosseguirem nas velhas políticas de entregar a nossa poupança interna e o dinheiro do contribuinte, na forma de incentivos fiscais e financiamentos públicos, a multinacionais que aqui vêm ocupar o nosso mercado.

É preciso retomar a luta, defender o Brasil, construir a democracia e valorizar o trabalho, não apenas como elemento fundamental das relações de produção, mas, igualmente, como valor ético fundador da civilização. As reformas iniciadas no governo Collor e levadas a cabo por FHC buscaram golpear o patrimônio público, os direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, dos aposentados e dos pobres. A reeleição, imposta ao Congresso a preço conhecido, ao arripio dos bons costumes políticos e da ética, violentando toda a experiência republicana, foi um golpe contra a democracia e caminho usado para assegurar o projeto conservador e neoliberal, que subordina os interesses nacionais aos ditames da nova ordem mundial liderada pelos Estados Unidos.

A serviço desse implacável sistema internacional de dominação, está em curso uma inaudita destruição de tudo o que, no Brasil,

propiciar as mínimas bases para formação de um mercado nacional integrado; principalmente as científicas, tecnológicas e industriais edificadas em mais de sessenta anos, tão necessárias à superação das nossas desigualdades e ao progresso do Povo brasileiro no próximo milênio.

O governo federal agride o que resta do pacto federativo, subordina os estados através de mecanismos da dívida, impõe às administrações estaduais e municipais sua própria política econômica, controla suas receitas e quer submetê-las às determinações de agências financeiras internacionais, pressionando seus governos a não reagirem contra o modelo econômico imposto de fora para dentro, de cima para baixo.

O chamado "ajuste econômico" nada mais é do que a fórmula do Consenso de Washington, monitorada e colocada em prática pelo FMI na lógica do projeto neoliberal, de mais mercado e menos Estado.

Os acordos firmados com o FMI são os mais lesivos que o País já assinou. Estabelecem metas cujo objetivo é gerar recursos para pagar uma dívida privada espúria e uma dívida pública injusta e impagável. Para isso, o governo FHC mantém a política de altas taxas de juros, provoca a recessão econômica, promove a abertura irresponsável e sem contrapartida de nossa economia diante da concorrência desigual com as grandes nações industrializadas e agrava nossa dependência ao capital especulativo externo. O preço dessa política antinacional tem sido o desmonte do parque produtivo nacional, o desemprego em larga escala, a desnacionalização da economia (empresas, bancos e a própria moeda), o abandono da produção agrícola, a transferência do patrimônio público e dos fundos de seguridade dos trabalhadores para negociatas privadas de centenas de milhões de dólares.

O predomínio da especulação financeira resulta em lucros fabulosos e concentração de riqueza, enquanto nós, o povo, milhões de brasileiros honestos e trabalhadores, arcamos com o peso de uma dívida pública de 500 bilhões de reais e uma dívida externa de 240 bilhões de dólares. Os mesmos acordos impõem ao Brasil a proibição de adotar qualquer mecanismo de defesa de nossa economia contra a competição internacional.

Uma boa parcela dos industriais brasileiros, afinal, protesta! O que esses empresários querem é o que a oposição vem defendendo sem ser ouvida pelo Governo: apoio ao capital produtivo e punição ao capital especulativo; mais e melhores empregos para todos; carga tributária não apenas justa mas posta a serviço do desenvolvimento social e humano do nosso País. Concordamos na visão de que o mercado interno é nosso maior recurso para fomentar a produção agrícola e o desenvolvimento da indústria brasileira. Mas a indústria há de concordar que o nosso mercado interno, através de uma ampla reforma agrária e uma melhor distribuição da renda, pode ser muito maior do que efetivamente o é. Sim, aceitamos a idéia de que o mercado interno deva servir de alavanca para a conquista do mercado externo, pela indústria brasileira. Mas a indústria há de concordar que os empregos gerados pelos

investimentos internos deva pagar aqui dentro salários dignos, num projeto permanente de expansão quantitativa e qualitativa dos recursos humanos brasileiros.

No governo FHC o Brasil vem renunciando à sua soberania e à sua autonomia.

É o Pentágono quem tenta definir o papel das nossas Forças Armadas. Como não há mais o pretexto da "ameaça soviética", promove um novo "inimigo interno", agora na figura do narcotráfico, estimulado pelo consumo norte-americano, impune. Procuram liquidar o papel das Forças Armadas como guardiãs da soberania nacional, sob o falso argumento de que a globalização elimina as fronteiras nacionais. Mas nossas fronteiras amazônicas começam a ser cercadas por crescente número de bases militares norte-americanas, já instaladas na Colômbia e no Peru.

Os Estados Unidos lideram a OTAN em sua política intervencionista. É inaceitável a proposta norte-americana de criação de uma força permanente de intervenção nos países da América Latina, utilizando hoje a Colômbia como alvo privilegiado desta política. Ressurgem as velhas ambições de grandes potências mundiais quanto à soberania sobre a Amazônia.

Como é notório, mas ainda na discrição das conversas de caserna e nos limites permitidos à disciplina e à hierarquia, os militares se revelam insatisfeitos com o papel que lhes tentam impingir.

Salvo honrosas exceções, os meios de comunicação de massa se esquecem dos episódios em que contribuíram para o fortalecimento da democracia e se prestam, hoje, ao papel de defensores incondicionais desse modelo, abdicando da vocação informativa e crítica que compete à imprensa. Discriminam a oposição e adotam o discurso único, unilateral, de defesa do governo e do sistema. O diálogo, o debate, o contraditório foram suprimidos. Os diversos veículos de nossa grande imprensa transmitem uma só voz, reproduzem um só pensamento. A voz do governo e o discurso monocórdico do neoliberalismo.

Esse quadro, por si grave para a nacionalidade, poderá ainda aprofundar-se se for aprovada uma Emenda Constitucional, atualmente tramitando no Congresso Nacional, com o apoio da grande imprensa, e que visa a permitir a participação do capital estrangeiro na propriedade, na organização e na gerência de meios de comunicação de massa.

A corrupção, fator de expropriação dos recursos gerados pelo trabalho dos brasileiros, é um elemento congênito da política de direita no Brasil, está presente em todos os níveis da administração pública e percorre todos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A corrupção que se evidencia em alguns processos de privatização – em escala de bilhões – é seguida de velhas e tradicionais práticas do superfaturamento, vendas fictícias, pagamentos por certificados, remuneração por aprovação de projetos de lei em quase todos os governos de estado, Prefeituras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores de todo o país. Nada justifica a presença de grandes e



pequenos corruptos no debate democrático. Até porque o vício ético torna ilegítimos o mandato eletivo e a representação popular. A prova de que retornamos à época de pilhagem e corrupção dos tempos coloniais está na história, afinal revelada, de como se operou a privatização da Telebrás. O Presidente mentiu à Nação quando afirmou não estar interferindo no processo licitatório. Todos os homens do Presidente mentem quando dizem que estavam estimulando a concorrência nos leilões. Mentem porque ficou claro estarem, de fato, favorecendo um grupo de interesses em detrimento de outro.

A corrupção é agravada pela impunidade e por um sistema judiciário lerdo e injusto, ao qual o pobre não tem acesso e o homem do povo não tem seus direitos protegidos.

O Brasil vem sendo governado por uma elite que desde sempre traiu o seu povo, e se colocou a serviço dos grandes grupos econômicos, nacionais, internacionais e nacionais associados aos interesses internacionais, dos quais nossas classes dirigentes foram sempre servidoras.

Nunca o presente e o futuro do Brasil estiveram tão ameaçados. Jamais sofreu a nossa soberania as humilhações que ora suportamos. Vivemos um momento crucial em nossa história. Ou os brasileiros dão um basta nesse processo de desconstituição da Nação, ou o próprio futuro de nosso país estará comprometido.

Decididamente, está na hora de reverter tudo isto!

Precisamos reconstruir nossa nacionalidade! Cumpre retomar os caminhos abertos pelos que lutaram – quase sempre com o risco da liberdade e muitas vezes com o risco da própria vida - por democracia e justiça social. Contra poderosos interesses de banqueiros, megacorporações transnacionais, oligarquias políticas, contra sobretudo os interesses do capital financeiro que controla a economia global, nós, o Povo Brasileiro, dizemos BASTA!

Pela luta democrática nos locais de trabalho e nos sindicatos, nas escolas e nas igrejas, pelo protesto nas ruas, pelos abaixo-assinados, pela pressão dos movimentos sociais sobre os poderes públicos e os meios de comunicação.

Será esse o primeiro passo para construirmos uma grande frente nacional, popular e democrática, que levantará o País em um clamor cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, para construir a democracia, acabar com a injustiça social e a dependência, unificando a maioria do País através de uma plataforma mínima, que se torne o ponto de partida para a aglutinação de todos os brasileiros comprometidos com o projeto de reconstrução nacional.

Por isso e para cumprir com tal compromisso, oferecemos ao debate o seguinte Programa Mínimo:

PROGRAMA-MÍNIMO

Defesa do Brasil

Denúncia dos acordos com o FMI para possibilitar a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

Renegociação soberana das dívidas interna e externa para assegurar recursos ao novo modelo do País e a inserção soberana do Brasil na economia mundial.

Retomada do crescimento econômico a taxas compatíveis com as nossas possibilidades de investimento, nossas disponibilidades e limites de recursos naturais, bem como com as nossas necessidades de emprego; redução drástica das taxas de juros e recuperação do controle nacional sobre a moeda, o crédito e o balanço de pagamentos, tudo como parte de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável definido soberanamente pelas forças do trabalho e da produção. Esse novo modelo de desenvolvimento econômico compreenderá políticas nacionais de reestruturação agrícola, industrial, de comércio exterior e dos serviços públicos essenciais à nossa população, priorizando a defesa do meio-ambiente.

O País soberano não admitirá a dolarização de sua economia.

Política Externa soberana. Defesa dos princípios já consagrados de não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outros países; afirmação de nossa solidariedade para com a luta pela autodeterminação dos povos e nações; contra as guerras de agressão e conquista e em defesa da ação política e da negociação como instrumentos de solução dos impasses entre nações.

Pelo desenvolvimento integrado da América Latina e seu fortalecimento para proporcionar políticas soberanas de nossos países; contra qualquer sorte de intervenção no Continente ou presença de bases militares estrangeiras; fortalecimento do MERCOSUL como um dos instrumentos de resistência à ALCA e à hegemonia norte-americana.

Denúncia da ALCA como instrumento inibidor do desenvolvimento da América Latina.

Defesa da comunidade de países de língua portuguesa.

Auditoria dos processos de privatização e, a partir dos seus resultados, a adoção das medidas cabíveis que assegurem a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro.

Reforma Tributária que amplie a base de incidência de tributos e sua progressividade sobre os mais ricos, reduzindo a pressão sobre o setor produtivo gerador de empregos e, de outra parte, onerando a especulação, os monopólios, os oligopólios e as grandes fortunas, rendas, heranças e patrimônios líquidos não declarados, combatendo a evasão e desestimulando a guerra fiscal entre as unidades federativas.

Defesa da democracia

Restabelecimento do pacto federativo e renegociação das dívidas dos Estados e municípios.

Democratização dos meios de comunicação como princípio para a democratização da sociedade e legitimação do processo político representativo; instituição de mecanismos públicos não-estatais que assegurem a livre circulação de idéias e opiniões dos vários setores da sociedade.



O MOVIMENTO CÍVICO EM DEFESA DO BRASIL, DA DEMOCRACIA E DO TRABALHO

Reforma democrática do Judiciário assegurando sua modernização, a rápida solução dos pleitos, a redução das instâncias recursais, o acesso do pobre e do cidadão comum à proteção jurisdicional que é dever do Estado. Controle externo. Veto à súmula vinculante.

Regulamentação das Medidas Provisórias visando a limitar sua edição a questões especiais, urgentes e relevantes que comprovadamente digam respeito à soberania econômica do país e à estabilidade social.

Reforma política democrática que assegure o financiamento público das campanhas eleitorais, democratize o acesso dos partidos aos meios de comunicação, assegure a ampla liberdade de organização partidária e o pluralismo ideológico.

Controle público e direto, pela sociedade civil, dos serviços de empresas concessionárias, para que cumpram com sua destinação pública.

Defesa do Trabalho e dos direitos sociais

Política de emprego e combate ao desemprego. Programas emergenciais descentralizados de combate à fome e às calamidades sociais, particularmente à seca do Nordeste, alimentados, de um lado pela ampliação dos investimentos públicos, de outro pelos resultados do combate à sonegação e à corrupção, com a redução drástica dos subsídios a grandes empresas. Reforma administrativa que elimine vantagens e privilégios nas estruturas mais elevadas da administração pública nos três poderes, e aumente a eficiência do aparelho público.

Aumento emergencial e substantivo do Salário Mínimo.

Reforma Agrária imediata e massiva; política agrícola de estímulo ao pequeno e médio produtor.

Reforma urbana que assegure moradia decente a todos os trabalhadores.

Reestruturação da saúde e da educação, baseada nos princípios da universalidade e da equidade.

Defesa do ensino público gratuito, universal e de alta qualidade; retomada da pesquisa e do desenvolvimento tecnológicos como prioridades. Fortalecimento da Universidade pública. Universalização do ensino médio e fundamental.

Nova orientação para o modelo de financiamento da previdência social, tendo como base a solidariedade entre gerações. Recuperação dos fundos de poupança dos trabalhadores para aplicações de interesse social.

Luta contra a corrupção

Política nacional de combate à corrupção e à impunidade, levando as investigações até as últimas conseqüências. A corrupção é elemento constitutivo da desigualdade social e seu combate não pode ser confundido com o falso moralismo da direita. Será tarefa primordial das forças democráticas brasileiras.

O Brasil precisa de um governo que seja capaz de liderar o país na direção destes objetivos programáticos, para construir uma nação justa.

O Governo FHC e sua política conservadora estão em conflito com a vontade da Nação. Daí deriva grave crise política cujos desdobramentos podem ameaçar o processo democrático e a vida institucional. Uma vez mais, a direita, responsável pela crise, prepara-se para impor ao país sua própria alternativa, com seus métodos e seus personagens. Só a organização de todo o povo brasileiro, só sua presença nas ruas, sua mobilização permanente podem impedir um novo golpe contra os interesses nacionais e populares.

A situação é emergencial.

Ou o povo brasileiro toma em suas mãos o destino do País e promove uma mudança de rumo, ou a nossa Pátria estará condenada à violação ainda mais brutal de sua soberania e à deterioração ainda maior da vida de seu povo.

Por isso e para assegurar a democracia, os que assinam este Manifesto, e o fazem por uma opção ética em defesa do povo e do futuro do País, propõem a criação de um Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho para a construção de um governo de feição democrática e popular, capaz de assegurar um rumo progressista ao País e recuperar a confiança do povo em seu destino.

Por isso, em momento tão grave da vida nacional, dirigimo-nos a todos os democratas, àqueles que amam verdadeiramente o Brasil e anseiam por progresso e por justiça social. Convocamos todas as forças políticas progressistas, as lideranças intelectuais, científicas e acadêmicas, sociais e políticas, as entidades representativas dos diferentes segmentos da população, a todos os profissionais, aos empresários, a todos os trabalhadores das cidades e do campo, aos líderes sindicais e estudantis, e aos jovens em geral, às donas de casa, aos brasileiros de todas as crenças e religiões, a se unirem conosco neste verdadeiro esforço de salvação nacional.

Este Movimento Cívico em Defesa do Brasil, que hoje se constitui em plano nacional, é entregue à vontade e ao engenho dos brasileiros, que saberão organizá-lo em todos os estados da Federação, em todos os municípios, no campo e nas cidades, nas fábricas e nas escolas, nas vilas e nos bairros, onde quer que pulse a alma nacional, onde quer que se encontre um patriota.

A Nação não será destruída. O destino do povo não será trapaceado.

Nossa juventude tem o direito de poder acreditar no seu futuro e no futuro do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir.

Nós nos levantaremos.

Vamos nos reunir, todos os não – acomodados. Vamos somar nossas forças e vamos vencer.

Viva o Povo Brasileiro."



Cinquentenário

da Revolução Chinesa realça controvérsias

HAROLDO LIMA

*A mídia ocidental
trata a China com
medo e
preconceito,
esconde o
socialismo com
características
próprias e as
conquistas dos
50 anos de
Revolução*





Foto: Owen Lattimore

Deng Xiaoping (esq.); Chou Enlai e Mao Tsetung nos anos 30 (acima).

A Avenida da Paz Eterna, Changan, extensa e reta, cortando a Praça da Paz Celestial, Tianamen, a maior do mundo, passando pela entrada principal da Cidade Proibida, dominada pelo retrato de Mao Tsetung. Este foi o cenário do monumental desfile comemorativo dos 50 anos da Revolução Chinesa, realizado em 1º de outubro passado, em Pequim. Tudo contribuía para a grandiosidade da festa: os 500 mil personagens que desfilavam, o espetáculo de cores e sons adornando a soberania do vermelho, os 400 tanques velozes, o Vento Leste – balístico intercontinental com alcance de 8.000 Km – os 100 caças evoluindo em formações precisas pelo ar, o Leopardo Voador – caça-bombardeiro com autonomia de 3.650 Km – e mais 100 mil estudantes, milhares de mulheres das forças armadas, 55 minorias étnicas em trajes típicos, carros alegóricos, fogos de artifício, empresários representando o setor privado, deficientes físicos em cadeiras de roda, etc.

O simbolismo era forte. Naquele mesmo lugar, há exatos 50 anos, ante 300 mil pessoas, Mao Tsetung, chegara de 28 anos de lutas com seu povo, dos quais 26 em guerra, e proclamava: “Está fundada a República Popular da China! De hoje em diante o povo chinês vai se erguer”. A continuidade das décadas mostrou o caráter profético dessas palavras, que lembravam outras – de Napoleão – ditas no século XIX: “Quando a China se levantar o mundo estremecerá”.

A festa era esfuziante por diversas razões. A China fora, no passado,

dilacerada por centenas de agressões armadas de diferentes potências. Depois da República Popular, ninguém mais tocara seu solo pátrio. A pobreza, a ignorância e o atraso foram inseparáveis da população chinesa por séculos. Depois da República Popular, passaram a ser enxotados, mormente nos últimos vinte anos, em que o antigo Império do Meio mais cresce entre todos os demais do mundo. Numa situação em que a crise financeira açoita países grandes e pequenos e desagrega economias tidas como fortes e estáveis, e na qual vicejam a recessão,

o crescimento vegetativo e o desemprego, a China conseguiu, em 1998, crescer a um nível de 8%, exportar US\$ 183 bilhões (o triplo do Brasil, que exportava mais que a China em 1980), ter US\$ 40 bilhões de superávit comercial, reservas cambiais de US\$ 140 bilhões, PIB próximo a ultrapassar o da Inglaterra (US\$ 1 trilhão) e, o que é muito significativo, retirou da faixa de pobreza, nos últimos anos, segundo a ONU, 60 milhões de chineses. Tudo isso se comemorava no magistral desfile do cinquentenário em Pequim.

Mas há uma atitude básica na mídia mundial, e por reflexo na brasileira, predisposta a não ver vitórias na China. Tudo o que ali se passa é submetido a um crivo ideológico negativista, condicional e deformador: os êxitos são minimizados, os riscos potencializados, o importante secundarizado e o secundário posto em relevo. Até mesmo o inexistente às vezes ganha destaque. Analistas especializam-se em rabiscar páginas especulativas, descomprometidas com os fatos e distantes dos meandros chineses. Salvo as exceções que sempre existem, quando a China está em pauta até o jornalismo meramente objetivo escasseia.

Agora, por ocasião do quinquagésimo aniversário da Revolução Chinesa, predominou na mídia uma miscelânea informando que o governo chinês estava tirando levas de mendigos das ruas e prendendo dissidentes para que o desfile pudesse passar; que os sofrimentos inauditos dos chineses estavam sendo razoavelmente compensados nesse período recente pelo capitalismo que por lá chegou; que, desemprego e corrupção são as tônicas do momento; que para inspirar a população descontente o

Partido Comunista buscava reviver o mito maoísta, além de outras vulgaridades fastidiosas.

The Economist, a revista inglesa mais abertamente ligada ao capital financeiro, ante a crise crescente que enxerga no sistema bancário chinês, continuou sua pregação neoliberal aberta e radical, defendendo a abertura do mercado financeiro chinês, a presença dos bancos estrangeiros, uma ampla emissão de títulos públicos e, como não poderia deixar de ser, a privatização das estatais. E o professor francês Jean-Luc Domenach, tido como especialista em questões da Ásia, teve uma página inteira de *O Estado de S. Paulo* para desancar opiniões de um reacionarismo exacerbado e primitivo, eivado de provocações grosseiras no estilo “máfia comunista”, “explosão de corrupção” e outras. (1)

O certo é que, numa oportunidade especial como essa da comemoração dos 50 anos da Revolução Chinesa, confirma-se o tratamento banalizado que a mídia internacional e a brasileira têm dispensado à experiência em curso na China, com as exceções meritórias de costume.

Mas esse problema reflete outros. Primeiro, a tentativa de desqualificar a China para o papel estratégico a que está fadada a desempenhar no novo quadro de forças do mundo. Segundo, a tentativa de negar ao socialismo qualquer virtude no desabrochar de

uma nova potência de primeira grandeza neste cenário.

A China e o novo quadro estratégico que se forma no mundo

As bruscas mudanças ocorridas nas últimas décadas deste final de século alteraram radicalmente a situação geral. Países centrais impuseram ao mundo as regras de um mercado sem regras, aniquilador de esperanças nacionais, invasor de fronteiras e concentrador de poder. Novas formas de submissão ao grande capital vão sendo definidas e gradativamente impostas através de conceitos supostamente modernos e científicos como o anacronismo dos Estados nacionais, a inevitabilidade da liberalização econômica, a abertura comercial e financeira indiscriminadas, o culto ao capital estrangeiro mesmo especulador, a garantia aos investimentos, a entrega do patrimônio público a preços irrisórios, a precarização do trabalho, o descrédito à autoestima nacional, a soberania limitada, o novo papel das forças armadas, em suma, tudo isso que vem na esteira da chamada globalização. E enquanto o pensador John Kenneth Galbraith dizia que “nós, americanos, inventamos este conceito (globalização) para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital.”, economistas e setores governamentais dos países periféricos, com participação

*Os governos dos países capitalistas
e seus intelectuais impingem a
retórica neoliberal como algo
moderno e sério*

de intelectuais desprevenidos, incorporaram esse discurso como algo moderno e sério. Seus países tornaram-se fortemente dependentes do exterior, no econômico, no político, no cultural e, evidentemente, no militar.

Desde a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, entre 1990 e 1991, os EUA, já como superpotência única, puseram-se, como disse seu presidente George Bush, em encontro na ilha e país de Malta, a organizar a “Nova Ordem Mundial”, segundo o receituário da “globalização”.

Militarmente, um problema estratégico de logo se colocava. Que fazer da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, se ela surgiu como um bloco defensivo para fazer face ao Pacto de Varsóvia, que acabara? Líderes europeus começaram a vê-la como um “fardo estratégico-diplomático e financeiro” e, mais grave ainda, um instrumento de domínio dos EUA. Setores da velha Europa, “gigante econômico e anão político”, no dizer do ex-chefe de Estado alemão Willy Brandt, anteviram a possibilidade de livrarem-se do “fardo” para livrarem-se dos EUA e transformarem o gigante econômico em gigante político. Chegaram a projetar um Exército Binacional Franco-Alemão, núcleo de uma eventual nova defesa européia. Mas, quem não aceitou o problema posto nestes termos foram os EUA.

Em 1992, documento do Pentágono intitulado *Defense Planning Guidance 1994-1999*, descartou a idéia do fim da OTAN e foi à frente, propôs sua ampliação com países do Leste europeu, recém-egressos do campo socialista, arguindo ameaças que poderiam advir do próprio Leste europeu e do Oriente Médio!

O professor Paulo Fagundes Vizentini,



Construção de edifício para lojas em Xangai, 1995.

da UFRGS, mostra como nesse “processo de convencimento dos europeus” – sobre a importância da OTAN – que “foi desencadeada a Guerra do Golfo (1990-1991) e alimentados os conflitos da Iugoslávia em desagregação”. (2) E os EUA lograram, assim, “demonstrar” aos europeus a relevância da continuidade da OTAN...

A guerra de Kosovo permitiu aos Estados Unidos alcançar dois objetivos estratégicos. Acantonar a Europa, na estratégica região dos Balcãs, força militar decisiva, dissuasória, e comprometer a França, a Itália, a Alemanha, a Grécia, a

Inglaterra e outros com a agressão a um país europeu, coordenada por ele, os Estados Unidos – coisa que nunca havia acontecido. A Guerra do Golfo já permitira aos Estados Unidos assentarem fortes bases no Oriente Médio, eles que já tinham considerável influência na África centro-oriental. Quando terminou a guerra de Kosovo, os Estados Unidos estavam como se tivessem efetivado uma espécie de conquista branca da Europa, pretextando resolver, pela guerra, um problema humanitário.

É a partir dessas novas posições-chave, apoiando-se em força militar

gigantesca e no estupendo poder de emitir, sem controle e sem lastro, a moeda básica do mundo, que o Império planeja nova expansão, como é de sua natureza.

Posto que a América está sob controle e a Europa, pelo menos momentaneamente, domesticada e sob ocupação branca, a Ásia é a meta estratégica dos Estados Unidos. Na Ásia, o Japão já foi dobrado e o sudeste quebrado. Resta a China, socialista, de pé há cinquenta anos, sem acatar ao comando da Organização Mundial do Comércio, a OMC, sem atender ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, sem privatizar suas 79.000 estatais e crescendo a 10% ao ano há duas décadas, mais que qualquer país do mundo, e com a expectativa de vir a ser, por volta do ano 2025, a maior economia do mundo! E para completar, com o maior exército da Terra. O Império vê tudo isto como uma afronta e uma ameaça inaceitáveis, que precisam ser conjuradas.

Evidentemente que a nova expansão do Império não será tranqüila e que problemas complicados poderão advir. Estudiosos já examinam alguns deles como: voltaria a Alemanha a se armar? Qual seria o desfecho da situação na Rússia, quando acabar brevemente essa mórbida e humilhante etapa-Ieltsin?

Especialmente não será fácil chegar à China. Mas os Estados Unidos vão mantendo na Ásia, na China e em seu entorno, problemas da época da guerra fria, que não querem ver resolvidos: a divisão entre as duas Coreias e a ilha chinesa afastada de Taiwan. Agitam também com o Tibete, cuja suposta independência estaria pendente. A qualquer instante esses focos latentes de tensão cultivada podem ser “esquentados” e

A mídia ocidental – e a brasileira – tem uma má vontade com a China, que reflete o ponto de vista geopolítico dos EUA

transformados em crise... E nas “crises”, o Império espera crescer.

Há outros problemas para os Estados Unidos. A Índia, com sua população gigantesca, sua resistência às receitas neoliberais e, em decorrência, seu desenvolvimento, é um deles. Outro: um país com reservas colossais, que entra em um milênio onde haverá falta de água doce no mundo com 22% desta água do planeta e com 80% da biodiversidade existente – que é o Brasil. Seguramente o Império considera necessária a correção de todos esses “equivocos” da natureza...

Em 1988, Deng Xiaoping, artífice da teoria do socialismo com peculiaridades chinesas, teceu comentários sobre problemas mundiais com o então Primeiro Ministro da Índia, Rajiv Gandhi. Discordou de idéias que previam ser da Ásia e do Pacífico o próximo século, por entender que aquelas opiniões partiam apenas do desenvolvimento dos EUA, que é país do Pacífico, do Japão, Nova Zelândia, Austrália e dos “quatro pequenos dragões”, chamados no ocidente de “tigres asiáticos”, Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia. Dizia ele que só haveria “algo parecido com século da Ásia e do Pacífico” quando a China e a Índia se desenvolverem. E acrescentou essa observação lapidar, como que traçando o rumo de uma aliança estratégica para o futuro: “Da mesma forma não haverá nenhum século da

América Latina sem o desenvolvimento do Brasil.” (3)

Com este pano de fundo compreende-se que admitir vitórias econômicas, sociais e militares na China não é do agrado dos americanos. Daí o esforço por desqualificar as realizações chinesas, questioná-las, descrevê-las como prestes a desabar. A mídia internacional, por eles monitorada, inclusive a brasileira, reflete essa má vontade intrínseca, que outra coisa não é senão um ponto de vista geopolítico.

Do outro lado, o desfile dos 50 anos na China, pela sua pujança, grandiosidade, simbolismo, solenidade, quantidade e qualidade do armamento exposto souo como um recado, “a quem interessar”...

Sem o socialismo não existiria a nova China

Batalha candente da atualidade é a que se passa em torno da viabilidade ou não do socialismo, se ele é capaz ou não de desenvolver um grande país e se existe hoje no mundo país socialista ou não. Essa é uma discussão ideológica que em princípio diz respeito aos comunistas, socialistas e trabalhadores conscientes do mundo. Mas não é assim. Os ideólogos do capital, cavalcando aparato de divulgação gigantesco, puseram-se a campo com o objetivo de demonstrar que após a *débâcle* da antiga URSS e dos países do Leste

européu o socialismo desapareceu como alternativa prática de futuro, registrando-se apenas seus últimos redutos, que caminham para seu final. Poderá permanecer – dizem – a idéia de uma sociedade diferente, idealmente justa, mas, como um sonho já desfeito pela vida.

Contrastando flagrantemente com esse discurso dos homens do capital, avultam os problemas da humanidade, as multidões de famintos, excluídos e desempregados para quem o capitalismo hegemônico não tem condições sequer de garantir vida. A luta contra o capital e pelo socialismo, só por esse fato, está na ordem do dia do mundo.

Outro desmentido vigoroso do fim arengado do socialismo, é o rol dos países onde o socialismo viceja, como China, Vietnam, Cuba, Coréia do Norte. Destes, pelas dimensões, importância estratégica e excepcional desenvolvimento econômico e social destaca-se a China. E aí é que os ideólogos do capital partem para uma argumentação desesperada. “Mas a China está abandonando o socialismo”, esbravejam. E sapecam nos seus jornais, pelo mundo e pelo Brasil, a mesma manchete escrita de formas variadas: “China: a longa marcha para o capitalismo”. (4)

Os propagandistas do capital divulgaram pelo mundo que socialismo é um modelo determinado de organização social, inspirado basicamente na experiência soviética de certo período. O modelo que desenham é uma caricatura daquela experiência e, o que é muito pior, é imutável. Suas linhas gerais são mais ou menos as seguintes: os meios de produção, grandes, médios e pequenos, são propriedades do Estado. A atividade econômica é regulada por um planejamento altamente centralizado.

As leis do mercado pouco ou nada interferem nos preços dos produtos e em tudo o mais. O emprego é garantido independente da eficácia do sistema como conjunto. A produtividade e a qualidade não são fatores decisivos da produção. E saiu disso, não é socialismo.

Ademais, projetaram também o estereótipo de um comunista e de como seria sua vida. Vida difícil, indivíduos pobres, trabalhadores, sérios, onde a regra é o coletivo e onde o coletivo serve à contenção dos planos, dos anseios e das possibilidades. E saiu disso, é aburguesamento.

Claro que esse discurso reacionário e estereotipado, por um lado, amedronta setores de esquerda, e, por outro, são fortalecidos por idéias análogas e incorretas que alguns desses setores têm.

A China é o exemplo mais evidente de que o socialismo não pode se restringir a um modelo único

Como se sabe, a matriz inspiradora desse esquema caricaturado, a União Soviética, depois de uma fase de alto dinamismo e crescimento, estagnou, enfrentou problemas de variados tipos e, não respondendo criadoramente aos novos desafios, sucumbiu. Patenteado ficou que o socialismo, como tudo que é humano, ou se desenvolve ou perece.

A China é o exemplo mais evidente de que o socialismo não pode se restringir a um modelo estratificado. Vinha ela se orientando, até certa altura, pelo exemplo soviético, embora há muito discordasse de um modelo socialista único. As dificuldades

surgidas no Leste europeu e na URSS, pelos últimos anos da década de cinquenta, funcionaram como alerta para a China. E de forma sinuosa, ao cabo de muito tempo, usando intensamente a experimentação como método para a descoberta do que é certo, ela venceu uma concepção nova de construção socialista em seu país, que vem dando certo há vinte anos.

O ponto de partida dessa concepção sobre o socialismo na China, que o Partido Comunista da China tem apresentado, parte do princípio de que, naquele país, há muito já existe uma economia socialista, fundada na propriedade social dos meios de produção; mas que esse socialismo, nas condições do atraso econômico chinês, encontra-se em uma etapa primária. A economia dessa etapa foi definida em certo momento como uma “economia mercantil planifica-

da socialista”, onde poderiam coexistir “múltiplas formas de propriedade dos meios de produção”, incluindo a privada e a estrangeira, sob o “predomínio da propriedade social”, que também comporta variados tipos.

O princípio fundamental que aqui se afirma é o da “separação entre o direito de propriedade e o direito de gestão”, declarando-se que “as empresas de propriedade de todo o povo não podem ser operadas por todo o povo e em geral não convém que o sejam diretamente pelo Estado...”, lembrando-se que no passado essas tentativas asfixiavam as estatais.

Nessa economia deveria existir unidade entre a planificação e o mercado, que seriam “duas formas ou dois meios de regulação”, de tal maneira que “ao Estado cabe regular o mercado e, a este, corresponde orientar as empresas”.

No XIV Congresso do Partido, em outubro de 1992, novas apreciações foram feitas a respeito dessa concepção socialista, onde o mercado entra, ao lado do plano, como fator de regulação.

Salientou-se que “tradicionalmente, via-se economia de mercado como algo específico do capitalismo e economia planificada, algo privativo do socialismo”. Logo depois de 1978, o Partido começou a formulação de “tomar como setor principal a economia planificada e como auxiliar a regulação do mercado”, fórmula que antecipou a “economia mercantil planificada baseada na propriedade pública” e chegou à “economia mercantil planificada socialista”. Finalmente, o XIV Congresso compreendeu “não ser economia planificada sinônimo de socialismo, pois no capitalismo também há planejamento” e “tampouco economia de mercado é sinônimo de capitalismo, já que no socialismo também existe mercado”. E cunhou a forma hoje usada na China de “economia de mercado socialista”.

A predominância da propriedade pública sobre as demais garante o comando socialista da economia

A predominância da propriedade pública sobre as demais formas de propriedade é o que garante em última instância o interesse do Estado socialista no comando da economia. Isto realça o papel das estatais na economia chinesa.

O socialismo não pode se sustentar em estatais fracas, que só dão prejuízo. Nas experiências soviética e do Leste europeu, as grandes empresas tiveram importância decisiva, vanguardaram a economia de seus países, mas só na época da industrialização extensiva. Depois, as estatais perderam flexibilidade e dinamismo. Tornaram-se pesadas, deficitárias.

O problema de reformar as estatais, dinamizando-as, modernizando-as e mantendo-as estatais é considerado pelo Partido Comunista da China “o centro de gravidade da atual reforma da estrutura econômica”. A idéia da “privatização”, no sentido em que é conhecida no ocidente, nunca foi admitida na China.

A reforma das estatais chinesas foi tema de destaque na primeira coletiva à imprensa concedida por Zhu Rongji, logo após sua eleição para Primeiro Ministro, em março de 1998. Ele enfatizou os seguintes pontos: “alguns meios de comunicação estrangeiros exageram as dificuldades das estatais chinesas”; “existem na China 79.000 empresas de propriedade estatal, e algumas são pequenas, com apenas algumas dezenas de trabalhadores”; “porém existem 500 empresas extraordinariamente grandes, cujos lucros e impostos entregues ao Estado representam 85% do total nacional”; “somente 10% dessas 500 empresas, umas 50, têm prejuízos atualmente”; “em três anos tiraremos das dificuldades a maior parte delas”.

É esse socialismo, que se apóia na propriedade social dos grandes meios de produção e no mercado regulado, que está conseguindo êxitos sociais e econômicos extraordinários na China, também no Vietnã e em Cuba. Concebê-lo tem sido um esforço dos comunistas e revolucionários modernos para tirar lições da história, compreender os tempos atuais e partir das peculiaridades de cada um de seus países. Não fazer isto é não entender os desafios do momento e não adaptar as formas às novas condições. Seria dogmatismo e estratificação teórica. E daria, desenganadamente, em desastre, como desenganadamente é por este desastre que lutam os ideólogos do capital quando estranhamente bradam que socialismo com mercado, e com riqueza, e com progresso, e com desenvolvimento, não é socialismo.

Os verdadeiros socialistas não devem se perder nas artimanhas sutis da luta ideológica atual, e não devem cair na defensiva ante o alarido das correntes adversas. O quinquagésimo aniversário da Revolução Chinesa é uma oportunidade para reflexões mais profundas dos rumos práticos do socialismo no mundo de hoje. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA.

(1) Jean-Luc Domenach é diretor científico da Fundação Nacional de Ciências Políticas da França. Ver *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro de 1999, p. D3.

(2) *Século XXI, Barbárie ou solidariedade?*, Paulo Fagundes Vizontini e Raul Carrion (orgs.), Editora da UFRGS, 1998, p.107.

(3) Deng Xiaoping, tomo III (1982-1992), p. 290.

(4) *The Economist*, 13 de setembro de 1997, por ocasião do XV Congresso do PC da China.

Um caminho para o socialismo

Para quem quer entender melhor este tema, o livro China: 50 anos de República Popular, de Haroldo Lima, Duarte Pereira e Severino Cabral, editado pela Anita Garibaldi, é um marco para se estudar o significado das atuais comemorações de meio século da Revolução Chinesa – que está produzindo, após cinco décadas e por tortuosos caminhos, uma forma renovada de construção do socialismo; e permite a demonstração prática de que ultrapassado não foi o socialismo mas um de seus modelos historicamente determinados.

O livro tem 7 capítulos e inicia com uma apresentação do deputado federal do PCdoB Haroldo Lima, que assina também os trechos seguintes “Caminhos atuais do socialismo”; “A propósito do socialismo na China”; “As estatais e o caminho socialista na China”; “E a Inglaterra teve de devolver Hong Kong”; e “Mao Tsetung na História da China”.

Nestas passagens o deputado baiano comenta e esclarece questões teóricas e práticas que estão na ordem do dia para os estudiosos e curiosos do socialismo – como a transição ao socialismo, a experiência soviética, a China e sua etapa primária de transição ao socialismo, subdesenvolvimento e prosperidade na experiência chinesa, as peculiaridades da China em relação ao Ocidente, problemas e riscos na construção da nova vida, a modernização

socialista e reforma da economia, as estatais, a reforma das estatais, o desemprego e o problema dos excedentes, a política ‘um país, dois sistemas’, e o papel de Mao Tsetung na história da China; enfim os principais temas que envolvem a experiência do povo chinês nestes cinquenta anos e suas respectivas polêmicas.

O jornalista e escritor Duarte Pereira participa do livro no capítulo “A polêmica sobre o Tibete”, em que, contrariando a mídia que segue o consenso a favor dos EUA, esclarece temas referentes à história daquela região, suas particularidades e inserção dentro da China multinacional e milenar.

Severino Cabral, professor de Relações Internacionais da Universidade Cândido Mendes, escreve “O Brasil e a China rumo a um novo milênio”, procurando entender o papel desses dois grandes países na construção de uma nova ordem internacional multipolar.

O livro tem 127 páginas (preço: R\$ 15,00) e pode ser solicitado à Editora Anita Garibaldi pelos fones (0xx11) 289-1331 e 3266-4312 ou pelo e-mail livraria@anitagaribaldi.com.br



As perspectivas da Humanidade na viragem do milênio



MIGUEL URBANO RODRIGUES

O assalto à razão desenvolve-se hoje em duas frentes - a imperial, cujo centro são os EUA, e a do mercado - numa complexa interação que configura uma crise do processo civilizatório

No limiar do terceiro milênio, a Humanidade toma como referência, quase sempre, o século que finda. Raramente se pensa na época em que entramos no segundo milênio. Seria, aliás, difícil recordá-la. É brumosa a memória dos tempos em que o homem registrou a entrada no ano 1000. Ia pelo meio a Idade Média num caminhar incerto marcado por grandes medos e estranhas contradições.

Na Europa Ocidental cultivava-se ainda a nostalgia de bondades míticas do Império Romano. As fronteiras do mundo conhecido – o Ecúmeno dos gregos – eram acanhadas; não o representavam. Os conceitos geográficos de Estrabão e Ptolomeu prevaleciam à falta de melhor explicação. A Cristandade não o confessava, mas sabia-se que a civilização e o progresso científico ainda tinham o seu epicentro no Oriente. A esperança de vida era muito curta. Mais intolerante que o Islão e mais classista que o Budismo e o Taoísmo, a Igreja Católica fazia da passagem do homem pela vida um vale de lágrimas; a felicidade possível anunciava-se sobretudo em promessas para além da morte, num difícil céu, cuja antítese, o inferno, condicionava, pelo pavor infundido, o comportamento humano.

Em dez séculos o salto foi gigantesco. Na travessia do XIX para o XX, a Humanidade exibiu um grande orgulho pelo caminho percorrido.

Comtiana, cartesiana ou marxista, a *intelligentsia* européia imaginava o futuro com uma confiança firme. A ideologia do progresso era o denominador comum de projetos muito díspares. Acreditava-se que a razão, a inteligência e as lutas sociais funcionavam como alavancas da humanização da vida. Generalizava-se a convicção de que a ciência estaria cada vez mais a serviço do homem.

A I Guerra Mundial golpeou duramente essas esperanças ingênuas. Na realidade a própria minoria que se beneficiava das conquistas do progresso apareceu dividida por antagonismos materiais insuperáveis que desembocaram numa orgia de barbárie. A boa consciência dos poderosos, na *Belle Époque*, assentava numa visão deformada do mundo. A África, retalhada como terra de ninguém na Conferência de Berlim, atravessava um período sombrio da sua história. Na Ásia a herança do colonialismo era também pesadíssima. Na América, a emergência dos Estados Unidos como primeira potência econômica desfez ilusões românticas. A república que para muitos anunciava as sociedades do futuro principiou a aparecer como o bastião do capitalismo mais cruel. Na confusão latino-americana as estruturas oligárquicas herdadas da colonização facilitaram a implantação de novas dependências imperiais e mantiveram os povos sob a mais dura opressão.

A Revolução Russa de Outubro de 1917 restituiu a esperança a centenas de milhões de homens. A materialização da utopia, finalmente, parecia ao alcance da mão. Durante anos uma imensa esperança correu pelo mundo. Cercada, agredida no interior e do exterior, a Revolução encontrou no povo russo forças sempre renovadas que lhe

permitiam resistir. A prática não tardou, porém, a demonstrar que a construção do socialismo era uma tarefa infinitamente mais difícil e complexa do que os pioneiros bolcheviques imaginavam. Não cabe neste desambicioso trabalho ensaiar sequer uma explicação sintética das causas do ruir do socialismo na União Soviética, inseparáveis da própria inviabilidade do modelo aplicado, de erros enormes do Partido e dos seus dirigentes, após a morte de Lênin e do XX Congresso, e também da estratégia do inimigo externo. Mas julgo imprescindível recordar que, o malogro do socialismo na URSS não apaga o significado positivo do legado que a Revolução Russa deixou à Humanidade. O mundo não voltou a ser igual ao que era. Foi o grande medo do comunismo e a força da solidariedade internacionalista que tornaram possíveis grandes conquistas sociais que humanizaram a vida dos trabalhadores em dezenas de países. O rápido avanço do processo de descolonização emerge como outra das suas conseqüências. E quando o nazifascismo surgiu na Alemanha como a ameaça do século, foi a URSS quem salvou a Humanidade, quebrando, com o custo de 25 milhões de mortos soviéticos, a coluna vertebral da mais poderosa máquina de guerra até então criada.

A II Guerra Mundial conduziu o mundo à beira do apocalipse.

“Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais. Tínhamos ouvido falar de mundos inteiros desaparecidos, de impérios que se afundaram com todos os seus homens e máquinas, perdidos na indevassável profundidade dos séculos, com deuses e leis, academias e dicionários. Agora vemos que o abismo da história é suficientemente amplo para que nele caiba a totalidade do mundo. Sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade que a vida.”

São de Paul Valery estas palavras. Elas expressam a reflexão e o desencanto suscitados pela tragédia. E, contudo, a saída do pesadelo fez renascer a esperança. Por um momento breve voltou a acreditar-se que estavam criadas finalmente condições para uma paz perpétua propícia à realização de aspirações eternas da Humanidade.

Novos profetas do progresso anunciaram essa Era.

Não chegou. Os progressos da ciência e da técnica quase excederam o imaginável. O homem pisou o solo da Lua; voltará ali quando quiser. Prepara o salto para a colonização do Espaço, apto a navegar pelos caminhos do Universo. Domina conhecimentos e técnicas que lhe abrem a possibilidade de alimentar na Terra uma população bem superior aos atuais 6 bilhões e de assegurar a todos os níveis satisfatórios de saúde, educação e bem-estar.

Entretanto, neste patamar do terceiro milênio, o saber não se encontra colocado a serviço de um projeto humanista planetário. A geopolítica – como afirma Richard Falk, professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos – “define-se cada vez mais como meio de controlar o *poder imaterial* (*soft power*), isto é as tecnologias da informação que prefiguram as fronteiras do ciberespaço”. E, contudo, ignora-se

A revolução russa de 1917 trouxe esperança a milhões de pessoas

ainda quem virá a controlar os controladores enquanto, como diz Falk, “os governos democráticos em si mesmos são cada vez menos capazes de exercer nos seus territórios as suas

responsabilidades perante os respectivos povos”. O fim da guerra fria afastou o grande medo da confrontação nuclear. Mas novos pavores tomaram o lugar dos antigos. O desenvolvimento da ciência, mal aproveitado, não produz os benefícios esperados. Uma crise global de civilização ameaça a própria sobrevivência da Humanidade.

O homem é cada vez mais tratado como matéria rendível. O neoliberalismo não protege a variedade da vida e da diversidade das culturas; agride-as. Estados nacionais são forçados a redefinir sua identidade. Nesse aspecto a crise crepuscular do fim do milênio traz à memória as épocas de transição que precederam o Renascimento. A escuridão e a incerteza pairam sobre o planeta. Estados-nação desaparecem como entidades culturais e estados artificiais são edificados sobre as suas ruínas. Somente na Europa formaram-se na última década mais estados que no período posterior à I Guerra, com a peculiaridade de o processo de secessão ser em alguns casos resultante de interesses econômicos estranhos à vontade dos povos.

O eclipse de nações coincide com a tendência para a formação de governos supranacionais que representam um novo tipo de protagonismo histórico. É muito cedo para se ter resposta, por exemplo, aos desafios colocados pela União Européia.

O sociólogo Pierre Bourdieu, do Colégio da França, numa exegese da gigantesca campanha de perversão ideológica montada pela máquina difusora do pensamento único, lembra que

“um trabalho permanente foi feito, associando intelectuais, jornalistas, homens de negócios, em revistas que pouco a pouco se impuseram como dispendo de legitimidade para imprimir força e evidência a uma visão neoliberal

que na essência veste de racionalização econômica as premissas mais clássicas do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países”.

Idéias velhas são apresentadas pela máquina de propaganda neoliberal não apenas como expressão de um pensamento inovador, mas, o que agrava as conseqüências, como verdades inquestionáveis.

O pensamento único, que emerge como ideologia da *ideologia dominante*, criou para se impor a mais poderosa e atípica máquina de propaganda jamais instalada. Dispondo do controle quase absoluto da mídia, utiliza a tática de desqualificar pela agressão os eventuais críticos. Os papéis são invertidos. O projeto ecumênico neoliberal com suas teses autoritárias, desafiadoras da racionalidade, é apresentado como progressista, renovador, democrático; aqueles que o contestam e apontam o que nele há de dissolvente como fonte da desigualdade e promotor do caos são estigmatizados como seres arcaicos e conservadores. Insinua-se que o Estado é vocacionalmente inimigo do homem moderno e que o mercado isento de qualquer controle responde a aspirações espontâneas do homem. Ao primeiro é associada a idéia de tirania, ao segundo, os conceitos de democracia e liberdade.

O mundo nunca foi tão desigual quanto no final do século XX.

Nessa guerra ideológica em desenvolvimento, as universidades e os intelectuais estão cumprindo um papel globalmente negativo. A maioria da *intelligentsia*, embora sejam muitas e brilhantes as exceções, contraria hoje a atitude de crítica vigilante que ao longo dos últimos séculos adotou. Assume sobretudo uma postura passiva, de capitulação. Muitos dos que não aderem baixam os braços e, argumentando que não há alternativa, admitem que a única estratégia possível no limiar do terceiro

milênio é a da globalização neoliberal reformada. Reconhecem seus efeitos negativos na promoção da desigualdade, mas acabam por se render aos argumentos dos teólogos do mercado.

Neste panorama de crises encadeadas, cada vez mais devastadoras – México, Ásia Oriental, Rússia, Brasil – a pressão exercida pelo mundo do capital sobre o mundo do pensamento é permanente e muito forte. Poucos acontecimentos a expressaram tão nitidamente quanto uma chocante vitória obtida pelos inimigos da Cultura durante a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro. Enquanto ali se defendia a biodiversidade e o planeta, um grupo de celebridades emitia em Heidelberg, catedral da inteligência, um manifesto assustador. Nesse documento, 264 cientistas famosos, entre os quais 52 haviam sido premiados com o Nobel, denunciavam a Ecologia como “emergência de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico”.

Significativamente, dezenas de gigantescas transnacionais rejubilaram com o brado obscurantista lançado por homens eminentes que assumiam uma posição incompatível com o saber. A aliança do capital e da ciência contra valores culturais é uma aberração.

A religião do dinheiro defende as desigualdades e pretende apresentá-las como alicerce do progresso. Os 225 multimilionários que encabeçam a lista dos homens mais ricos do mundo possuem fortunas que, somadas, ultrapassam um trilhão de dólares, tanto quanto o rendimento anual de 47%, quase a metade, da parcela mais pobre da Humanidade. Por si só o volume de vendas anual da General Motors é superior ao PIB de um país rico como a Dinamarca; o da Exxon, a rainha das Sete Irmãs do petróleo, excede o da Áustria. As cem maiores transnacionais apresentam um faturamento superior à soma das exportações dos 120 países mais

pobres. Nos próprios países do G-7 a pobreza e o desemprego alastram. Na União Européia o total de trabalhadores desempregados atinge a casa dos 18 milhões. Nos Estados Unidos o número de analfabetos funcionais ultrapassa 50 milhões e a esperança de vida de 32 milhões de pessoas é inferior a 60 anos. Na Alemanha o governo anuncia a existência de 4 milhões de analfabetos.

A revolução tecno-eletrônica cujos efeitos na evolução das sociedades contemporâneas não foram ainda minimamente estudados poderia ter sido colocada a serviço da Humanidade. Está, porém, ocorrendo o contrário.

O homem novo não apareceu. A Utopia de Thomas More não se concretizou; a Cidade Ideal sonhada pelo trácio Spartacus não foi criada. Esse, tal como outros grandes objetivos das revoluções modernas não se materializaram. O homem velho resiste tenazmente; tem dificuldade em acompanhar o novo paradigma tecno-científico. Os grandes pensadores do nosso tempo não são – como Fidel Castro lembrou recentemente a economistas de todo o mundo reunidos em Havana – mais inteligentes que Aristóteles e Platão. Os escritores do final do milênio não ofuscam o gênio de Cervantes, de Shakespeare, de Camões. E, o que é dramático, o saber, privilégio de pequenas minorias, continua a ser usado contra os direitos e aspirações das grandes maiorias. Pior ainda, o direito à vida e à educação custa dinheiro.

É neste contexto de contradição entre conquistas prodigiosas da ciência e da técnica e a incapacidade do homem *sapiens* para, coletivamente, desenvolver as suas melhores potencialidades e neutralizar o que nele subsiste dos instintos e da irracionalidade dos primeiros primatas de que descende – é neste panorama



de desafios, de esperança e medo que a revolução eletrônica marca, na transição do milênio, o caminhar hesitante da Humanidade.

Na era da comunicação instantânea estamos cada vez mais desinformados. Com os pés no século XXI, os próprios conceitos tradicionais de tempo e espaço tornaram-se inadequados para comunicar. A história passou a desenvolver-se num tempo único. Até muito recentemente acontecia em tempos espaciais demarcados, em aldeias, cidades, países. Doravante desenvolve-se num espaço universal, num tempo universal, instantâneo.

Ora a responsabilidade do *homem velho* injeta enormes perigos nessa universalização da história.

“Com a globalização das telecomunicações – adverte o escritor Paul Virilio – temos de estar preparados para a ocorrência de um acidente geral, um acidente nunca visto, tão surpreendente quanto o tempo mundial, esse tempo nunca visto. Um acidente geral que, em certa medida, seria o que Epicuro chamava ‘o acidente dos acidentes’. O *crash* das bolsas prefigura-o levemente. Mas quando falamos de ‘bolha financeira’ para a economia, estamos recorrendo a uma metáfora significativa, porque sugerimos uma espécie de nuvem que evoca outras nuvens tão inquietantes quanto à de Chernobil.”

Nunca antes a Humanidade imitou tão perigosamente quanto hoje os aprendizes de feiticeiro. O assalto à razão desenvolve-se em *Duas Frentes* num complexo processo de interação: a imperial e a do mercado. Forças poderosas acionam mecanismos cujo funcionamento escapa cada vez mais ao seu controle.

A ruptura do equilíbrio na área do poder político e militar, resultante da implosão da URSS, teve conseqüências nefastas para o conjunto da Humanidade. A unipolaridade não facilitou o advento da anunciada Nova Ordem Mundial. Introduziu uma desordem cujos desdobramentos são por ora imprevisíveis. Ao substituir-se às Nações Unidas, o sistema de poder

humanos e os mercados são de muito maior importância para a política dos Estados Unidos do que a política de qualquer outro país”.

Esta linguagem, que retoma o mito da nação predestinada, conduz à aceitação de teses mais pragmáticas implícitas nela, como a Doutrina Lake, segundo a qual os Estados Unidos têm o direito de intervir unilateralmente sempre que considerem ameaçados seus interesses em qualquer lugar do mundo, ou aquilo que os dirigentes da nação tenham por imprescindível à segurança do planeta e, portanto, à felicidade humana.

O simples fato de o índice de violência nos Estados Unidos ser hoje elevadíssimo e de sua percentagem da

choque das civilizações dominará a política mundial.”

Essa tese que empolgou os setores racistas e xenófobos da sociedade norte-americana, desencadeou uma polêmica de âmbito mundial. Huntington estimula a intolerância ao empregar expressões como “as fronteiras sangrentas do Islão”. Para milhões de conservadores norte-americanos neoliberais a evolução do mundo contemporâneo comprovaria a superioridade das nações ‘brancas’ do Norte civilizado (o Japão seria uma exceção à regra) sobre os povos do Terceiro Mundo, a superioridade ética e cultural da Cristandade sobre o mundo muçulmano. A única civilização merecedora de respeito seria hoje aquela que deifica o mercado.

Os aplausos a George Bush quando apresentou a Guerra do Golfo como nova cruzada em defesa da civilização e prólogo de uma nova ordem mundial, e a total insensibilidade da opinião pública norte-americana perante o bloqueio a Cuba, as sanções impostas ao Iraque e a bárbara agressão à Iugoslávia, são esclarecedores da absorção pelo norte-americano médio de valores de um perigoso anti-humanismo que o sistema de poder dos Estados Unidos cultiva, com o apoio de intelectuais acadêmicos que gozam da maior respeitabilidade.

A desigualdade no acesso à informação acompanha a desigualdade econômica crescente.

Na *Frente do Mercado* – cuja estratégia se desenvolve com o apoio integral da *Frente Imperial*, mas com uma autonomia crescente – o novo paradigma técnico-científico veio abrir ao jogo do dinheiro a possibilidade de aventuras inimagináveis há poucos anos e que imprimem características caóticas ao desenvolvimento selvagem do capitalismo no final do milênio. O efeito bumerangue do estouro das

A desigualdade nunca foi tão grande no mundo como no final deste século XX

que dirige a sociedade norte-americana e representa os EUA desenvolve uma estratégia imperial que talvez somente tenha precedente na que o Império Romano adotava.

Um dos seus mais brilhantes porta-vozes, o professor Samuel Huntington, neoliberal clintoniano, condensou num ensaio publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs*, a tese segundo a qual os Estados Unidos têm o dever de manter e perpetrar a sua atual liderança mundial. A questão é colocada numa perspectiva quase religiosa. A dominação imperial norte-americana seria uma exigência ética e dela dependeria a felicidade do homem. Isso porque os Estados Unidos “são o único país cuja identidade nacional se define por um conjunto de valores políticos e econômicos universais, isto é, a liberdade, a democracia, a igualdade, a propriedade privada e o mercado”.

Na opinião de Huntington, “a promoção da democracia, os direitos

população encerrada em presídios (1.800.000, ou seja um em cada 150) ser ali a mais alta do mundo é elucidativo das perigosas contradições do neomessianismo norte-americano.

O professor Huntington noutro polêmico ensaio, esboçou uma concepção geocultural do mundo contemporâneo que ajuda a compreender aspectos da história de que somos simultaneamente sujeito e objeto na viragem do milênio.

“A minha hipótese – escreveu então – é a de que num mundo novo os conflitos não terão origem na ideologia ou na economia. As grandes motivações das divergências, as principais fontes de conflito serão culturais. Os estados-nação continuarão a cumprir o papel principal nos assuntos internacionais, mas os principais conflitos políticos em escala mundial serão protagonizados por nações e grupos de diferentes civilizações. O

bolsas na Coreia, na Tailândia e na Indonésia, o grande medo suscitado pela falência dos bancos russos e pelo afundamento da moeda brasileira demonstraram que o mercado, imprevisível como os movimentos de um monstro desconhecido, escapa a qualquer tipo de controle. A criatura começa a surpreender e ameaçar aqueles que a criaram. Assustado, Milton Friedman, o pai dos *Chicago-Boys*, defende o fim do FMI; George Soros, o rei dos especuladores, o homem que afundou a libra esterlina, sugere a imposição de controles capazes de conter os excessos do mercado globalizado. São sintomas do grande medo que já toca os sacerdotes laicos do neoliberalismo de modelo hayeckiano.

Na crise do processo civilizatório do final do milênio, o monopólio praticamente absoluto dos meios de comunicação passou a constituir um elemento fundamental do capitalismo globalizado, ou seja do sistema de poder imposto à Humanidade. Eduardo Galeano expressa uma evidência ao lembrar que os modernos meios de comunicação da era eletrônica, colocados ao serviço da incomunicação, cumprem entre outras funções a de imporem “a adoração unânime dos valores da sociedade neoliberal”.

O novo paradigma, viabilizado pela revolução técnico-científica, não introduziu apenas um fato de poder antes inexistente... gerou um Poder Novo. Sem quase disso nos apercebermos, surgiu na Terra uma forma novíssima e específica de organização social. O sociólogo espanhol Manuel Castells cunhou a expressão de *Sociedade Informacional* para designá-la.

O que lhe confere – cabe perguntar – caráter totalmente inovador? Na sociedade neoliberal globalizada, a geração, o processamento e a

transmissão da informação convertem-se em fontes fundamentais da produtividade e do próprio poder. Estamos perante um fenômeno resultante das novas condições tecnológicas surgidas no período histórico de transição que atravessamos.

É transparente que compreendemos e conhecemos muito mal o mundo que o neoliberalismo tenta modelar a seu gosto.

Os que rejeitam esse projeto – é o meu caso – sentem a falta de uma análise científica e global da moderna sociedade informacional que está se formando nos países industrializados. Na esquerda não dispomos, nem isso seria possível, dada a rapidez quase alucinatória das mudanças introduzidas pelo novo paradigma, de um diagnóstico comparável para o nosso tempo de *Horror Econômico* – título de um livro-protesto de Viviane Forrester – ao que Marx elaborou em *O Capital*, partindo do estudo exaustivo do capitalismo do século XIX. Porventura compreendemos bem o capitalismo da revolução eletrônico-informática? A resposta é obviamente negativa. Que modificações, por exemplo, introduziu no próprio conceito de mais-valia a máquina digital? Acaso temos resposta satisfatória para as conseqüências em curto prazo do funcionamento de um mercado sacralizado onde somente o jogo especulativo do dinheiro no mercado de divisas representa quase 60 vezes o valor do comércio mundial? Não, e não...

Num belo livro cuja tradução portuguesa será lançada em breve – *La izquierda en el umbral del Siglo XXI, Haciendo posible lo imposible* – a

chilena Marta Harnecker aborda com lucidez e coragem o problema da alternativa a um modelo civilizacional que suscita crescente repúdio, mas que se impõe e avança precisamente porque os que o rejeitam não encontraram ainda nos terrenos da teoria e da prática fórmulas de o combater com eficácia, opondo-lhe no domínio do concreto, outro modelo.

Esse combate não pode desenvolver-se somente no campo da política propriamente dita. Tem de ser muito mais amplo, e despojado de dogmatismos e de localismos. O homem já foi à Lua, mas tem demonstrado ser incapaz de defender valores permanentes, universais, por ele criados ao longo dos últimos 2.500 anos. É inegável que a irracionalidade do mercado e o funcionamento do novo paradigma favorecem a emergência de uma cultura global planetária ou, para ser mais claro, de uma subcultura de raiz norte-americana de vocação unificadora que ambiciona submergir todas as culturas existentes, responsáveis pela diversidade e pela criatividade que permitiriam o avanço do processo civilizatório.

A homogeneização de costumes e gostos que destrói os particularismos locais galopa em todos os azimutes. Os seus efeitos são especialmente devastadores em amplas regiões do Terceiro Mundo. Comentando o fenômeno, Edgar Morin assinala que

“a americanização é o aspecto mais imágético e ostensivo de um processo nascido na própria Europa: o do desenvolvimento capitalista que transforma em mercadoria tudo aquilo em que toca, o do desenvolvimento

Os EUA desenvolvem hoje uma estratégia

imperial cujo precedente é o Império Romano

industrial que uniformiza tudo o que integra, o do desenvolvimento industrial tecnoburocrático que torna anônimo tudo aquilo de que toma posse, o da urbanização levada às últimas consequências, que desintegra as antigas comunidades e atomiza as existências na *multidão solitária*.”

O falecido Mike Cantor, que foi secretário de Comércio dos Estados Unidos, dizia com arrogância durante as negociações que precederam a formação da Organização Mundial do Comércio que a cultura era uma mercadoria como qualquer outra e como tal deveria ser tratada. Respondia assim à exigência francesa da *exclusão cultural* que visava

ser endêmicas em regiões do Terceiro Mundo como ocorria na Europa e na Ásia durante a Idade Média.

É falso que seja bom à Humanidade o que é bom para as grandes empresas.

Eduardo Galeano em uma Conferência Internacional sobre Ecologia e Espiritualidade afirmou que a saúde do mundo está transformada numa coisa asquerosa.

“Este sistema de vida – afirmou – que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é aquilo que nos está atacando o corpo e envenenando a alma e nos está deixando sem mundo (...) A civilização que confunde os relógios

irracionalidade do modelo inviabiliza-o.

Acreditar que transformações revolucionárias e humanistas podem mudar a vida no próximo século não significa, porém, que haja no momento condições mínimas para as levar adiante.

A dificuldade começa numa pergunta elementar. Hoje a esquerda não se encontra sequer em condições de formular com clareza uma alternativa credível. Que revolução queremos, com que revolução sonhamos?

Não vejo outra alternativa para a globalização neoliberal, capitalista, que não seja uma globalização socialista, a globalização da solidariedade entre os povos. Não tem data previsível no calendário do novo milênio, nem contornos definidos. Mas, por não ter perdido a confiança no homem, acredito que acontecerá.

Ao longo dos últimos dois milênios, segmentos da Humanidade progressista confrontaram-se muitas vezes, angustiados com desafios que pareciam insuperáveis, expressos em perguntas, não muito diferentes das que hoje formulamos. E, contudo, foram encontradas sempre saídas. A história, nas grandes, viragens positivas que mudaram a vida, cumpriu-se muitas vezes contra a lógica aparente.

A tarefa de tornar possível o impossível, como nos lembra Marta Harnecker, está ao alcance da Humanidade. Exigirá desta esforços comparáveis ao combate dos povos que viabilizou as grandes revoluções modernas. Tudo é, porém, nevoento no futuro próximo. Não estamos preparados para esboçar o perfil das rupturas que assinalarão o desmoronamento do neoliberalismo. A criação de uma sociedade humanizada em nível planetário depende antes de mais uma revalorização da teoria que possa fecundar uma práxis nova capaz de mobilizar a consciência e as energias dos povos. Esse será o grande desafio do século XXI.

Miguel Urbano Rodrigues é escritor e jornalista.

Mesmo Friedman, Soros e outros

expoentes do neoliberalismo expressam sintomas de medo perante os excessos do mercado globalizado

a impedir o massacrante domínio das transnacionais dos Estados Unidos no nevrálgico setor do audiovisual.

Quando a sociedade é colocada a serviço da economia e não ocorre o contrário, o funcionamento do mercado deificado aparece como muito mais importante do que a felicidade dos homens.

É minha convicção que no limiar do novo milênio, a Humanidade está a ser empurrada para uma catástrofe de proporções planetárias... Encontra-se muito próxima da beira do precipício.

A globalização neoliberal não promove somente o desemprego, a pobreza, a desigualdade social. Despoja também o mundo da sua cobertura vegetal. A ruptura de equilíbrios ecológicos milenares multiplica secas e inundações; a camada de ozônio, agredida, adelgaça perigosamente; as chuvas ácidas matam os bosques; as pestes voltam a

com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento, e o grande com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem, enquanto o mundo, labirinto sem centro, se dedica a romper o seu próprio céu.”

Identifico-me com a posição de Galeano. Mas, tal como ele, não sou pessimista. Vamos entrar mal no século XXI. Mas depende de nós, do homem, responsável por incontáveis e monstruosos crimes, mas também por prodigiosas conquistas, encontrar a saída para a atual crise de civilização.

A tarefa será homérica. Temos de partir do que somos, do que fizemos, sem a idéia abstrusa de enterrar o passado, desconhecendo que o presente nasceu dele.

A globalização neoliberal, como projeto de futuro, está condenada. A agonia poderá ser lenta, mas a

ENTREVISTA

Aloysio Biondi:
"O governo FHC
quebrou o Brasil"

DIEESE

Cenário adverso
das negociações
coletivas no país

GREVES

Os trabalhadores
nos transportes
mostram sua força

ANO 13 - Nº 31 - R\$ 7,50

SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/99

Debate Sindical



OS SINDICATOS E A DEGRADAÇÃO TRABALHISTA

A única
revista do
país
especializada
no estudo do
sindicalismo

Assinatura anual
(4 edições) = R\$ 30,00

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS (CES)

Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158 - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01323-010 - Telefone/fax: (0__ 11) 289-1496

Cupom de Assinatura

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone(s) _____ Fax _____

Profissão _____ E-mail _____

Forma de pagamento:

Cheque nominal ao CES. Valor de R\$ _____

Cartão Credicard ou Visa

Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do

Nº _____

Brasil, Agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

Validade ____/____/____

Reforma urbana e o Estatuto da Cidade

INÁCIO ARRUDA E LUIZ CARLOS ANTERO



Foto: Jacqueline Jemer

O Estatuto da Cidade resulta da experiência histórica desenvolvida nas lutas populares e expressa anseios do movimento social organizado

Loteamento Ipê-barracão. Porto Alegre, 1995.

A discussão acerca da questão urbana no Brasil ocupa lugar de destaque na Câmara dos Deputados. Nesse contexto, o Projeto de Lei 5.788/90 (*Estatuto da Cidade*) tem especial importância, visto que coloca no centro das reflexões a função social da propriedade, o direito de moradia e o interesse público. Ele trata em profundidade da reforma urbana, que hoje é mais explosiva que a reforma agrária, pela própria intensidade da pressão sobre a terra nas cidades, onde vive 80% da população brasileira.

Mais remotamente, assumindo a fisionomia da atualidade, a inspiração do *Estatuto* consiste no resgate da cidade pensada pelos gregos, enquanto estuário da civilização humana e de seu progresso, em oposição ao teatro de guerra que agora atinge o paroxismo sob a hegemonia neoliberal.

A lógica da divisão social do trabalho sob o signo da desigualdade e da acumulação do capital, e modernamente sob a gestão neoliberal, ignora que a cidade deve ser um espaço de vida e harmonia, delimitado em seu crescimento. Esta lógica traz consigo o fenômeno da acumulação que dispensa os fatores capital e trabalho, definindo a função da propriedade na perspectiva da geração e multiplicação do fácil lucro imobiliário desde a ação do Estado – que, ao beneficiar com equipamentos públicos as terras urbanas monopolizadas, agrega valor especulativo e fantástica riqueza para os grandes proprietários.

Este modelo atrofia o papel da cidade contemporânea pois, conduzido pela economia de mercado, instala a barbárie na forma ascendente do desemprego, da marginalidade, da

violência, da destruição ecológica e dos símbolos culturais, na forma do desmoronamento da construção social coletiva.

Os efeitos sistemáticos da inversão populacional entre o campo e a cidade trazem, entre as suas seqüelas, resultados que superam guerras como a do Vietnã: cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro assassinaram, entre 1989 e 1999, mais de 60 mil pessoas. A cidade de São Paulo, sozinha e apenas no primeiro semestre deste ano, vitimou seis mil pessoas. De *locus* para o exército de reserva de mão-de-obra, inicialmente, as periferias constituíram, em poucas décadas, o reduto que mescla trabalhadores e marginais, sempre separados em sua condição social por uma frágil linha divisória. Os presídios e FEBEMs constituem hoje escolas de pós-graduação em criminalidade de excluídos sociais e não suportam mais as populações carcerárias, transbordando de volta para a sociedade a nefasta obra do capitalismo: a barbárie.

No mesmo contexto de São Paulo, o Rio de Janeiro, de “cidade mara-

vilhosa” transformou-se no território exemplar da guerra civil branca: em suas favelas, a ação institucional é impenetrável e o comando soberano da população é exercido por núcleos do narcotráfico.

Dívidas e desvios

Neste ambiente é posto o limite e o alcance da via legislativa na resolução de vultosos problemas. Portanto, a estrita questão da política urbana deve ter princípios norteadores e normas básicas edificados a partir da discussão com a sociedade – organizações e lideranças populares, especialistas, parlamentares, etc – para que se torne vinculada ao processo social que gera transformações.

É assim que, cumprindo a determinação constitucional de que à União compete instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, impõe-se a aprovação de uma lei que trate de temas como planejamento das cidades, justa ocupação do solo urbano, gestão urbana participativa, plano diretor, regiões metropolitanas e problemas afins – uma legislação que instrumentalize os municípios para que possam cumprir da melhor forma, nas atuais circunstâncias, o papel de principais sujeitos e beneficiários da política urbana. Não é, contudo, suficiente uma legislação. Somam-se outras dificuldades aos obstáculos de natureza histórica e estrutural.

Antes da primeira gestão de Fernando Henrique, a dívida externa era de US\$ 103 bilhões (dezembro de 94); hoje, é de aproximados US\$ 250 bilhões. A dívida interna, de R\$ 61,4 bilhões em 94, mesmo com as privatizações ultrapassa os R\$ 500 bilhões. Neste ano, 69,17% do Orçamento da União (OGU) serão queimados em juros e amortizações. Na mudança cambial de janeiro as

perdas superaram os R\$ 100 bilhões. No orçamento de R\$ 1 trilhão do OGU para o ano 2000, a rolagem da dívida consumirá R\$ 633 bilhões e mais R\$ 143 bilhões em encargos financeiros da União – basicamente relativos aos juros da dívida contratual e mobiliária e à amortização líquida dessas dívidas. Estes encargos significam quase 44% dos gastos do Estado brasileiro num orçamento real de R\$ 320 bilhões.

Os números do endividamento vão crescendo com a desvalorização do real em relação ao dólar. Uma bomba de sucção, instalada entre Brasília e Wall Street, enxuga o bolso do povo para alimentar a bolha financeira dos EUA. (De onde viriam, então, os R\$ 40 bilhões para habitação e infraestrutura urbana, anunciados para o período 1999-2002?). E o Palácio do Planalto avança sobre outros recursos: aplicou R\$ 12,4 bilhões (de um total de R\$ 13,5 bilhões do FGTS destinados às ações de saneamento,

que superam de longe o orçamento de cidades como São Paulo (a terceira maior do mundo, com um orçamento de R\$ 10 bilhões em 99 e uma redução para R\$ 7,6 bilhões em 2000), Rio de Janeiro (R\$ 4,9 bilhões em 99 e R\$ 4,6 bilhões em 2000), Belo Horizonte (com um orçamento de R\$ 1,48 bilhão em 99 e R\$ 1,67 bilhão em 2000); Salvador (orçamento de R\$ 1,30 bilhão em 99 e R\$ 1,20 bilhão em 2000); ou Fortaleza (orçamento de R\$ 837 milhões em 1999).

Temos, portanto, grande responsabilidade ao debater a reforma urbana e o *Estatuto da Cidade*, atentos ao drama geral vivido pelo Brasil. A estrutura urbana é submetida aos termos de um plano econômico que agravou a miséria no país, concentrando brutalmente a renda e comprometendo os recursos do desenvolvimento com as malhas do endividamento. Isto impede os investimentos sociais e na melhoria da qualidade de

contundente ainda é a concentração de 17% da renda nacional e de 53% do estoque líquido da riqueza privada do País (R\$ 2 trilhões e 22 bilhões) no acervo patrimonial de 1% da população. No outro extremo, estão mais de dez milhões os desempregados, sem renda para sobreviver e muito menos para adquirir moradias prometidas por um governo sem recursos. Esses vão se agregando ao contingente de 44 milhões de brasileiros excluídos, os que vegetam na faixa de renda inferior a meio salário mínimo.

A maior parte da população mundial mora hoje nos grandes centros urbanos, os quais concentram inúmeros e complexos problemas diretamente relacionados à qualidade de vida. Nas cidades é gerada a parte significativa da riqueza no Brasil – pelo menos 90% – e no mundo. Temos, nessas circunstâncias, a missão de lutar para viabilizar qualidade de vida para esses milhões de trabalhadores que alavancam a economia.

Por outro ângulo, os problemas urbanos e suas respectivas soluções guardam forte vínculo com os dilemas do campo, constituindo-se aí um elo indissociável. No centro da questão da reforma urbana está o tema da propriedade, do mesmo modo que no cerne da questão agrária está o latifúndio. A concentração da terra urbana, a especulação imobiliária, o desenho caótico das cidades, os interesses contidos nessa expansão, têm como vertente a questão da propriedade.

A formação e as lutas

O debate sobre a questão urbana ainda é recente e recebe pouco tratamento oficial. Ganha consistência com a experiência acumulada pelo incremento das lutas populares e movimentos sociais urbanos por

A estrutura urbana é submetida aos termos de um plano econômico que agravou a miséria, concentrou renda e comprometeu os recursos do desenvolvimento

habitação popular e infra-estrutura urbana) em títulos da dívida pública federal. Somem dos orçamentos locais os recursos previstos na Constituição de 1988. O Pacto Federativo, em xeque, expõe as fraturas das dívidas estaduais e governadores submetidos e humilhados pelo Executivo federal.

Tais formidáveis recursos seriam suficientes para solucionar os dilemas urbanos e sociais do país, arcando com todas as despesas e financiamento praticados em todas as atividades públicas. Nesta sangria estão valores

vida nas cidades. São 15 regiões de perfil metropolitano (mais de 200 municípios) e cerca de 400 cidades de médio e grande porte, todas em dificuldades insolúveis nos marcos deste perverso modelo.

Pois, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um organismo oficial da Presidência da República, dos 55 mais importantes países o Brasil é o mais injusto: 10% dos brasileiros mais ricos ficam com 48,21% da renda nacional e os 40% mais pobres com apenas 7,10%. Mais

moradia e equipamentos de consumo coletivo, estruturados desde a periferia das cidades. É aí que, em nossa formação econômica e social, se localiza o exército de reserva de mão-de-obra à disposição da indústria em desenvolvimento e, numa expansão contínua, os contingentes humanos egressos do campo brasileiro que avolumam os aglomerados urbanos, expulsos pela persistente concentração da propriedade territorial.

O crescimento das cidades, impulsionado pela expansão da indústria, que requer força de trabalho, está assim associado à estrutura de uso e posse da terra no Brasil. Mas, a chamada globalização da economia (estimula e) se beneficia decisivamente desta divisão social do trabalho que inverteu a tendência populacional do campo para as cidades. O processo de urbanização intensificado sustenta em novo patamar a acumulação do capital, que necessita da cidade brasileira como um grande depósito de força de trabalho e do arrocho salarial para maximizar seus objetivos de expansão ilimitada dos mega-empreendimentos multinacionais. (Tais empresas, a exemplo do *Carrefour* ou da *Amway*, vão se expandindo hoje no Brasil, ocupando espaços urbanos, com suas instalações de negócios, ou rurais, com modernas fazendas agropecuárias, beneficiadas pelas matérias primas e por uma força de trabalho quase gratuita, o que lhes proporciona um lucro formidável no mercado brasileiro, na produção e comercialização).

Nesse ambiente – de absoluta predominância da economia de mercado – estão dados os limites do planejamento urbano, demarcando a importância do *Estatuto da Cidade* ao exercício progressista, no âmbito municipal, de prefeitos sufragados

pela tendência anti-neoliberal em alta no seio da população – que conquista e institucionaliza um instrumento ativo de planejamento. Aqui, levamos em conta a nova qualidade que a urbanização ofereceu aos movimentos populares, modificando a sociedade e explicando a tendência mais avançada do voto urbano – que amplia sua qualidade no ritmo da quantidade e intensidade das lutas.

Isto ocorre mais nitidamente no panorama desenhado no governo JK e pós-64, período a partir do qual o processo de acumulação do capital submetido à internacionalização determina uma acentuada proletarização da sociedade (maximizada nos anos 90 com a intervenção neoliberal), aproximando pela via do assalariamento as classes médias das massas espoliadas de trabalhadores.

Desse modo, o *Estatuto da Cidade*, ao tempo que é produto histórico das lutas populares, serve aos seus propósitos de pugnar para que as cidades brasileiras se transformem em espaços de convivência e de vida, saudáveis e voltadas para o bem estar material e espiritual de suas populações.

É indispensável ter bem claro, contudo, que esses objetivos estão submetidos à ruptura da sociedade brasileira com a subordinação ao capital financeiro internacional, quando vão se colocar tarefas como a da plena recuperação das cidades, a regulação de suas taxas de crescimento, a redução das migrações, entre outras metas qualificadas da planificação socialista. E que isto é contraditório com todo o modo de produção vigente, exigindo uma formação econômica e social que redimensione o papel da propriedade e o lugar histórico do trabalho, redefinindo igualmente o direito à moradia e aos serviços públicos urbanos.

Assim, considerando a cidade enquanto espaço onde as contradições se manifestam e onde é gerada, na luta, a consciência revolucionária, é muito apropriado muni-la legalmente de um instrumento que serve às transformações de conteúdo mais amplo, estimulando as grandes lutas nacionais rumo ao encontro de sua forma adequada – a sociedade sem classes.

O lugar histórico do Estatuto

Nos anos 30, com a mudança do eixo de poder, que reduz o papel político das oligarquias rurais e consolida a influência de uma burguesia urbano-industrial, define-se o início da demarcação e valorização das terras urbanas. Ocorre então o advento de um embrião de política – a legislação sobre loteamentos – que ao longo do tempo demonstra, em seu elitismo e volume de exigências, a disposição de inviabilizar a aquisição de terra pelas classes e camadas populares. A lei (6766) é apresentada, no entanto, como uma tentativa de ordenar o processo de urbanização quando a parcela substancial da população ainda se encontrava no campo, num perfil ainda muito distante da miséria absoluta que retrata a moderna degradação dos centros urbanos.

No período JK, com a instalação da indústria automobilística, a estrutura viária realiza a nítida opção pela rodovia, originando-se as grandes ligações entre os centros urbanos regionais e a adesão das classes de renda superior ao automóvel, fermentando as cidades brasileiras. A construção de Brasília, no final dos anos 50 e início dos anos 60, acena com o planejamento das cidades em benefício da população e representa o crepúsculo do Rio de Janeiro no concerto urbano brasileiro, retirando-lhe a condição de centro político. Este

processo que obscurece a antiga capital federal fora deflagrado antes por São Paulo e Belo Horizonte, que despontavam como centros industriais.

Até os anos 70, as terras urbanas multiplicam seu valor e o fenômeno da especulação imobiliária ganha corpo, transformando-as em reservas de valor. As grandes cidades brasileiras litorâneas, no estilo do Rio de Janeiro, recebem avenidas à beiramar, a verticalização das edificações generaliza-se e os subúrbios proliferam, concentrando as massas trabalhadoras que lutam por serviços públicos. O processo da divisão do trabalho fixa a supremacia urbana sobre o campo, com a industrialização, e o êxodo rural, impulsionado pelo latifúndio, intensifica a inchação das cidades, dando os primeiros passos rumo à eclosão do surto das favelas, mocambos e precárias habitações em larga escala.

O Estatuto da Cidade disciplina instrumentos para uma reforma urbana

A primeira tentativa de sistematização e intervenção na política urbana remonta ao período do governo João Goulart, quando pela primeira vez, em 1963, o governo federal, estimulado pelas pressões de massa e envolvido com reformas de base, promoveu o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana. O golpe militar frustra os objetivos da movimentação, mas surgiu dali o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, instituído em 1964 juntamente com outro organismo oficial, o Banco Nacional de

Habitação (BNH). Este, foi estruturado no bojo de uma formulação de política habitacional que ocorre nos marcos da ditadura.

Nos anos 70, esta instituição converteu-se no instrumento financeiro essencial na estratégia desenvolvimentista do regime militar, que buscava em sua origem “apascentar as massas órfãs e magoadas” do regime deposto, como afirmava uma carta de Sandra Cavalcanti ao general Castelo Branco, encaminhando a proposta de criação do BNH. No documento, foi sugerida a necessidade de uma ação vigorosa para devolver a essas massas “uma certa alegria”: “Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas”. (1)

Durante a década de 70 surgem ainda os pólos de desenvolvimento e as regiões metropolitanas (RMFs), delineando a fisionomia urbana atual do país. Em 1973 foram criadas as RMFs de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza e, em 1974, a do Rio de Janeiro. Neste ano, é inserido um capítulo sobre a questão urbana no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e a criação (também efêmera) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

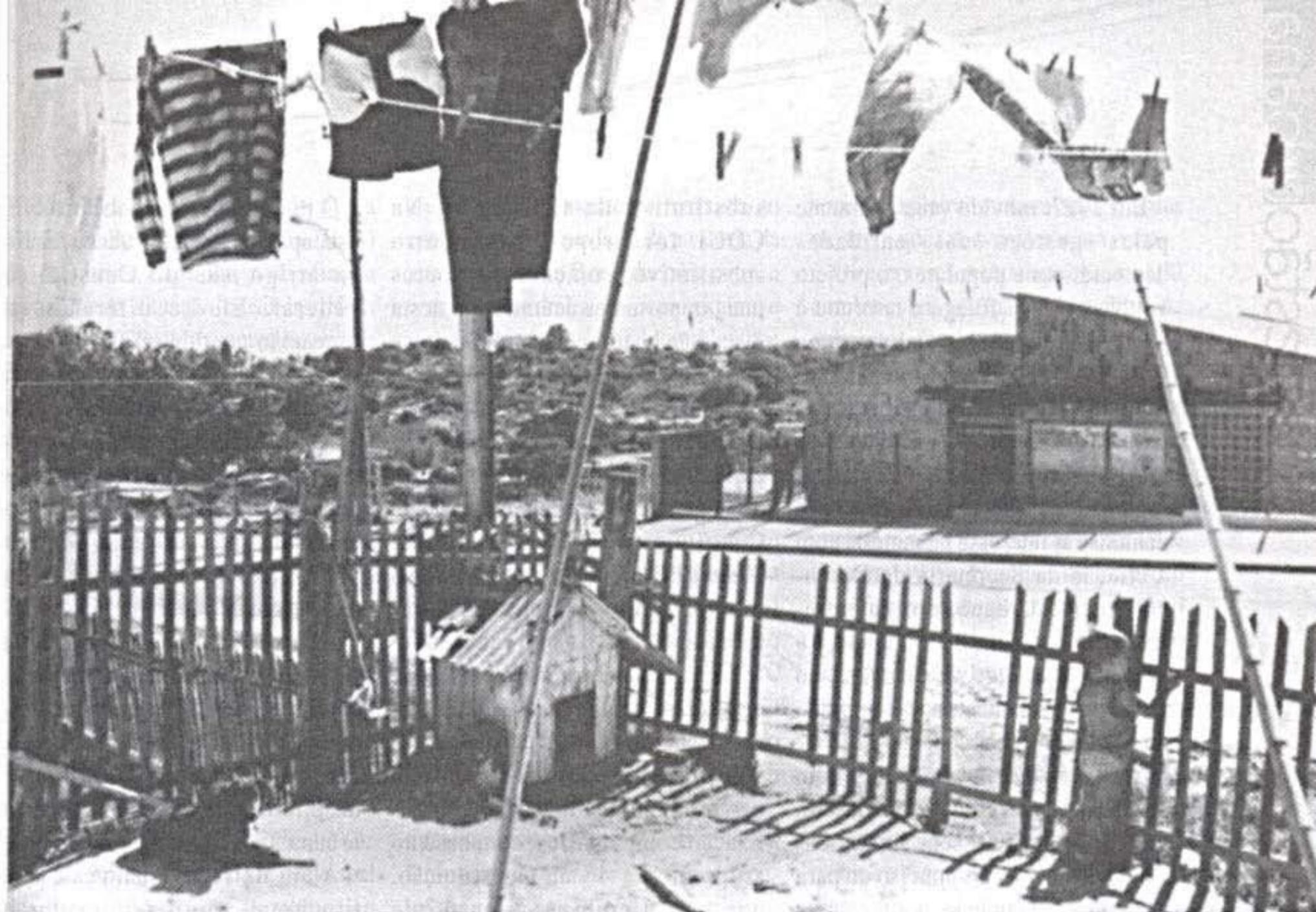
Foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que serviram, assim como o próprio BNH, à edificação de habitações voltadas para as classes de alta renda. Os programas habitacionais destinados às populações de baixa renda fracassam, um a um, diante da ilusória concepção que pretendeu inseri-las no mercado de consumo.

O êxodo rural, o crescimento acelerado das cidades e a ideologia da poupança e da casa própria, impulsionam a demanda por habitação, serviços públicos e equipamentos coletivos de consumo, incrementando a construção civil subsidiada. O BNH é, nessas condições, o agente principal do processo de urbanização, coonestando a natureza autoritária de um período de acentuado predomínio do governo central e esvaziamento progressivo da autonomia dos estados e municípios. O planejamento centralizado corresponde a um desenvolvimento que mantém a concentração da expansão industrial localizada nos grandes pólos tradicionais.

Em 1983, ainda no regime militar, o Executivo enviou ao Congresso o Projeto de Lei 775/83, positivando o princípio da função social da propriedade e estabelecendo diretrizes e instrumentos para uma política urbana. Para os mais conservadores, o projeto acabaria com o direito de propriedade no Brasil e a reação à matéria – qualificada como comunista – foi imediata. Esse projeto, mesmo enviado ao Congresso via regime militar, foi inspirado num amplo debate que perpassava os meios acadêmicos e o movimento social em novo curso no País.

A proposta de legislação, fruto dessa semente que florescia nacionalmente, permitiu uma discussão mais profunda da problemática urbana. Foi a partir dessa proposição que passou-se a debater a questão do solo urbano e instrumentos inovadores como o direito de superfície, o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e o direito de preempção, entre outros temas relevantes.

Nascia, então, uma ampla articulação nacional pela reforma



Posto de saúde da Chácara da Fumaça. Porto Alegre, 1995.

urbana, que teve suas bases assentadas de início na luta geral contra a carestia. No Brasil inteiro as classes e camadas populares reivindicavam moradia e melhores condições de vida. O movimento pela reforma urbana propiciou melhor compreensão do problema das cidades e envolveu universidades, pastorais, entidades profissionais (a exemplo do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB), etc.

A "Nova República" gera expectativas logo frustradas. No governo Sarney, o Ministério do Interior foi desdobrado em três pastas: Irrigação, Reforma Agrária e Desenvolvimento Urbano (MDU). Porém, a questão urbana não ganha força na agenda oficial. O MDU promoveu um novo seminário nacional para reformulação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) mas, um ano depois, foi extinto juntamente com

o BNH. Nenhum instrumento de política urbana sobreviveu à ação desestruturante ocasionada pela ausência de um novo modelo de desenvolvimento. Mas o grau de organização e o desenvolvimento das lutas atribui nova capacidade de intervenção aos movimentos sociais urbanos.

A primeira vitória expressiva no terreno legislativo e constitucional veio em 1988. Entre outros aspectos, fruto do trabalho e debate da sociedade, a nova Constituição brasileira promulgada incluiu, no título da ordem econômica, o Capítulo consagrado à política urbana, detalhado em seus artigos 182 e 183. Elegeu-se o plano diretor como referência do cumprimento da função social da propriedade. Com o objetivo de regulamentar tais dispositivos da Constituição Federal de 1988, foram apresentados

diversos projetos de lei. Na redemocratização – com farta participação do movimento popular – o Executivo passa a um plano secundário: as 18 matérias que tratam da regulamentação do Capítulo de política urbana da Constituição surgiram no próprio Legislativo.

Neste arcabouço de proposições, o Parlamento resgata sua vocação essencial nas iniciativas de vários partidos que mostram uma fértil produção. Promulgada a Carta de 1988, o senador Pompeu de Souza apresentou o Projeto de Lei 181/89, com o propósito de regulamentar os artigos 182 e 183 e estabelecer diretrizes gerais de política urbana – o *Estatuto da Cidade*. Aprovado no Senado Federal, o projeto foi para a Câmara dos Deputados em 1990, onde passou por uma tramitação extremamente lenta.

Em 1997, movido precipuamente pelas gestões das entidades democráticas e populares, o projeto voltou a ganhar fôlego e retornou à pauta. Após intenso debate na Comissão de Economia, foi apresentado o primeiro substitutivo na Câmara dos Deputados: resultante de um trabalho do movimento social organizado, o Executivo passou a demonstrar interesse na matéria com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e o empresariado urbano, aos poucos, começa a perceber o *Estatuto da Cidade* como instrumento importante no desempenho dos seus interesses econômicos.

Toda essa movimentação fez com que várias questões contidas no projeto original fossem suprimidas – para deixá-lo mais conciso ou para permitir efetivamente que o projeto pudesse tramitar. Após a aprovação na Comissão de Economia, a proposição foi à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM), onde encontrou um debate mais limitado em termos de audiências públicas e de

No centro da questão da reforma urbana está o tema da propriedade

participação do movimento social. Contudo, no substitutivo apresentado, buscou-se manter o acordo estabelecido na comissão anterior, que envolvia questões significativas.

No trabalho da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI, a principal comissão de mérito) os esforços foram concentrados no aperfeiçoamento do

substitutivo da CDCMAM. Na CDUI foi proposto um outro substitutivo, contendo os pontos mais importantes acumulados nesta discussão histórica, incorporando-se os aperfeiçoamentos necessários.

Os elementos básicos do Estatuto

No que tange à regulamentação da Constituição Federal, o *Estatuto da Cidade* (Projeto de Lei 5.788/90) disciplina instrumentos fundamentais para se conceber uma reforma urbana em nosso país e que dependem de lei federal para sua regulação.

O primeiro instrumento é o do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, com base no artigo 182, § 4º, da Constituição, que visa a coibir a retenção de terrenos urbanos ociosos, ou seja, a velha e surrada “especulação imobiliária”. É extremamente relevante, pois existem índices inaceitáveis de terrenos ociosos na malha urbana de diversas cidades brasileiras, causando prejuízos significativos para o interesse público e social.

O segundo envolve o IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) progressivo no tempo, que é uma sanção igualmente prevista no artigo 182, § 4º, da Constituição, vinculado ao não cumprimento do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

O terceiro instrumento previsto é a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública. Efetivada como seqüência da aplicação dos dois primeiros mecanismos, consiste na desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública semelhante à realizada para fins de reforma agrária.

O projeto dispõe também sobre o usucapião especial urbano, relativo ao artigo 183 da Constituição Federal. Ele se diferencia do usucapião contido no Código Civil e é enriquecido no *Estatuto da Cidade* pela figura do usucapião coletivo. Trata-se de um instrumento poderoso para promover a regularização fundiária nas cidades, especialmente nas áreas ocupadas por cortiços, favelas – áreas onde se encontram as condições de moradia mais precárias da nossa população.

O *Estatuto* dispõe também sobre o plano diretor, previsto no artigo 182, § 1º, da Constituição, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Além da regulamentação constitucional, são disciplinados no *Estatuto da Cidade* os seguintes instrumentos:

- **Direito de superfície:** é a possibilidade de dissociação entre o direito de propriedade do terreno e o direito de propriedade de edificação. O proprietário do terreno passa a poder conceder a outros o direito de superfície, de forma gratuita ou onerosa. Visa fundamentalmente a flexibilizar a utilização dos terrenos.

- **Transferência do direito de construir:** compreende a faculdade atribuída ao proprietário do imóvel por lei municipal de exercer em outro local ou alienar o direito de construir ainda não exercido. Tem inúmeras aplicações, a exemplo da preservação de imóvel de interesse histórico, proteção ambiental, operações urbanas, entre outras.

- **Outorga onerosa do direito de construir:** consiste no estabelecimento pelo município de um coeficiente de aproveitamento de

terreno, a partir do qual a autorização para construir passa a ser concedida de forma onerosa. Permite ao poder público a cobrança pela utilização mais intensa da infra-estrutura urbana instalada.

•**Operações urbanas consorciadas:** compõe-se de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores e usuários, e de investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área a transformação e melhorias urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

•**Direito de preempção:** na concepção do *Estatuto da Cidade*, dispõe sobre a preferência do poder público na compra de imóveis urbanos, via de regra em condições de mercado, visando garantir a formação de um estoque de terras públicas, sem a necessidade de desapropriação.

O *Estatuto da Cidade* traz ainda como inovação um instrumento decisivo de participação da sociedade: o orçamento participativo, uma proposta amplamente debatida com os movimentos sociais e um instrumento poderoso de democratização das cidades.

Os limites institucionais

Esses mecanismos visam a criação de condições para a melhoria da vida nas cidades. Mas, além deles, para se conquistar o desenvolvimento humano adequado, é necessário ampliar o sistema de saneamento básico, tratar adequadamente o lixo, cuidar da água, do esgoto, das áreas de preservação ambiental e das áreas de mananciais.

É indispensável a aprovação, no âmbito da reforma urbana, do projeto

de lei de iniciativa popular (o primeiro do gênero a tramitar no Parlamento) que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, pois, sem habitação, não é possível melhorar a qualidade de vida do povo. É fundamental também a ampliação do sistema de transportes públicos do País, superando a opção que penaliza toda a sociedade: a do transporte individual, cada vez mais dominante – e onerosa.

A retomada das soluções para a questão urbana no Brasil, portanto, esbarra em problemas de vulto relacionados às questões da habitação, saneamento, transportes e meio ambiente, em especial. Aponta, em princípio, para o déficit habitacional, estimado oficialmente em quatro milhões de novas moradias urbanas, mais 13 milhões sem (ou com inadequados) serviços de infra-estrutura, e em áreas superpovoadas e precárias. Neste déficit, 55% são relativos à população com renda familiar de até dois salários mínimos. É um dos mais graves problemas sociais do Brasil de hoje, que não depende apenas da reordenação dos mecanismos financeiros institucionais.

É relevante reconhecer a atualidade da questão urbana no Brasil e buscar soluções. Isto atende antiga aspiração da sociedade organizada. Mas nenhum decreto – na tradição atrabiliária do Executivo, de legislar acima do Congresso – pode ignorar décadas de experiências e debates, apenas mediante a criação de um órgão (a Secretaria de Políticas Urbanas da Presidência) que pretende tratar dilemas que afligem a vasta população hoje presente no espaço urbano. Ocorre que o presidente FHC, em seu descuido crônico com a

agenda popular e atenção obstinada aos agiotas, não tratou do tema em seu primeiro mandato, enquanto submeteu o País a um modelo que inviabiliza o planejamento.

É profunda a distância entre a intenção explícita e o gesto, entre discurso e prática, neste governo, que apenas cria novos problemas. O que de resto não constitui nenhuma novidade desde que Engels, ao tratar do problema da habitação, revelou que as classes dominantes não buscam resolver um problema sem pelo menos criar outro ou muitos outros e mais graves problemas. Mas, nesta patética gestão do Estado – que seria a representação ideal dos capitalistas em seu conjunto – no Brasil, não se constata sequer o empenho em conseguir que “as medidas usuais, que representam um paliativo superficial, sejam aplicadas em toda parte de maneira uniforme”, (2) como constatou Engels para sua época. Além de não atender a sua clientela fundamental – os capitalistas – de modo uniforme, aprofunda os problemas de parte deles – pequenos, médios e até grandes empresários do setor produtivo – e do conjunto da população. Para esta, distribui, de modo uniforme, o horror social.

A privatização do sistema de águas e esgotos, prevista em memorando do FMI, tende a ampliar ainda mais o vasto contingente dos sem-nada, mas já consta de projetos em tramitação legislativa: em um deles, de autoria do senador José Serra, é retirada a titularidade dos municípios sobre o sistema; noutro, de autoria do próprio Executivo, é criada a Agência Nacional de Águas (ANA), que consiste na inclusão de um bem essencial à sobrevivência da população no jogo do mercado – a

exemplo do que acontece com a energia elétrica ou o telefone. E isto ocorre num momento em que os organismos internacionais alardeiam que as guerras do próximo século serão motivadas pela escassez da água, e não mais do petróleo.

O primeiro passo para esta privatização, veio na Resolução (2521) do Executivo, que ampliou as restrições para o crédito aos órgãos públicos nas operações de financiamento dos investimentos das companhias estaduais e serviços municipais de saneamento, incluindo igualmente as COHABs. Esta medida praticamente esterilizou os recursos do FGTS, destinados legalmente à ampliação da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de saneamento e à construção de habitações populares. O segundo passo, decisivo, consta da inclusão de recursos de financiamento da ordem de R\$ 60 bilhões no Plano Plurianual (PPA), ofertados graciosamente às empresas concessionárias na desestatização dos serviços de saneamento.

A agenda neoliberal em curso mantém e desenvolve igualmente a questão fundiária e a da moradia urbana na perspectiva suprema do mercado. Entre suas maquinações o governo menciona o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI); os programas Pró-Moradia, Habitar Brasil e a Carta de Crédito. São iniciativas que carecem, como o arcabouço de formulação política habitacional sustentado pelo regime militar, de sustentação na realidade social. Ignora, desse modo, a Constituição de 1988, que elegeu o direito à moradia como pressuposto da vida digna e de boa qualidade.

O SFI confunde habitação com veículo automotivo ou eletrodo-

méstico, apostando na securitização com livre negociação e alienação fiduciária do imóvel para atrair capitais externos. O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) segue na mesma linha: um *leasing* (arrendamento com opção de compra) de casas urbanas para famílias de baixa renda, e recursos de um Fundo (FAR) que terá a propriedade dos imóveis. Com prestações para "mutuários" em 15 anos, o PAR pretende resolver o problema da moradia nas grandes cidades, em cortiços e áreas de risco, construindo nos vazios urbanos. Acontece que: 1) o problema não se restringe aos grandes centros; 2) os vazios urbanos são, em geral, terras imprestáveis ou muito valorizadas pela especulação imobiliária; 3) o bote é semelhante ao da ditadura, quando tentou atar ao mercado os trabalhadores que, sem renda estável e presos às casas, marcharam para a inadimplência e, quando organizados, para a resistência.

O SFI e o PAR são soluções de mercado que confundem desejo de consumo com necessidade de abrigo, de aconchego humano. Os demais programas aguardam recursos rarefeitos pelo ralo dos juros das dívidas. Não resultam de consulta aos setores envolvidos e atendem basicamente às regiões Sul e Sudeste do País. Também por isso, o governo não pode afirmar que o crescimento das vendas de materiais de construção e o aumento do número de ligações elétricas mostram a redução do déficit habitacional.

A situação da economia e da renda popular inviabiliza esses programas, com o desemprego em alta e a renda na maior queda livre do século. A soma dos salários, mais o

rendimento do trabalhador autônomo e mais as pensões dos aposentados, será em 1999 bem menor do que em 1998. A crise, com a estagnação e saturação do mercado de trabalho, trará mais 4,3 milhões de desempregados, fechando 2,8 milhões de postos de trabalho, vedando o acesso ao emprego a mais 1,5 milhão de jovens, como conclui o professor e economista Márcio Pochmann, da Unicamp. A agenda articulada pelo FMI não prevê recomposição dos salários e políticas consistentes para a geração de emprego, não prioriza investimentos na área social ou a melhoria da qualidade de vida. O salário mínimo, com a crise cambial, passou a valer menos de US\$ 70 e tende a cair ainda mais.

O caminho para a solução dos dilemas urbanos e, em particular, da crise de moradia é, em consequência, oposto ao percurso atual, que afunda o País numa recessão sempre mais profunda. A prioridade pode estar inicialmente em ações voltadas para o aquecimento da economia, como o impulso da construção civil em ritmo pleno, assegurando o combate ao desemprego, o resgate da tecnologia nacional – uma das mais respeitadas no mundo – articuladas a medidas como a da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. É este um dos passos iniciais para vislumbrarmos, ainda nos marcos da economia de mercado, uma certa redistribuição da riqueza. Ao lado disso, o redimensionamento do planejamento urbano deve atingir as regiões mais desprovidas de recursos públicos, a exemplo do Nordeste. Sem isso, somente agravar-se-á o déficit habitacional.

Superando os decretos e medidas provisórias, é hora de semearmos

uma nova gestão das cidades. A sociedade brasileira, em sua caminhada por uma vida melhor conheceu profundas transformações no processo que converteu o Brasil rural em um país urbano e industrial, pode beneficiar-se da experiência acumulada nas lutas pela reforma urbana e do rumo sólido oriundo da mobilização popular.

Desafios para a sociedade

Os diversos momentos da formação da rede urbana brasileira nos últimos 60 anos evidenciam um processo evolutivo determinado por interesses quase sempre individuais, privados e especulativos, superpondo-se aos interesses públicos, coletivos. O exame das experiências em planificação no Brasil, neste período, confirmam a tese de que as cidades brasileiras (o Brasil urbano) fizeram-se apesar do planejamento.

Isto se deve precipuamente à submissão aos mecanismos de mercado e ao poder do capital imobiliário, fatores que determinam um escudo de proteção à propriedade privada, inibindo o avanço e aplicação dos instrumentos institucionais que possam controlar o uso do direito de propriedade que gera conflitos e prejuízos para o interesse social e coletivo nas cidades.

As conseqüências desta ordem são desastrosas para as populações urbanas, sufocadas pela crescente poluição ambiental, pelos penosos e demorados deslocamentos, pela vida social e cultural limitada e empobrecida. O Estado atual não pode ultrapassar os limites da política de intenções, materializando-a em prática efetiva. Desse modo, seu planejamento não repercutirá sobre o caótico processo da urbanização no

Brasil, fixando a permanência de intervenções sobre a vida urbana que redundam em recorrentes fracassos e na exaustão administrativa.

Nessas condições, o *Estatuto da Cidade* é um passo importante na luta pela reforma urbana, no contexto da luta popular por uma vida digna. Tenta-se acelerar ao máximo a tramitação do substitutivo em função de um problema concreto, imediato: há quase dez anos se espera para a aprovação deste projeto. Contudo, não podemos perder de vista a questão central nesse processo de luta para sua aprovação – a função social da propriedade e os mecanismos para o seu tratamento –, correndo o risco de produzir apenas uma bela peça de retórica. Além disso, surgem problemas novos ao longo do debate. Cabe à relatoria do projeto articular as expectativas dos diversos personagens sociais envolvidos no processo, produzindo um texto exequível na atual correlação de forças.

Há, contudo, acima da necessidade do instrumento legal, que haver muita disposição para aplicá-lo nas cidades brasileiras, somando-se, como parte de um todo, às transformações mais gerais contidas nos anseios da sociedade – de um Brasil soberano, social e economicamente desenvolvido – contempladas pela substituição conseqüente da agenda política responsável pelo agravamento mais profundo dos problemas urbanos no País. Para efetivá-lo, é fundamental assegurar a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização. Sua concretização depende de fatores diversos entre os quais se inclui essencialmente a consciência e a organização popular, forjada, como vimos, na mobilização

e no amplo compromisso com o interesse social.

Neste sentido, a trajetória dos movimentos sociais urbanos se confunde com as lutas do povo brasileiro por dias melhores. Ao longo da nossa História, ocupando espaços urbanos, o povo requer moradias, pressionando por verbas para habitação, saneamento, saúde e educação; com panelas vazias, pugna por melhores ganhos e alimentação; com lâmpadas, exige energia elétrica; luta por água encanada ou transportes de massa, entre os equipamentos coletivos de consumo.

Planos diretores adequados às necessidades da maioria urbana, incluindo-se aí a erradicação das favelas e a ruptura com o conceito de que as melhores áreas de uma cidade são destinadas por *jus naturalis* aos ricos, dependem desta pressão organizada por recursos que contemplem os direitos da população.

A transformação das diretrizes e instrumentos tratados pelo *Estatuto da Cidade* em lei federal é apenas um passo necessário nesta luta. 

Inácio Arruda é deputado federal pelo PCdoB-CE e presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara Federal e relator do Estatuto da Cidade na CDUI. Luiz Carlos Antero é sociólogo e jornalista.

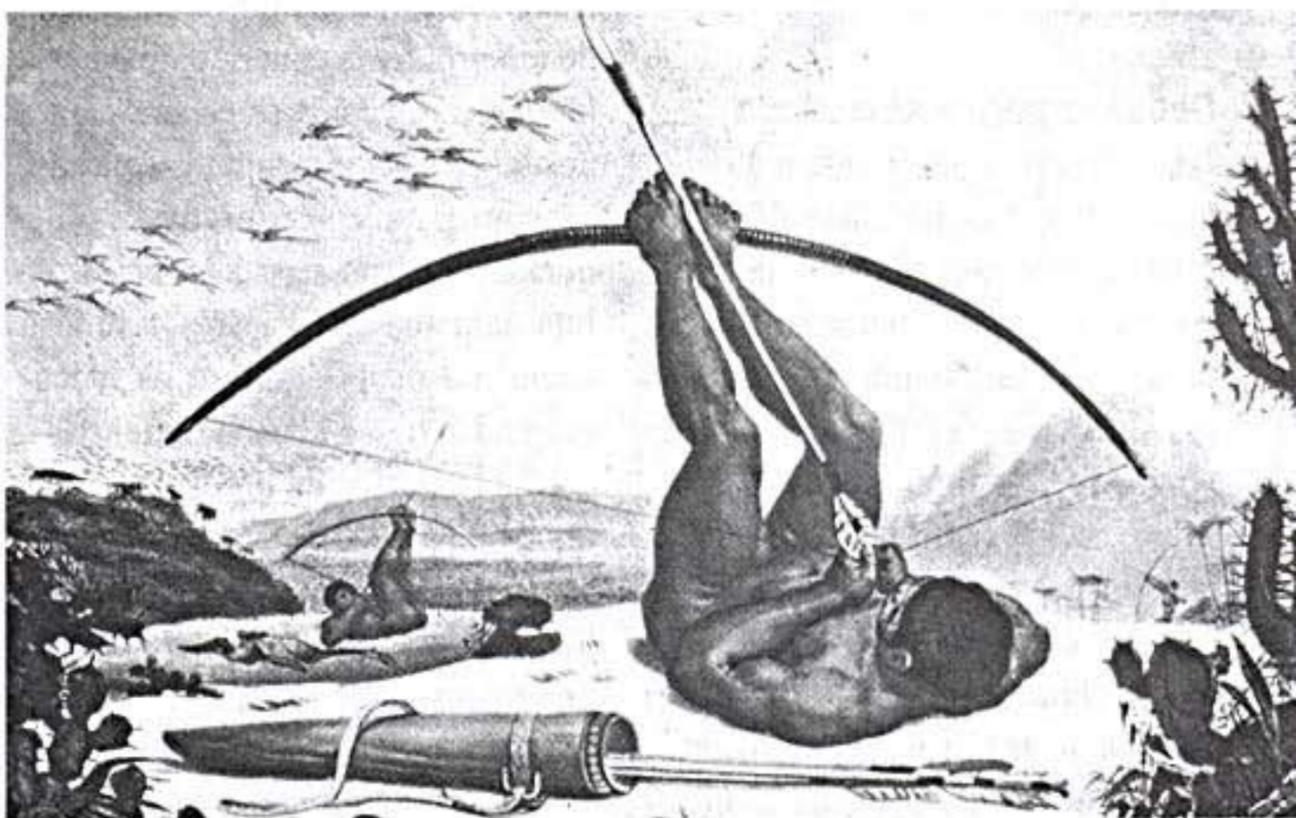
Notas

- (1) Trindade, M. – *Habitação e Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 12
- (2) ENGELS, Friedrich. “Sobre o Problema da Habitação”, *In: Textos II*. São Paulo, Edições Sociais/Alfa-Ômega, 1976, pp. 90-91

Dez cenas da história do trabalho no Brasil

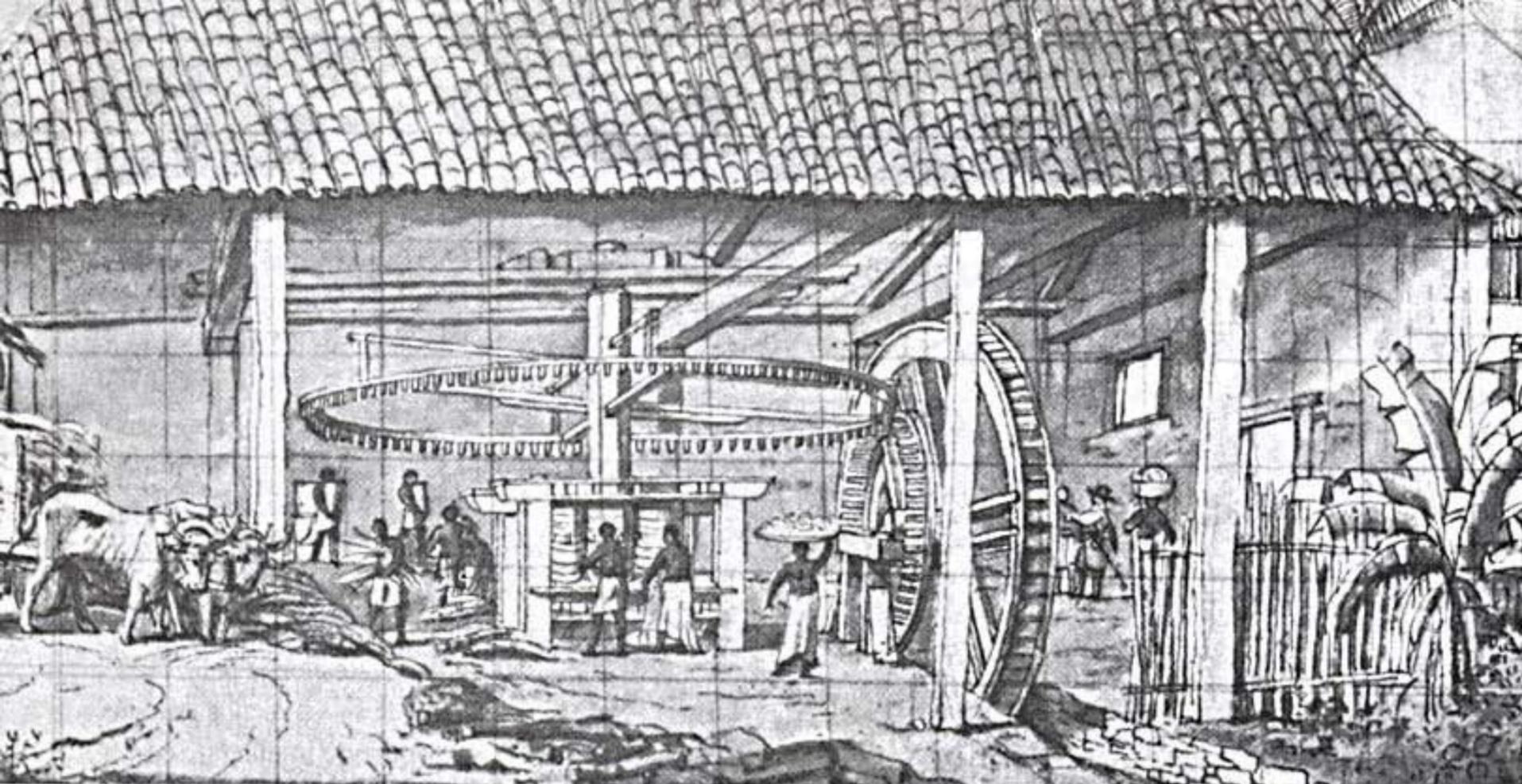
BERNARDO JOFFILY

1 Comunismo primitivo: As sociedades indígenas pré-cabralinas ignoram a propriedade privada, a divisão de classes, a opressão de classe e o Estado. Conhecem apenas a mais primitiva divisão do trabalho, entre as mulheres, que lavram e coletam alimentos e tecem algodão, e os homens, que caçam, pescam – e guerreiam. O clima ameno e a água abundante propiciam relativo bem-estar e uma população estimada em mais de 5 milhões de habitantes, em 1500, nas terras que hoje formam o Brasil. [*Caboclo*, gravura de Jean-Baptiste Debret]



2 Escravidão vermelha: A escravização dos “negros da terra” (indígenas), teoricamente proibida por Roma e Lisboa, começa em 1511, antes do emprego dos “negros da Guiné” (africanos), e perdura por toda a era escravista. Concentra-se em áreas pobres, como São Paulo antes do surto do café, e mescla-se com formas semi-escravistas. Alimenta-se da “preagem” (captura) de homens e mulheres, sobretudo nas missões Guarani do Paraná Paraguai. [Índios “de corda” (escravizados) em gravura de Debret]

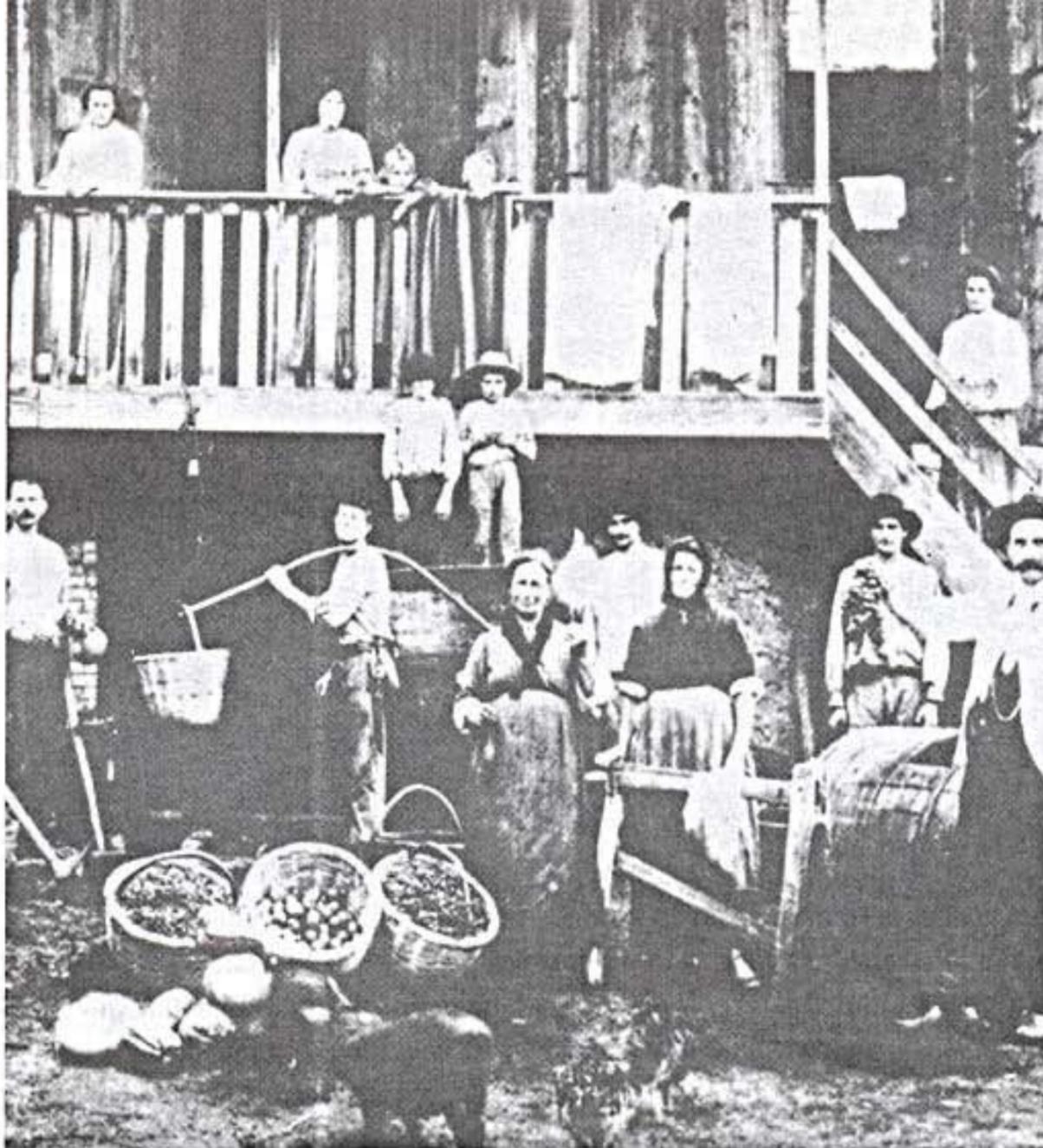




3 **Escravidão africana:** O engenho de açúcar define o padrão do escravismo colonial, ou “sistema brasileiro”, que predomina em três quartos da nossa história. Tem por bases o latifúndio, a grande produção, o braço escravo, a monocultura e o monopólio colonial. É uma unidade quase-industrial, com avançada divisão do trabalho (perto de 30 funções). Em contraste, o regime de trabalho é talvez o mais brutal que a humanidade conheceu: baseado na exploração do trabalhador até a morte, não permite sequer a reposição física da classe que trabalha, dependendo do tráfico negreiro para se reproduzir. [*Usina de açúcar*, desenho de Franz Post, séc. XVII]

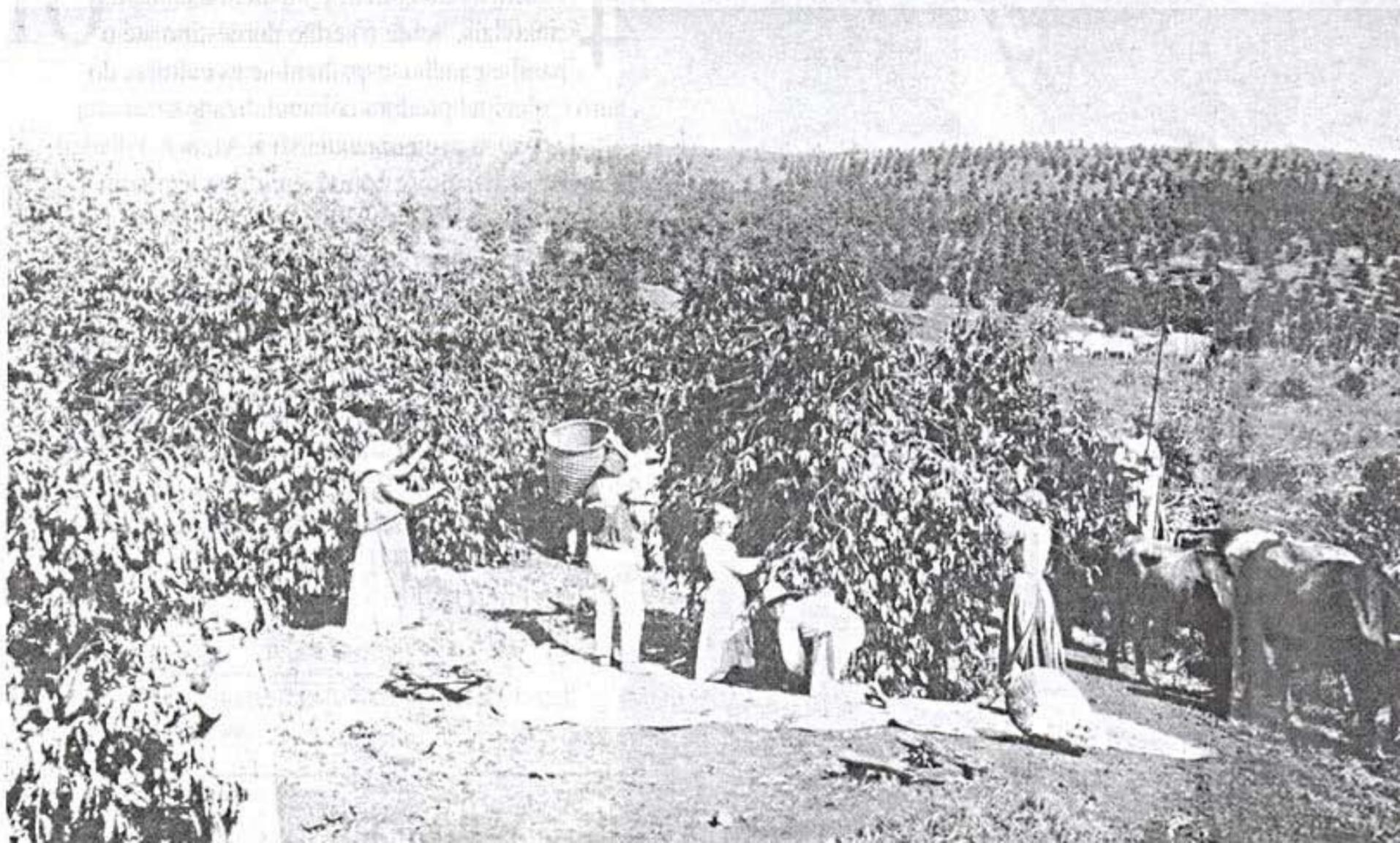


4 **Culturas do couro:** Para além da área dos canaviais, desde o sertão nordestino até o pampa gaúcho, espalham-se as culturas do couro (principal produto comercializado), voltadas para a pecuária extensiva. Aí, o escravismo mescla-se com formas que lembram a servidão e dão origem à polêmica sobre a vigência de relações feudais ou semifeudais no Brasil. O vaqueiro, ajudado pelo “fábrica” (aprendiz), cuida do gado do latifundiário, em troca de uma cria em cada quatro. O sistema, com poucas modificações, avança pelo século XX nas regiões mais sertanejas retardatárias. [Vaqueiro do sertão potiguar nos anos 1950, “encourado” para a lida do gado tal como seus avós de três séculos antes]



5 O campesinato independente: O Império estimulará por motivos estratégicos a instalação de famílias européias no Sul, em núcleos de camponeses independentes. É a primeira forma de trabalho livre no Brasil – afora as comunidades marginalizadas de indígenas, quilombolas e posseiros, existentes nas bordas do sistema latifundiário. Responde pela desigualdade social menos gritante nas áreas onde se implanta. Sua degradação na segunda metade do século XX, sob o impacto da modernização conservadora da agricultura, fornece uma das primeiras bases do movimento dos sem-terra. [Família camponesa italiana instalada na serra gaúcha]

6 O colonato: A crise do sistema escravista, na segunda metade do século XIX, leva o latifúndio cafeeiro a importar braços europeus, mediante contratos de parceria. Nesse regime, semilivre, o imigrante e sua família trabalham à meia para o fazendeiro, presos pela dívida das despesas de viagem e outras. No início o colonato tem fortes traços escravistas, que geram revoltas contra “a nova escravidão”, como a da fazenda Ibicaba, em 1856-57. Aos poucos, já no século XX, cede espaço a formas que se aproximam do regime assalariado. [Colonos europeus na lavoura do café, início do século XX]





7 Primórdios da indústria: A indústria brasileira nasce com grande atraso, proibida na Colônia (alvará de 1785), contida pelo sistema escravocrata até 1888 e pela política oficial “agrarista” até 1930, sabotada pela concorrência estrangeira (assassinato de Delmiro Gouveia, e demolição da fábrica de Pedra, 1929). Implanta-se por volta da virada do século XX. Uma minoria de imigrantes enriquecidos forma a maior parte da burguesia industrial dessa fase, enquanto o jovem proletariado industrial é recrutado sobretudo na massa de imigrantes sem posses. Não há direitos sociais. A mão-de-obra feminina e infantil, mais barata, é amplamente explorada. [Meninos operários da virada do século XIX para o XX, São Paulo]

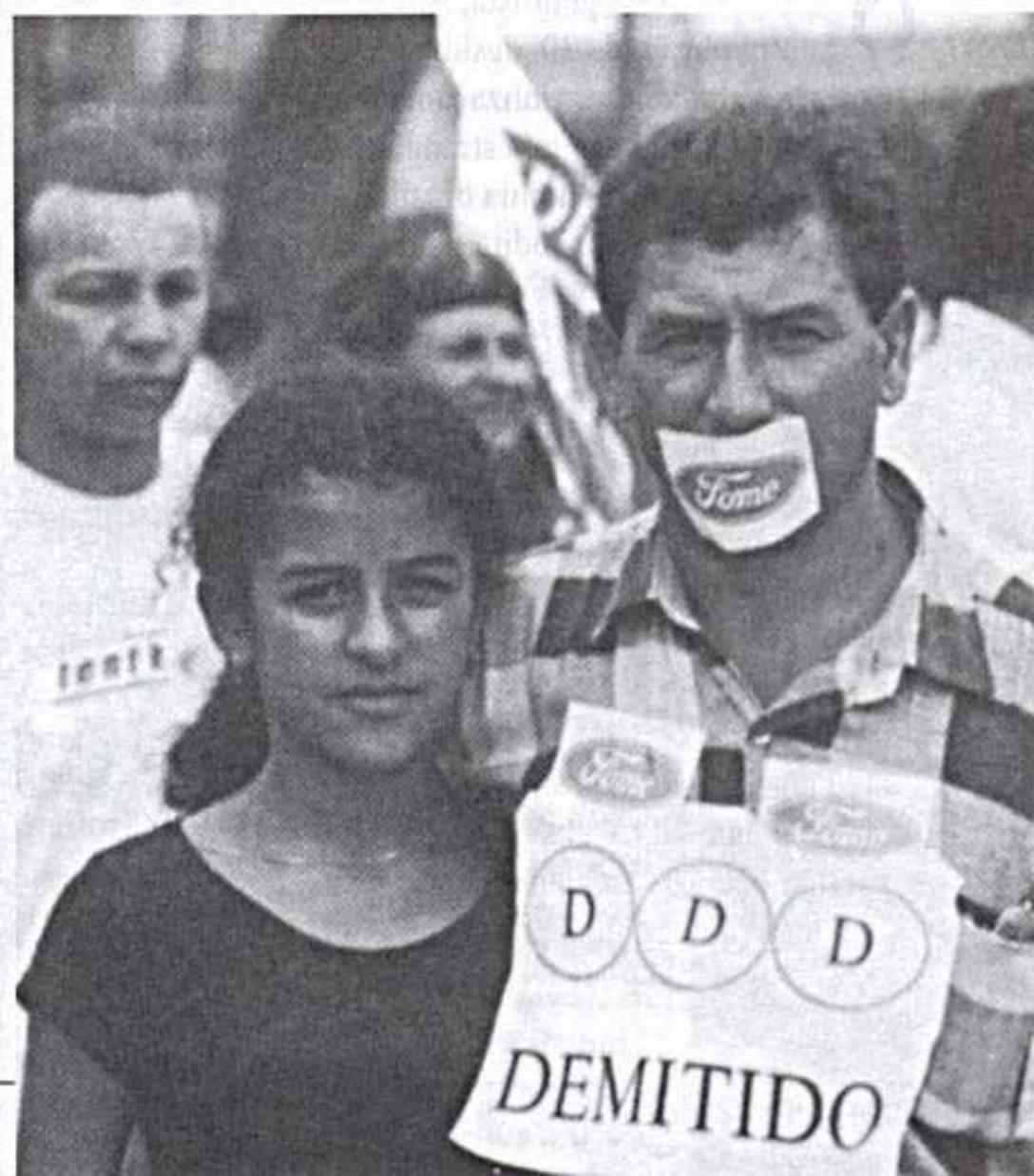
8 As grandes fábricas: O modelo dito getulista, fruto da Revolução de 30, desimpede o caminho para a industrialização, com base no tripé capital estrangeiro-nacional-estatal. A economia brasileira cresce com rapidez inaudita, face aos períodos anteriores e aos demais países. Entra, embora com atraso, na segunda revolução tecnológica burguesa (fordista), com grandes unidades e um grande proletariado fabril. Porém as taxas de exploração e as disparidades de classe são escandalosas. A crise social aflora nos anos 60; temporariamente contida pela violência após 1964, explodirá com força ainda maior nos anos 80. [Linha de montagem da Volkswagen de São Bernardo em 1980, quando a fábrica tinha 46 mil trabalhadores; hoje, são 20 mil]





9 Proletarização na agricultura: Sobretudo após 1964, ocorre uma modernização conservadora na agricultura. O latifúndio mantém e até reforça seu monopólio sobre a terra, mas aburguesa-se, usando créditos, máquinas, insumos. Surge o chamado complexo agro-industrial. O trabalho assalariado se generaliza e passa a predominar em quase todo o país, sobretudo sob a forma do trabalhador temporário, o “bóia-fria”. O êxodo para as cidades leva pela primeira vez à redução absoluta da população rural. Com o predomínio de relações tipicamente capitalistas no campo, o proletariado – urbano e agrícola – torna-se, em torno dos anos 70, a classe social mais numerosa do país. [Assalariados da cana na greve de Guariba, São Paulo, 1984]

10 A precarização do trabalho: A terceira revolução tecnológica burguesa (toyotista), somada às “décadas perdidas” de 80-90, à ofensiva neoliberal no mundo e no Brasil, provocam graves transformações no mundo do trabalho. A onda de desemprego é a mais visível, mas não a única. Generalizam-se também a precarização, a flexibilização e a terceirização. Já na esfera do capital, as marcas são a desestatização, a desnacionalização, a financeirização, a concentração acelerada. Paradoxalmente, no mesmo momento em que o progresso científico-tecnológico abre a possibilidade de um mundo de abundância e bem-estar, o capitalismo maneja estes mesmos recursos para arrancar dos trabalhadores um sem-número de conquistas sociais. [Desempregados da FORD em 1999]



Bernardo Joffily é jornalista e autor da *Agenda Outros 500*, lançada pela editora Anita Garibaldi.

SOCIALIZE, DÊ CULTURA DE PRESENTE!

AGENDA BRASIL OUTROS 500 - O PRESENTE DE 2000.



*Uma lembrança inesquecível:
a descoberta de 500 anos da história
que não aprendemos na escola,
resgatada em mais de 3.200 datas e 800 ilustrações,
destacam os verdadeiros heróis do Brasil.
Conhecer essa história de forma alegre
e inteligente em 392 páginas armará os lutadores
de hoje para o bom combate na busca de dias
mais felizes para os brasileiros.
É a realidade da luta do povo.
Solicite imediatamente a sua, a do seu amigo secreto, a
daquela pessoa que você deseja acompanhar
durante todo o ano de 2000.*

Preço promocional = R\$ 22,00
(já incluindo despesas de envio)

A Editora Anita Garibaldi, além da agenda **Brasil Outros 500** e da revista **Princípios**, traz novidades em livros lançados nos últimos meses:

- OS DESAFIOS DO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI - João Amazonas - 256 pp.: R\$ 22,00
- CHINA - 50 ANOS DE REPÚBLICA POPULAR - Haroldo Lima, Duarte Pereira e Severino Cabral - 128 pp.: . R\$ 15,00
- A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NEGOCIADA - Fernando Fidalgo - 232 pp.: R\$ 25,00
- REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NA FRANÇA - Silvio Costa - 296 pp.: R\$ 28,00
- CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO - Silvio Costa (org.) - 128 pp.: R\$ 15,00

Aproveite já! A Promoção **Presenteie com Cultura** é válida até 31/12/99.

Na assinatura de **Princípios** você usufrui de descontos especiais:

- a) 65% sobre o valor da agenda, ou 1 livro da lista;
- b) 35% a partir do segundo livro.

Se já é assinante ou não deseja efetivar sua assinatura da **Princípios** agora, peça seus livros (3 ou mais exemplares) com 35% de desconto.

CUPOM DE PEDIDO - PRINCÍPIOS + PROMOÇÃO

REVISTA PRINCÍPIOS: ASSINATURA NORMAL R\$ 30,00/ASSINATURA ESPECIAL R\$ 45,00(inclui 4 edições anteriores)

Nome Completo : _____ Telefone: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ E-mail: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Desejo receber as seguintes publicações: _____

Forma de pagamento:

- CHEQUE NOMINAL** à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor total do pedido = _____ .
- Depósito em C/C - **ITAÚ Agência 0251 Conta n.º 48 678-3** (favor enviar cópia do comprovante)
- Cartão **CREDICARD/DINERS** ou **VISA** n.º _____ Validade ____/____

R. Monsenhor. Passalácqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

E-mail: livraria@anitaagaribaldi.com.br - Telefax: (0xx11) 289-1331 ou fone: 3266-4312

Os primeiros passos da interpretação marxista no Brasil

Visões da história (quarta parte)

JOSÉ CARLOS RUY

Os escritores comunistas dos anos 20 e 30 iniciaram o estudo da formação social brasileira e do caráter de nossa revolução; entre eles se destacam Octávio Brandão, Astrojildo Pereira e Caio Prado Jr., cujos escritos revelam uma assimilação do marxismo ainda embrionária



Octávio Brandão



Astrojildo Pereira

É um lugar comum dizer que a análise marxista da formação social brasileira tem início com a publicação de *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr., em 1933. Um dos marcos desta identificação é um texto de Antônio Cândido, de 1967, que indica Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, como os autores que marcaram sua geração.

Os autores seguintes não tiveram o cuidado de Antônio Cândido de circunscrever essa influência à formação de sua própria geração, generalizando-a para todo um período histórico. Obscureceram, assim, toda a linhagem historiográfica que, vinda de décadas antes do aparecimento de *Evolução Política do Brasil*, desenvolveu-se à margem de sua influência, ou contra ela, nas décadas seguintes. E reduziram a visão marxista da história de nosso país à linhagem iniciada por Caio Prado Júnior.

Sem desmerecer a importância deste autor, entretanto, é preciso repor as coisas em seu lugar, num quadro em que Caio Prado Jr. tem destaque principalmente devido à influência que alcançou nos meios acadêmicos.

A influência marxista na análise da formação social brasileira aparece inicialmente nos escritos de Manoel Bomfim, autor de *A América Latina* (1905), onde a luta de classes e as relações econômicas entre a metrópole e as colônias surjam através da metáfora biológica da relação entre o *parasita* e o *parasitado*. Mais tarde, em *O Brasil na história* (escrito em 1926 e publicado em 1930), a influência do marxismo é maior. Ele preconiza uma “explosão revolucionária”, a “conquista do poder por uma classe que nunca o ocupara”, para impor “um novo padrão de valores”.

Denuncia o positivismo e sua concepção de progresso ligado à ordem, que resultou na defesa do “privilegio prático do capitalismo”, “onde o trabalho é inexoravelmente espoliado e tiranizado” (Sussekind, 1984).

O tema principal de Bomfim foi a formação e o desenvolvimento da nação brasileira, a necessidade e a possibilidade de superar a dominação colonial, no passado, e imperialista, no presente. Possibilidade sinalizada já no século XVII, diz em *O Brasil na história*, quando os brasileiros expulsaram os holandeses, vencendo “a potência mais poderosa do mundo de então”. Prova, diz, da falência dos argumentos racistas sobre a incapacidade do Brasil e dos brasileiros superarem a dominação colonial e imperialista em virtude do clima, ou da *indolência*, “conclusões”, diz “de uma *sociologia para brancos*” (Bomfim: 1930). Superação que só ocorrerá através de uma mudança revolucionária, diz no posfácio de 1931 a *O Brasil Nação*, onde acusa a Revolução de 1930 de limitar-se “ao mundo político dos governantes tradicionais” (Sussekind: 1984).

Manoel Bomfim não pode ser considerado, contudo, um autor marxista; seu radicalismo remonta à tradição jacobina que floresceu nas campanhas abolicionista e republicana

e conheceu seu clímax no governo do marechal Floriano Peixoto.

A análise marxista da história requer a assimilação de alguns conceitos básicos, como o de formação econômico-social, modo de produção, forças produtivas e relações de produção, que permitem identificar a natureza da estrutura de classes (e das próprias classes) de uma certa sociedade; a luta de classes que move a história; a natureza e o grau de desenvolvimento daquela formação histórico-social; e as possibilidades de evolução histórica nela inscritas. Uma formação econômico-social é constituída pelo conjunto de relações sociais determinadas historicamente, vinculadas às forças produtivas e à estrutura de classes de uma sociedade; o elemento constitutivo básico deste conjunto é a conexão estrutural entre forças produtivas e relações de produção. Ela evolui de forma contraditória, com elementos de um modo de produção presentes em outro nos períodos de transição, de tal forma que na maioria das vezes o conceito de determinado tipo de formação social não existe em estado de pureza (Moura, 1976).

No Brasil, “o debate científico sobre o modo de produção surgiu no bojo de um contexto político-ideológico, monopolizado, de certa maneira, pelo Partido Comunista do Brasil” (Lapa, 1980). Os espaços privilegiados deste debate foram o próprio partido, alguns círculos universitários, algumas publicações não acadêmicas, e excepcionalmente os sindicatos, “sempre no eixo Rio-São Paulo” (Lapa, 1980).

A produção científica dos autores comunistas decorria da necessidade de identificar a natureza e o caráter da revolução brasileira, e as classes sociais nela envolvidas; ela foi marcada, nos anos 20, pela limitada assimilação do

marxismo em nosso país e pela influência determinante da Internacional Comunista (IC).

Os dois principais teóricos marxistas foram, então, dois dirigentes comunistas, Astrojildo Pereira (secretário geral do Partido Comunista do Brasil) e Octávio Brandão. Embora seja corrente apontar suas falhas, é preciso também (como faz Quartim de Moraes) contrastar suas obras com a produção da intelectualidade burguesa de então. Armados, embora rudimentarmente, com um corpo teórico fecundo como o materialismo histórico, eles conseguiram antever os efeitos que a crise mundial teria no Brasil. “Em face da retórica vazia dos liberais encardidos”, sua análise política “mostrou-se incomparavelmente mais próxima do curso objetivo do processo histórico”, sendo capazes de prever com dois anos de antece-

impacto de sua condenação pela IC em sua fase mais esquerdista, soterraram suas eventuais qualidades. Nele, Brandão estudou o caráter da revolução brasileira, analisou nossa formação histórica, as classes e a luta de classes, tendo o mérito de compreender os danos do domínio imperialista e identificar a luta entre o imperialismo inglês, decadente, e o norte-americano, ascendente, pelo domínio de nosso país. Apontou também a luta entre a oligarquia latifundiária e a indústria que nascia, investindo contra as “sobrevivências feudais” (Brandão: 1978).

Brandão defendia uma política de alianças com os setores progressistas e radicalizados de então, baseado na tese da *terceira revolta*, que esperava ocorrer após as revoluções tenentistas de 1922 e 1924, na qual o partido teria participação decisiva com a formação de uma “frente

Congresso, de 1928/1929, onde prevaleceu a tese da esperada *terceira revolta* (Pereira: 1979). As resoluções deste congresso classificaram o Brasil como “um país de tipo semi-colonial, economicamente dominado pelo imperialismo, ainda que ‘politicamente independente’”; de economia agrária, dominada pela grande propriedade com exploração dos camponeses; onde o imperialismo impedia o “desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas”; onde, contudo, “involuntariamente”, o imperialismo promovia “certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento”. Por influência da IC, apontava o caráter democrático-burguês da revolução brasileira, na qual a burguesia nacional capitulou perante o imperialismo e aliou-se aos latifundiários que estão no poder, acentuando “mais e mais a exploração econômica” pelo imperialismo, levando à radicalização dos trabalhadores urbanos e rurais e inclusive das “camadas mais pobres da pequena burguesia”. Em consequência, certas camadas da pequena burguesia tendem para a revolução e para a aliança com o proletariado, embora a pequena burguesia seja incapaz de levar o movimento às últimas consequências, cabendo sua direção ao proletariado e seu partido, a quem cabe apoiar “os movimentos revolucionários em preparação”, com base nos seguintes pontos “que constituem o conteúdo essencial da revolução em sua primeira etapa: a) solução do problema agrário, confiscação da terra, b) supressão dos vestígios semi-feudais, c) libertação do jugo do capital estrangeiro” (Carone: 1982).

Os vislumbres teóricos de Brandão, entretanto, deram-se numa obra com forte sentido personalista e sem influência fora dos círculos comunistas. Astrojildo Pereira, escritor mais propriamente orgânico, foi o principal redator das resoluções dos congressos de 1925 e

O debate científico sobre o modo de produção, no Brasil, nasce sob a égide do Partido Comunista do Brasil

dência, em 1928, em documentos do Partido, o colapso do café, o confronto entre a Aliança Liberal e o poder oligárquico, e o levante armado de outubro de 1930 (Moraes: 1995; Pereira: 1982).

Em 1924, sob o impacto da leitura de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, como diz em suas memórias, Brandão escreveu *Agrarismo e industrialismo - ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* (publicado em 1926, em edição do autor, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, com a menção de ter sido impresso em Buenos Aires, para “desorientar a polícia”), livro que Astrojildo Pereira considerou como a “primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional” (Brandão: 1978). Os erros flagrantes desse livro, somados ao

única do proletariado, da pequena burguesia e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e os governos dos grandes proprietários rurais feudais” (Brandão: 1978). Esta tese é repetida em “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”, de 1928, onde Brandão propõe a aliança com a pequena-burguesia revolucionária, principalmente os *tenentes* (Brandão: 1985).

As idéias de Brandão foram acatadas em textos oficiais como as resoluções do II Congresso do Partido Comunista do Brasil, de 1925, que apontam a “luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República”. Ou os documentos finais do III

1928/1929, e autor de vários artigos para a revista do Bureau Sul Americano (BSA) da IC, onde expunha a avaliação partidária da situação brasileira. Num artigo de 1928 ele caracteriza aquela época como “um período de transição entre a economia agrária e a economia industrial”, onde a penetração imperialista se dava através de empréstimos ao Estado nacional, aos estados e municípios, e à iniciativa privada, oriundos da Inglaterra e, depois de 1921, crescentemente dos EUA, com presença de capitais franceses, alemães e italianos. Além dos empréstimos, a presença do imperialismo se dava em investimentos em bancos, ferrovias, indústrias, portos, energia elétrica, serviços públicos, fazendas de café, etc, sendo visível a tendência para o predomínio dos EUA (Del Roio, 1990).

Outro aspecto da atividade intelectual de Astrojildo foi o combate ao pensamento oligárquico. Num artigo publicado em *A Classe Operária* (1/5/1929), submeteu as falácias expostas por Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil* a uma crítica rigorosa e demolidora. Acusou-o de “justificar, histórica, política e socialmente, o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras, daquilo que o historiador chama, com admiração, a *aristocracia rural*.” Desmontou a tese da inexistência da luta de classes no Brasil com um retrospecto dos conflitos sociais, concluindo que aqui houve “luta de classes da boa, evidente, caracterizada, autêntica”. Ao assinalar as três consequências da obra de Oliveira Viana, Astrojildo demonstrou um domínio

crescente do pensamento marxista ao concluir que da tese falsa da ausência da luta de classes no Brasil decorria outra, a compreensão do Estado como externo e superior às classes, cujo controle cabe (tese que coroa a argumentação daquele apologeta das elites) aos “fazendeiros de café, descendentes da velha *aristocracia rural*” (Pereira: 1979).

As idéias de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira sobre a *terceira revolta* e a aliança com a pequena burguesia, e as resoluções do III Congresso, foram criticadas pela IC no final de 1929 (ver adiante) e pelo BSA. Na Conferência de Buenos Aires do BSA, em abril/maio de 1930, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram acusados de desvios de direita e de “pequenos burgueses”. A tese de Brandão, do caráter “democrático-pequeno-burguês” da revolução brasileira, foi acusada de menchevique, antimarxista e antileninista por negar a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, e as resoluções do III Congresso foram consideradas oportunistas (Duller: 1977).

A IC e seu BSA estavam, na ocasião, sob influência do esquerdismo das conclusões do VI Congresso, da política de “classe contra classe” e da condenação das alianças com outras forças. Entretanto, Astrojildo e Brandão foram condenados pelos erros que decorriam de sua precária formação teórica. Suas formulações chocavam-se em muitos aspectos com o pensamento de Marx e Lênin, faltando-lhes uma compreensão maduramente marxista da formação

social brasileira, embora seus escritos mostrem que tateavam no rumo certo.

Os escritores comunistas nos anos 20 combinavam seu próprio impulso de aplicar de forma original e criadora o marxismo que começavam a dominar, combinando-o com a influência das formulações da IC. Décadas mais tarde, fazendo a crítica daqueles esforços teóricos, Astrojildo Pereira diria que ouviam o galo cantar, sem saber onde (Pereira: 1979), exemplo de avaliação cujo rigor ressalta os erros e impede o reconhecimento dos acertos, entre eles o diagnóstico dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, que eles viram corretamente não como meras manifestações de descontentamento mas reflexos de mudanças mais profundas, expressos no conflito entre o “industrialismo” que nascia e o “agrarismo” de raízes coloniais, diante dos quais a burguesia era incapaz de cumprir as tarefas históricas de sua própria revolução democrática.

As fontes do marxismo daqueles pioneiros foram, principalmente, o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, traduzido por Brandão e publicado em 1924 (Carone, 1986 - foi a primeira tradução brasileira do *Manifesto*), e escritos de Lênin, abundantemente citados por Brandão em “O proletariado e a revolução democrático-pequeno-burguesa”. Se o domínio que tinham do pensamento marxista era ainda inicial, é preciso reconhecer também que o próprio conhecimento histórico do Brasil ainda era pouco desenvolvido e voltado para a legitimação das ações das classes dominantes. Seria preciso esperar ainda uma década para que estes estudos dessem um salto, iniciando o desbravamento de áreas importantes para o conhecimento de nossa formação histórica, como a economia, a sociedade, as classes, etc.

O outro elemento que aqueles escritores levaram em conta em seus textos foram as teses da IC. Desde sua fundação, os

A precária assimilação do marxismo por Brandão e Astrojildo levou-os a erros, como a caracterização da revolução brasileira como democrática-pequeno-burguesa

dirigentes comunistas procuraram aproximar-se da Internacional, ligar-se a ela, beneficiando-se de sua orientação teórica e política. Estavam, assim, pr-dispostos a receber favoravelmente também as teses que os ajudassem a compreender, do ponto de vista do materialismo histórico e da ciência socialista, a natureza de nossa formação histórico-social, da revolução que aqui ocorria, e dos papéis que, nela, cabiam à vanguarda proletária.

Na Internacional, a avaliação dos países da Ásia, África e América Latina resultou de uma elaboração lenta, que avançou, congresso a congresso, ao longo dos anos 20. No VI Congresso, em 1928, a IC adotou a formulação que teria longa carreira nas décadas seguintes, caracterizando esses países como colônias ou semi-colônias, dominadas pelo imperialismo e seus aliados internos, os grandes proprietários de terras feudais e o capital mercantil voltado para o comércio externo, e que viviam a transição do feudalismo para o capitalismo; sua revolução tinha, assim, um caráter democrático-burguês. Essa avaliação coincidia em muitos pontos com o próprio desenvolvimento teórico dos escritores comunistas brasileiros, como a denúncia do domínio imperialista, a compreensão de nosso passado (e do latifúndio, no presente) como feudal, e a avaliação da incapacidade histórica da burguesia para cumprir as tarefas democráticas e nacionais que se esperava dela.

As teses do VI Congresso da IC sobre os países coloniais e semi-coloniais lançaram as bases daquilo que, no futuro, seria a compreensão do caráter dependente do capitalismo brasileiro: a penetração imperialista, em busca de mercados seguros de investimento e consumo, acelerava o desenvolvimento das relações de produção capitalista nestes países, onde a aliança entre a

classe "feudal", o capital comercial e o imperialismo criava as condições para a reprodução e perpetuação da dependência. Esta é a raiz longínqua, e inconfessada, da *teoria da dependência*, que faria o sucesso de Fernando Henrique Cardoso nos anos 60.

Mas, ao contrário do sociólogo, que tirou conclusões direitistas e conservadoras dessa análise, as conclusões do VI Congresso da Internacional abriam uma perspectiva avançada ao caracterizar a revolução nas colônias e semi-colônias como democrático-burguesa, com o objetivo de romper o jugo imperialista e realizar a reforma agrária, permitindo o ulterior desenvolvimento econômico-social. Via, nesse quadro, a possibilidade de uma ação positiva da "burguesia industrial", raiz também longínqua das teses que atribuíam um papel de relevo para a "burguesia nacional" em países de passado colonial. Se a "burguesia comercial", ou "compradora", e os latifundiários, são aliados do imperialismo, diziam as conclusões do VI Congresso, a burguesia industrial poderia ter um papel nacional-reformista e, segundo sua influência nas massas, opor-se ao imperialismo, podendo assim receber apoio dos comunistas (Del Roio: 1990).

Essas teses foram "postas em prática como modelo único para a América Latina pelo BSA da IC" (Lapa, 1980), e tiveram forte influência nas resoluções do III Congresso do Partido que, como vimos, abandonou a tese da revolução democrática-pequena burguesa, identificando-a mais corretamente como "democrático-burguesa" a revolução que ocorria no Brasil (Pereira: 1979).

As teses do VI Congresso da IC sobre os países coloniais e semi-coloniais foram baseadas na análise da situação da Índia e, principalmente, da China, onde o levante proletário de 1927 fora derrotado e os comunistas massacrados em cidades como Cantão e Xangai. Para a América Latina, a análise baseava-se principalmente nos desdobramentos da situação mexicana, embora houvesse consciência das importantes diferenças entre os países do continente, principalmente entre o Brasil, a Argentina e o Chile, nos quais havia uma nascente burguesia industrial, e os demais países. O rico debate travado, que resultou nas teses do Congresso, continuou em 1929 e, no caso do Brasil, levou a uma série de reuniões, em novembro e dezembro de 1929, para estudar a situação do país e a atuação do



Caio Prado Jr. sendo diplomado como deputado Estadual em 1947

Partido. Tiveram a participação de um grupo de comunistas brasileiros que estavam em Moscou, de Astrojildo Pereira, secretário geral do Partido Comunista do Brasil, de August Guralsky (que se tornou secretário do BSA da IC sendo responsável pela implantação da orientação obreirista e esquerdista no Partido), entre outros. As reuniões foram dirigidas pelo próprio Dimitri Z. Manuilsky, secretário da IC (Lima: 1982).

Antecipando as críticas que foram feitas, meses depois, na Conferência de Buenos Aires (como vimos atrás), os escritos de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, e as resoluções do III Congresso do Partido foram severamente criticadas nessas reuniões (Lima: 1981). Em fevereiro de 1930, a Internacional divulgou a resolução sobre o Brasil, publicada por *A Classe Operária* em abril de 1930. Ela dizia que “no Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolução do tipo democrático-burguês. O curso e o sucesso da revolução depende da classe que conquistar, nela, a hegemonia” (íntegra em Carone: 1982). Do ponto de vista tático, entretanto, a orientação esquerdista do VI Congresso e do BSA impôs o abandono da busca de uma aliança com os “tenentes”, em nome da política de “classe contra classe”, e deu origem ao “obreirismo” no Partido, versão sectária e mecanicista da orientação da Internacional para a proletarização dos partidos comunistas.

As idéias predominantes entre os comunistas a respeito da evolução das formações econômico-sociais, fortemente marcadas pelas teses do VI Congresso da IC, completaram-se nos anos seguintes quando se consagrou o esquema evolutivo de cinco tipos de relações de produção, da comunidade primitiva ao comunismo, uma generalização das conclusões de Engels sobre a história

européia (em *Origem da família, da propriedade privada e do estado*), e já era muito difundida desde a época da II Internacional, embora estivesse “longe de ser um dogma” (Sofri: 1987).

Em 1919, numa conferência sobre o Estado, Lênin havia abordado este esquema, afirmando sua validade para a Europa e sugerindo sua aplicação à “grande maioria dos países”, que teriam evoluído da escravidão para o feudalismo (Lênin: 1968). Lênin procurava, aqui, a lei geral de desenvolvimento de todas as sociedades, mas tinha a prudência de deixar em aberto a possibilidade de variações locais, nacionais, dessa lei geral que, em sua formulação, não estava ossificada na visão de uma evolução unilinear para todas as sociedades.

Em fevereiro de 1931, a Associação dos Orientalistas Marxistas promoveu um debate, em Leningrado, cujos resultados assinalaram uma “etapa fundamental na marcha doravante vitoriosa da tendência unilinearista” (Sofri: 1987), baseada naqueles textos de Engels e Lênin, sem a prudência científica que convidava ao exame concreto de cada situação histórica particular. Em 1938, o engessamento teórico foi completado na fórmula staliniana segundo a qual “a história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: a comunidade primitiva, a escravatura, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista” (Stálin: 1978). Deve-se observar, aqui, que o fechamento do esquema interpretativo não era absoluto - o texto referia-se a cinco tipos *fundamentais*, e não a *apenas* cinco tipos. Entretanto, nas décadas seguintes, esta formulação foi a marca dos estudos históricos marxistas.

A severa e crescente repressão anti-comunista sob o regime de Vargas foi agravada pelo esquerdismo obreirista e pela instabilidade na direção do partido (que prolongou-se até meados dos anos 30), acontecimentos que tiveram, como

conseqüência, a paralização do debate e da elaboração teórica.

Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Jr., apontada como obra inaugural dos estudos históricos marxistas em nosso país, foi publicada nesse contexto. Nela, diz o prefácio, pretende-se aplicar na análise do passado brasileiro um “método relativamente novo”: a “interpretação materialista”. Caio Prado Jr. desmistifica os heróis e os grandes feitos - grandes apenas por concordarem “com os interesses das classes dirigentes”. Valorizou as revoltas populares, tradicionalmente tratadas como explosões “bestiais”, e fugiu do mero relato dos feitos oficiais, esmiuçando a conjuntura das diferentes épocas estudadas, tentando encontrar no conflito entre interesses econômicos, sociais e políticos a explicação para a ação dos agentes históricos. Esta foi sua inovação entre os escritores que se dedicavam à história do Brasil. *Evolução política do Brasil* e as outras obras que a seguiriam (*Formação do Brasil Contemporâneo, 1942; e História Econômica do Brasil, 1945*) nasceram como resposta a preocupações surgidas na militância política de seu autor. Fundador do Partido Democrático de São Paulo (1926) e da Aliança Liberal (1929), Caio Prado Jr. foi presidente da Seção Paulista da Aliança Nacional Libertadora (1935) e deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (1947).

O ponto central de sua análise é a constituição da nação a partir da colônia e a busca da identidade nacional. É aqui que Caio Prado Jr. é mais desenvolvido e tem uma contribuição consistente. Ele parte da interrogação sobre o “sentido” da colonização, concluindo que decorre da expansão comercial européia, que condicionou transformações econômicas, sociais e políticas de âmbito mundial, dando origem ao capitalismo moderno. O

Brasil, diz, constituiu-se para fornecer mercadorias exigidas pelo consumo europeu. “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial”, “destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (Prado Jr: 1963).

A questão central é a busca das articulações da exploração colonial com esse processo de transição do feudalismo para o capitalismo que ocorria nas metrópoles e suas consequências para a colônia. Polemizando com as teses da IC, Caio Prado Jr diz que nosso passado colonial nunca foi feudal, como não é semi-feudal o latifúndio de nosso tempo. Foram o capitalismo, a empresa como um empreendimento de caráter capitalista, e o empresário, que dominaram nosso cenário econômico e social desde os primeiros tempos da colonização.

Da mesma forma como os escritores comunistas do começo do século, o marxismo de Caio Prado Jr era limitado, fato que autores acadêmicos começam a reconhecer. Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, mostra como, ao opor-se ao modelo interpretativo dominante na IC e no Partido Comunista do Brasil, ele usava um “estoque de categorias marxistas” pouco rico, confundindo o predomínio de relações mercantis com a existência do modo de produção capitalista, e usando de forma pouco rigorosa a noção de burguesia (Coutinho: 1989).

Caio Prado Jr. não trabalha, em seus escritos, com a noção de modo de produção, de formação econômico social, ou de relações de produção. Ao



De pé: Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, Alonso Schmidt; sentados: Edgard Leuenroth e A. B. Canellas (1919).

enfatizar a análise da circulação de mercadorias entre a Colônia e a Metrópole, deixa em plano secundário as relações de produção e, em consequência, a dinâmica interna da sociedade colonial – e essa é a principal debilidade de sua visão da história.

Muitos dos preconceitos correntes na época estão presentes em seus escritos, como a idéia de que, ao contrário dos portugueses, os demais povos europeus não se adaptam aos trópicos, ou a tese de que “boa índole” do brasileiro, exemplo para ele de um aspecto fecundo da escravidão: a “figura boa da ama negra”, diz, cercou “o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura”, criando o sentimentalismo, tão característico da índole brasileira que, se “amolece o indivíduo e o desampara nos embates da vida”, contribui “para quebrar a rudeza e brutalidade próprias de uma sociedade nascente” – uma visão idílica das relações de classe que surpreende num autor que se autoproclama marxista (Prado Jr.: 1963).

Há também em seus livros freqüentes opiniões de cunho racista, entre elas a condenação da escravidão devido à “barbárie” das raças que forneceram os escravos, os indígenas e o negro africano, “*povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores*”. Ou quando diz que a empresa do colono

branco nos trópicos reuniu “a natureza pródiga em recursos aproveitáveis” ao “trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (Prado Jr.: 1963).

Passando ao largo da intensa luta dos escravos contra a opressão, atribui a eles uma passividade sem respaldo no exame da história da luta de classes no Brasil. Os escravos, pensa, foram “máquinas de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema” (Prado Jr.: 1963).

Estas limitações aparecem em seu exame da escravidão moderna, que não consegue entender e considera estranha à civilização européia. Por isso, pensa que ela renasce nas Américas “de chofre”, sem ligar-se “a passado ou tradição alguma”. Surge “como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões morais e materiais estabelecidos”. Foi um “recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo” (Prado Jr.: 1963).

Não compreendendo a escravidão como um modo de produção, encarou-a como “um negócio apenas, embora com bons proveitos para seus empreendedores”, mesmo tendo identificando no trabalho servil a trave mestra da estrutura das colônias e “o cimento com

que se juntarão as peças que as constituem” (Prado Jr.: 1963).

As idéias de Caio Prado Jr. tiveram larga influência entre os estudiosos contemporâneos da história de nosso país, principalmente entre os universitários. Antônio Cândido, no prefácio a *Raízes do Brasil*, pode ter decifrado o segredo dessa fortuna ao afirmar que um mérito de *Formação do Brasil Contemporâneo* é o fato do marxismo aparecer nele, “pela primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário ou desígnio político imediatista” (Cândido: 1973). Esta é uma diferença fundamental entre sua obra e a de outro marxista notável, Nelson Werneck Sodré, cujas idéias serão apresentadas na próxima edição, que continuará a exposição da evolução da visão marxista de nossa história e o rico debate sobre a formação histórico social brasileira.

José Carlos Ruy é jornalista.

Bibliografia

- 1) Bomfim, Manoel
1931: *O Brasil na história*, Francisco Alves, RJ
1977: *O Brasil na América - caracterização da formação brasileira*, Topbooks, RJ (1ª. Ed: 1929)
- 2) Brandão, Octávio
1978: *Combates e batalhas (Memórias)*, vol. I, SP, Alfa-Omega. *Agrarismo e industrialismo* é um livro raro, de acesso muito difícil. Por isso, sua apresentação está baseada no resumo feito pelo próprio Brandão em suas memórias.
1985: “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”, in Zaidan Filho, Michel, *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*, SP, Global
- 3) Cândido, Antônio
1973: “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Holanda, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, RJ, José Olympio
- 4) Carone, Edgard
1982: *O PCB (1922/1973)*, Vol. 1, SP, Difel

1986: *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*, RJ, Dois Pontos

- 5) Coutinho, Carlos Nelson
1989: “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo”, in D’Incao, Maria Ângela, *História e ideal - ensaios sobre Caio Prado Junior*, SP, Brasiliense/Unesp
- 6) Del Roio, Marcos
1990: *Classe Operária na revolução burguesa - a política de alianças do PCB: 1928/1935*, BH, Oficina de Livros, 1990
- 7) Dulles, John W. F.
1977: *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*, RJ, Nova Fronteira
- 8) Lapa, José Roberto do Amaral
1980: “Introdução ao redimensionamento do debate”, in Lapa, José Roberto do Amaral, (org), *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis, Vozes
- 9) Lênin, V. I.
1968: “O estado e sua evolução”, in Wright Mills, C., *Os marxistas*, RJ, Zahar
- 10) Lima, Heitor Ferreira,
1981: “Astrojildo Pereira e uma mudança na orientação do PCB”, in *Memória e História*, 1, Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, SP, Ciência Humanas
1982: *Caminhos percorridos - memórias de militância*, SP, Brasiliense
- 11) Moraes, João Quartim de
1995: “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”, in Moraes, João Quartim de (org),

História do Marxismo no Brasil, v. 2, *Os influxos teóricos*, Campinas, Editora da Unicamp

- 12) Moura, Clóvis,
1976: *Sociologia de la praxis*, México DF, Siglo Veintiuno
- 13) Pereira, Astrojildo
1928: “A situação atual do Partido”, in Carone: 1982.
1979: *Ensaio histórico e políticos*, SP, Alfa Omega
1982: “A situação política”, in Carone, Edgard, *Movimento operário no Brasil (1877/1944)*, SP, Difel
- 14) Prado Jr, Caio
1961: *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, SP, Brasiliense (1ª ed.: 1933)
1963: *Formação do Brasil Contemporâneo*, SP, Brasiliense (1ª ed.: 1942)
1971: *História Econômica do Brasil*, SP, Brasiliense (1ª ed.: 1945)
- 15) Sofri, Gianni
1987: “O problema da revolução socialista nos países atrasados”, in Hobsbawn, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. 8, *O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o Terceiro Mundo*, RJ, Paz e Terra,
- 16) Stálin J.
1978: *Materialismo dialético e materialismo histórico*, SP, Global
- 17) Sussekind, Flora, e Ventura, Roberto,
1984: *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, SP, Moderna



Acompanhe de
perto nossa luta

Assine as publicações do MST

4 edições - R\$ 25,00

8 edições - R\$ 46,00

Revista Sem Terra - Al. Barão de Limeira, 1232
Campos Eliseos - cep 01202-002 - São Paulo - SP
fone/fax: (011) 3361-3866
e-mail: semterra@mst.org.br
homepage: <http://www.mst.org.br>



Rua da Cruz, hoje rua do Bom Jesus. Bairro do Recife. Autor: Stahl&Cia, 1859.

A Revolução Praieira

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

A Praieira ocorreu num momento de enfraquecimento do poder central, provocando uma sucessão de revoltas – a chamada guerra do Moraes na região da mata seca, a formação do exército praieiro em Água Preta, com a marcha para o Recife, sob a influência dos desembargadores e deputados liberais

A história de Pernambuco nos mostra que seu povo tem uma grande altivez e espírito de luta. Desde o período colonial nos deparamos com uma série de movimentos cívicos, eivados de protestos e violências, nos quais o povo e parte da elite se opõem, de armas na mão, à truculência e às arbitrariedades dos governantes.

Estes movimentos começam com a luta dos indígenas opondo-se à dominação portuguesa, com a guerra dos bárbaros; tivemos a Insurreição Pernambucana de 1645, contra os holandeses, a legendária guerra dos Palmares, a famosa Guerra dos Mascates, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, a Guerra dos Cabanos, a Revolução Praieira, a Campanha Abolicionista, a Conspiração da rua Velha, com a marcha de Cleto Campelo em direção à área em que se encontrava a coluna Prestes, a Revolução de Trinta, a chamada “Intentona Comunista”, de 1935, que não foi nem intentona nem comunista e, modernamente, tivemos a campanha da redemocratização de 1945.

Os historiadores têm sido pouco precisos em caracterizar e conceituar estes movimentos, sobretudo os chamados de insurreição, de revolução e de rebelião. Assim, desde a época em que ocorreu (1831/1836) a luta dos Cabanos contra o poder constituído, ela foi denominada de “guerra”, como fora a luta dos senhores de engenho de Olinda contra os mascates, no século anterior (1710/11), enquanto a revolta das populações pobres e rurais do mesmo período, ocorrida na Amazônia, era chamada de “cabanada”. A revolta de 1930, em que houve forte participação popular, foi chamada de revolução; o movimento de expulsão dos holandeses

foi denominado, desde o século XVII, como Insurreição, sem que se levasse em conta o critério dominante de que a palavra revolução estaria ligada ao desejo ou à transformação de estruturas sociais, enquanto a expressão rebelião indicaria os movimentos armados que procuravam apenas mudar os grupos que detinham o poder.

Quanto à revolução Praieira, formaram-se dois grupos de estudiosos que a caracterizavam de forma diferente, tendo havido fortes debates e questionamentos sobre o assunto em 1948/49, por ocasião das comemorações do centenário, quando se defrontaram as duas correntes. Nessas homenagens, quando o governador de estado era o historiador Barbosa Lima Sobrinho, ele e Eládio Ramos, em plaquetes então publicadas (1948), classificaram-na mesmo como rebelião, de vez que os seus principais líderes eram senhores de engenho e desembargadores, pessoas naturalmente ligadas às classes dominantes, embora admitissem a participação de pessoas com idéias republicanas e socialistas, como Borges da Fonseca e Abreu e Lima. Do outro lado, Amaro Quintas, defendia ardorosamente, em livro famoso (1967), que o movimento praieiro tinha forte conteúdo social, influenciado pelos acontecimentos na Europa e pelas idéias defendidas por Antônio Pedro de Figueiredo, em sua revista *O Progresso*

(1950). Posição semelhante tinham o jornalista Fernando Segismundo (1949) e, até certo ponto, o historiador e antropólogo Edson Carneiro (1960). Mais recentemente, este acontecimento vem sendo estudado por numerosos historiadores, havendo posicionamentos os mais diversos ao analisá-lo.

Ao nosso ver, fatos dessa natureza são complexos demais para se encaixar em modelos e referências teóricas; em uma luta política, seja ela armada ou não, geralmente se agrupam os excluídos do poder; mesmo havendo pouca afinidade entre eles, visando derrubar os que detêm o poder; alcançada, porém, a vitória, logo começam as disputas, esfacelando-se a coesão e novos embates começam pela disputa na mesma pelo poder. Este fato é constatado não só nas pequenas revoluções da América Latina, como nas grandes revoluções, semelhante à Francesa e à Russa. A primeira se iniciou com a tentativa de implantação da monarquia constitucional, mas a quebra do sistema de controle levou a disputas entre vários grupos, como os girondinos e os jacobinos, e terminou dando oportunidade a que Napoleão se apossasse do poder e implantasse o regime Imperial. Na Rússia, após a tomada do poder, houve lutas antes e após a morte de Lênin.

Pensamos como Marcos Carvalho (1998) que a Praieira ocorreu num momento de enfraquecimento do poder central, provocando uma sucessão de revoltas que tiveram continuidade – a chamada guerra do Moraes na região da mata seca, a formação do exército praieiro em Água Preta, com a marcha para o Recife, sob a influência dos desembargadores, deputados liberais, a formação de uma guerra personalizada, dirigida por Borges da Fonseca, o “Repúblico”, a revolta da Serra Negra no Pajeú e, finalmente, a “guerra das matas”, dirigida por Pedro Ivo e Caetano

Alves. Aí se encontravam, com maior ou menor influência, os senhores de engenho que se opunham à família Cavalcanti/Rego Barros, os intelectuais de formação liberal que desejavam a federalização do Império, os republicanos saudosos da 1817 e 1824, como Borges da Fonseca, e populares das classes menos favorecidas que, ligados a Caetano Alves, lembravam os cabanos e obedeciam às ordens e diretrizes do herói máximo da revolução, o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira. Figura de guerreiro popular, nascido em casa nobre em Olinda, da família dos defensores dos princípios e diretrizes oligárquicas. Seu pai Pedro Antônio Veloso da Silveira, lutara contra os cabanos e era oficial da Guarda Nacional, tendo sido peça chave no

dissolver a Câmara e convocar eleições, quando pretendia favorecer o partido dominante na Câmara. Pela aplicação do Poder Moderador, o imperador ‘fazia’ a Câmara, através de eleições em geral fraudulentas, e o Ministério. Além disso, podia escolher quem iria ocupar um lugar no Senado – vitalício –, em uma lista tríplice, eleita pela província, da mesma forma que podia nomear os presidentes de província; na época, os jornalistas de oposição chamavam este poder de “imperialismo”.

Nos anos 40 do século XIX, a política pernambucana era dominada pelas famílias ligadas à economia açucareira, que Tobias Barreto chamou de “açucocratas”; os senhores de engenho mais ricos recebiam títulos de nobreza – barões, viscondes, condes e até

Pernambuco, casando-se com moças da terra, como Henrique Augusto Millet.

Em seu governo, profundamente conservador, os proprietários de terra tiveram grande poder, tendo sido apelidados de “baronistas” e acusados de se apropriarem de bens do estado, daí serem chamados pelos inimigos de “guabirus”. A queda do ministério conservador de Silva Maia, em 1844, e a sua substituição pelo ministério liberal de Almeida Torres, em maio de 1845, cognominado “dos áulicos”, provocou a designação do deputado baiano Chichorro da Gama para governar Pernambuco, implantando uma estrutura de poder que iria contrariar os baronistas. Os liberais se mantiveram no poder até 29 de setembro de 1845, quando ascendeu o ministério do marquês de Olinda que enviou para Pernambuco, como presidente, Herculano Ferreira Pena (15 de outubro a 25 de dezembro). O presidente, como de praxe, começou a desmontar a estrutura dos liberais, substituindo as autoridades por outras ligadas ao seu partido, contrariando os interesses tanto dos liberais como de correntes que se opuseram aos mesmos. Desenhava-se uma nova luta e o *Diário Novo*, jornal de propriedade de Luís Roma, e que atuava na rua da Praia, foi o porta voz da oposição, daí passar o partido liberal a ser chamado de “praieiro”.

Os desmandos de Herculano Ferreira Pena e o desmonte da máquina montada por Chichorro da Gama, provocaram impactos fortes sobre as lideranças praieiras. No período imperial, sobretudo antes das eleições com votos diretos, o controle político era feito através de eleições por turnos, que exigiam renda mínima para eleitores e para candidatos a deputados e senadores, além do controle policial dos cidadãos, pela organização da Guarda Nacional e pelo processo de

Afastados do poder, os praieiros ficaram, com maioria da população da província, contra o governo conservador que se inaugurava

processo de rendição dos mesmos. É difícil, ao nosso ver, classificar a Praieira como uma revolução social, admitindo que o movimento militar que conflagrou Pernambuco, de 1848 a 1851, resultou da confluência de várias correntes sem que houvesse uma diretriz dominante; este fato se pode observar ao ler o livro do historiador Mário Márcio de Almeida Santos (1994) sobre Borges da Fonseca.

A situação político-social da província

No período imperial a política era controlada pelos grupos ligados ao governo estabelecido na Corte, que dependia inteiramente da vontade do imperador; este, por sua vez, podia

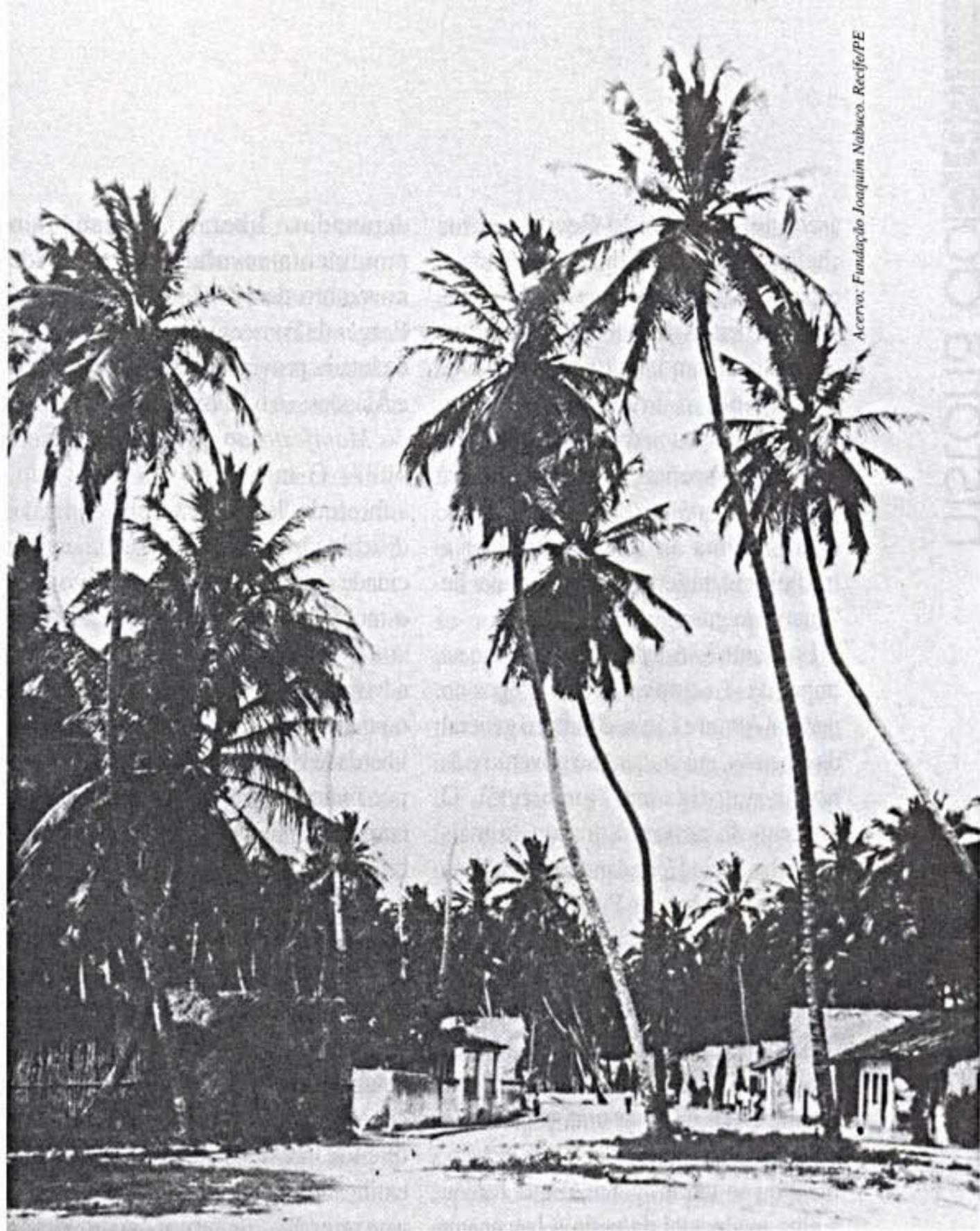
marqueses – que, se não lhes davam salários ou rendas, davam influência que poderia trazer grandes vantagens econômicas e políticas.

Com a ascensão do Gabinete de 23 de março de 1841, assumiu o poder em Pernambuco, Francisco do Rego Barros que seria presidente da província por dois períodos e agraciado com os títulos de barão, visconde e conde. Engenheiro, trabalhador, bem organizado e contando com o apoio de famílias a ele ligadas, realizou uma série de melhoramentos na cidade do Recife e também no interior da província. Para isso, trouxe a Pernambuco uma missão de engenheiros franceses, chefiada pelo socialista L. L. Vauthier, alguns dos quais se fixaram em

recrutamento militar. De posse de cargos no interior da província, fazia-se o controle político da mesma e se exercia, com grande rigor hierárquico, o controle das vantagens políticas e econômicas. Além disto, os proprietários rurais tinham em suas propriedades uma grande quantidade de dependentes-escravos, empregados, lavradores e foreiros – que lhe deviam obediência cega. Do maior ou menor controle destes, dependia a maior ou menor parcela de poder que o proprietário dispunha.

O desmonte da estrutura de poder dos praieiros colocou contra o governo conservador que se inaugurava toda uma série de beneficiados da situação decaída e a maioria absoluta da população da província, como informaria ao conselheiro João Alfredo, anos depois, o visconde de Camaragibe, chefe conservador. (Andrade, 1988)

A incerteza quanto ao futuro e o receio de repressão, levaram os chefes liberais da região da Mata Seca – situada ao norte do paralelo do Recife –, em sua maioria senhores de engenho, a se levantarem em Olinda, a 7 de novembro de 1848, visando desestruturar o domínio conservador. O principal líder do movimento, naquele momento, foi Manuel Pereira de Moraes, senhor do engenho Inhamã, em Igarassu. O movimento, à proporção que se desenvolvia, aglutinava pessoas de tendências as mais diversas, como o advogado Borges da Fonseca, conhecido por suas idéias republicanas e sua impulsividade, apesar de ter sido um inimigo acérrimo da “praia”. (Santos, 1994) Também nos meios intelectuais tinham alguma influência as idéias defendidas na revista *O Progresso* pelo filósofo Antônio Pedro de Figueiredo, de orientação socialista. Socialismo



Acervo: Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE

Mocambos e coqueiros do Recife. Autor: Marc Ferrez, 1874.

utópico a que se filiara, na época anterior à “Praia”, o engenheiro francês L. L. Vauthier e o inquieto General Abreu e Lima.

A luta

A rebelião propriamente dita realizou-se por etapas que foram se sucedendo e tomando características próprias em cada período; foi iniciada a 7 de novembro de 1848, em Olinda, quando os amotinados, compreendendo que dispunham de maior chance de apoio no interior, foram para o norte, de onde partiram para Igarassu e Goiana. Procuravam a área de influência de

senhores de engenho liberais, como Manuel Pereira de Moraes. Ocuparam, sucessivamente, as duas cidades, depois de enfrentar os legalistas em Maricota, hoje, Abreu e Lima, e em Muçupinho. O apoio do rico senhor de engenho de Inhamã, fez com que a revolta fosse chamada, inicialmente, de “guerra do Moraes”. Depois do combate de Muçupinho, em que o governo teve uma vitória pouco expressiva, eles se dirigiram para Nazaré da Mata, que foi ocupada, a 12 de novembro, por Joaquim Gonçalves Guerra, influente senhor do engenho do vale do Siriji.

Enquanto o grupo se dirigia para esta

área, ao noroeste do Recife, outro, chefiado por João Roma, abandonou a capital e ocupou, ao sudoeste do Recife, as matas densas de Catucá, onde outrora se localizara um importante quilombo. Certamente o bravo militar, que participara de numerosas lutas no início do período imperial e durante a regência, previa a importância de se instalar numa área próxima ao Recife e utilizar a tradicional tática pernambucana de “guerra de guerrilhas”.

Enquanto isso, a disputa de espaço na imprensa se acirrava com os artigos do general Abreu e Lima, o famoso general das massas, em ataques ao governo e às novas autoridades “guabirus”. O governo da província tornou-se mais radical quando Herculano Ferreira Pena foi substituído, na Presidência, por Manoel Vieira Tosta, que intensificou a repressão aos liberais. Nessa ocasião, os deputados da “praia”, liderados pelo desembargador Joaquim Nunes Machado, retornaram ao Recife, esperançosos de obter uma conciliação e a cessação da luta. Vieira Tosta, porém, mostrou-se intransigente, o que forçou a elite intelectual da praia a lançar um manifesto, no dia 25 de novembro, começando a parte mais intensa do movimento revolucionário. Agora a revolta estava fortalecida com a unanimidade da representação liberal, formada por expoentes como Antônio Afonso, Vilela Tavares, Lopes Neto, Arruda Câmara, Costa Rego, padre Francisco de Faria e Peixoto de Brito. Vários deles eram desembargadores no Tribunal do Recife. Interessante é salientar que Nunes Machado tudo fez para evitar a expansão da conflagração, chegando a afirmar que pressentia a sua morte na mesma, o que ocorreu a 2 de fevereiro de 1849.

Nos meses de novembro, dezembro e janeiro ocorreram fatos importantes, como o lançamento do manifesto dos

deputados liberais apoiando o movimento revolucionário (25 de novembro de 1848), as sugestões de Borges da Fonseca, de expansão da área de luta às províncias vizinhas – Paraíba e Alagoas – e o lançamento em Nazaré, do *Manifesto ao Mundo*. (Andrade, 1997) O manifesto foi inusitado, sobretudo levando-se em conta as dificuldades de comunicação daquela cidade do interior de Pernambuco com o mundo; era inusitado também face à sua posição ideológica e ao que advogava: a) o voto livre e universal para o povo brasileiro; b) a plena e absoluta liberdade de comunicar o pensamento por meio da imprensa; c) o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; d) o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; e) a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; f) a extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar; g) o elemento federal na organização; h) completa reforma do poder Judiciário, em ordem de assegurar as garantias e os direitos individuais dos cidadãos; i) a extinção da lei do juro convencional; j) a extinção do atual sistema de recrutamento”.

O documento era assinado por importantes chefes liberais, como Borges da Fonseca – possivelmente

O Manifesto ao Mundo dos praieiros teve uma posição ideológica avançada para a época

o autor da redação – Manoel Pereira de Moraes, João Roma, Henrique Pereira de Lucena, João Paulo Ferreira, Leandro Cezar Paes Barreto e João Batista de Amaral e Melo. Os líderes liberais que estavam no Recife não concordaram com este manifesto afirmando que se tratava de documento apócrifo. O fato mostra claramente a divisão política e ideológica entre os praieiros, com uma facção que desejava apenas mudanças de posição no controle do poder e outra que defendia mudanças de estrutura. É oportuno lembrar também que nenhuma das duas facções teve a iniciativa de tocar no problema da escravidão ou da abolição do tráfico, no momento em que havia forte pressão inglesa pela abolição do tráfico negroiro.

Começava-se a terceira fase da luta em que os liberais, mesmo divergentes quanto ao *Manifesto ao Mundo*, mantiveram a sua unidade e elegeram áreas em que se concentraram e passaram a desenvolver a guerra de guerrilhas; essas áreas foram as matas de Catucá, próximas ao Recife, tornando vários bairros da capital vulneráveis aos ataques de surpresa, e a região de Água Preta, com matas extensas e de difícil acesso onde se desenrolara, alguns anos atrás, a chamada guerra dos Cabanos (1831/36).

Organizaram um governo chefiado por Peixoto de Brito, que possuía experiência militar, e deixaram na capital o deputado Lopes Neto, que enviava informações aos rebeldes e publicava editoriais do *Diário Novo*, em que colaborava Abreu e Lima que, envelhecido, não tinha condições de partir para o campo de batalha. O governo não deu trégua aos rebeldes e convocou para o comando de suas tropas o general José Joaquim Coelho, oficial português naturalizado, que se destacara

nas lutas do período Regencial e era considerado enérgico e competente.

O general resolveu tomar a ofensiva fazendo uma caminhada em direção à Água Preta onde os rebeldes tinham o seu quartel general; estes, compreendendo que a capital ficaria desguarnecida, marcharam contra a mesma onde chegaram para o ataque, a 2 de fevereiro. Organizaram-se em duas colunas: uma do sul, sob o comando de Borges da Fonseca, da qual faziam parte Pedro Ivo, Lucena e Leandro Cezar e a do norte sob o comando de Manuel Pereira de Moraes, com João Roma e João Paes.

O movimento sobre a capital foi feito com grande rapidez e a coluna do sul, passando por Bonito e Gravatá, penetrou no Recife pelos Afogados, tomando a povoação e a porção meridional da cidade. O governo, instalado no Palácio do Campo das Princesas, sentiu-se ameaçado, de vez que os rebeldes ocuparam o bairro de São José chegando à ponte da Boa Vista, à rua Nova e ao início da atual rua do Imperador. Igual desempenho não teve a coluna do norte, que foi detida no largo da Soledade não chegando ao centro da cidade para apoiar o avanço da coluna do sul; na Soledade, atingido por uma bala, foi mortalmente ferido o líder Nunes Machado, cujo corpo foi levado para a igreja de Belém, na Encruzilhada.

O general Coelho, compreendendo que a capital e o governo se encontravam em perigo, voltou rápido ao Recife onde os liberais já estavam desanimados com o insucesso da Soledade e procuravam recuar, abandonando o bairro de São José com uma certa dificuldade porque a maioria da tropa, formada por pessoas do interior, não sabia se dirigir nas ruas tortuosas e estreitas do Recife. O ataque e o insucesso do Recife consolidaram o governo de Vieira Tosta e selou a sorte dos praieiros. Alguns chefes começaram

a fugir para o exterior, à espera de uma futura anistia, enquanto outros, como Borges da Fonseca e Pedro Ivo, recuaram para o interior procurando continuar a guerra.

O governo imperial, então, através dos presidentes Vieira Tosta e Carneiro Leão, iniciou um processo que iria condenar um grande número de pernambucanos, com o fim de eliminar o espírito liberal, tradicional na província, e consolidar o sistema unitário imperial. Nabuco de Araújo, então juiz no Recife e atuante militante do partido conservador, que só mudaria de partido, posteriormente, tornando-se influente chefe político liberal, seria um juiz implacável dos seus opositores.

O movimento sobre a capital foi feito com grande rapidez e a coluna do sul penetrou no Recife pelos Afogados, tomando a povoação e a porção meridional da cidade

Joaquim Nabuco, seu filho, em livro clássico, lançado em 1896, procurava justificar a atitude do pai, então juiz.

A agonia da "Praia"

Após a derrota do Recife, a Praia entrou em agonia. Dividiu-se em dois grupos: um, liderado por Borges da Fonseca e apoiado por João Roma, que se dirigiu para o norte, levando a revolta até o Brejo de Areia na Paraíba; outro, sob a liderança do capitão Pedro Ivo, voltou à Água Preta e procurou ressuscitar a famosa guerra usada pelos cabanos, a guerra de guerrilhas, que foi chamada de "guerra das matas".

O grupo de Borges da Fonseca voltou à Goiana, que ocupou após combate, e seguiu para o Brejo paraibano pelo vale do Capibaribe

Mirim. No engenho Pau Amarelo travou batalha com as forças legais, quando o engenho foi incendiado e um dos seus chefes, o legendário João Roma, foi mortalmente ferido, falecendo poucos dias depois. Na Paraíba ele ocuparia a cidade do Brejo da Areia, em zona agrícola e canavieira, mas não pôde manter o controle militar por não obter apoio da população, retornando ao Recife e se estabelecendo nas matas de Catucá, reduto de negros que fugiam à escravidão e de brancos que se opunham ao governo. Com o passar do tempo ele foi desgastando, perdendo apoio e poder, sendo aprisionado no dia 30 de março de

1849. O retorno ao Recife foi feito de forma humilhante para o grande jornalista e advogado, detestado pelos conservadores por sua capacidade de luta e sua posição política republicana.

A guerra das matas apresentou uma série de contradições: Pedro Ivo, filho do coronel Pedro Antônio Veloso da Silveira, grande proprietário de terras na região, conservador e detentor de postos militares, e um dos homens do governo que se destacou na luta contra os cabanos (Andrade, 1965), apelou justamente para as lideranças cabanas para lutar contra as forças governamentais. Das principais lideranças cabanas apenas Caetano Alves atendeu ao seu apelo e reuniu homens em armas, contribuindo para a conquista da povoação de Água

Preta. Vicente Ferreira de Paula, o principal líder cabano, mantinha-se fiel às suas idéias absolutistas, mas foi atraído pelo presidente Carneiro Leão, posteriormente Marquês do Paraná, a apoiar o governo. Ele concordou, mas não merecendo a confiança do hábil político, ao se apresentar no Recife foi preso por ordem do mesmo e transferido para Fernando de Noronha, onde ficou dez anos sem ter processo formado. Ao ser libertado já não tinha condições de saúde nem influências políticas entre o povo que conduziu durante cerca de vinte anos.

Ainda assim, Pedro Ivo, destemido, manteve a luta até o início de 1850, quando, aconselhado por seu pai e com a promessa de anistia, entregou-se às autoridades governamentais em Salvador. Faltando com a palavra, o governo enviou-o para o Rio de Janeiro, onde ele foi preso no forte de Laje do qual, só em 1851, conseguiu fugir e partir clandestino para a Europa. Ao passar o navio pela costa nordestina, ele faleceu inexplicavelmente e seu corpo foi lançado ao mar. O fato estremeceu a nação e seu nome era tão respeitado que mereceu poemas laudatórios de dois dos maiores poetas brasileiros de então: Álvares de Azevedo e Castro Alves.

Merece referência ainda a repercussão da Praieira no sertão, mais precisamente no vale do Pajeú, com disputas entre famílias tradicionais, como os Campos, os Paz, os Nogueira e os Ferraz, que resultaram no episódio da serra Negra, onde Nogueira da Paz tentou consolidar o movimento revolucionário até dezembro de 1849. Conquistado pelos legalistas o grande bastião sertanejo, Nogueira da Paz retirou-se, praticamente só, para a caatinga (Gominho,

1993) onde seu corpo foi encontrado, dias após a morte.

A vingança

A repressão à Praieira foi feita com o maior rigor e dela só escaparam alguns líderes que, ao compreenderem a iminência da derrota, se homiziaram em navios e partiram para o exílio, como Manuel Pereira de Moraes e Félix Peixoto de Brito e Melo. Outros, foram condenados à prisão perpétua em Fernando de Noronha, como o velho general Abreu e Lima, que durante o conflito tivera grande atuação, defendendo as reivindicações da "praia" no *Diário Novo*, e Borges da Fonseca, advogado e republicano. Abreu e Lima, aproveitou o tempo em que ficou na prisão para estudar o arquipélago, escrevendo um ensaio de grande utilidade geográfico-ecológica, depois publicado na revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Conclusões

Com a derrota da Praieira e a prisão ou exílio dos seus líderes, cessou a série de revoluções ou rebeliões pernambucanas controladas pelos dissidentes das classes dominantes no período imperial. Passaram os pernambucanos, em lutas parlamentares, com freqüentes manifestações de rua, à disputa em torno da questão religiosa e da libertação dos escravos e, finalmente, da República. Ainda ocorreria uma revolta expressiva e com grande participação popular que ficou conhecida como "O Quebra Quilos". Com a República, novas ocorrências insurrecionais – não teria condições de afirmar revolucionárias – abalaram o Recife, o que demonstra que, no estado, há

sempre uma ala da classe dominante disposta a divergir do poder constituído e a apresentar programas avançados em defesa da população, dos excluídos. 

Manuel Correia de Andrade é Geógrafo, Historiador e Diretor do Centro de Estudos Históricos Rodrigo Mello Franco de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE.

Notas

- 1949 – Segismundo, Fernando. *História popular da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- 1950 – Figueiredo, Antônio Pedro de. *O Progresso: revista social, literária e científica*. Recife: Imprensa Oficial.
- 1960 – Carneiro, Edison. *A Insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Conquista.
- 1965 – Andrade, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista.
- 1967 – Quintas, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1988 – Andrade, Manuel Correia de. *João Alfredo: o estadista da Abolição*. Recife: Massangana.
- 1988 – Carvalho, Marcus. "As várias faces do movimento praieiro": suplemento cultural do *Diário Oficial*, Ano XIII, out/nov, 1998. Recife.
- 1993 – Gominho, Leonardo Ferraz. *A Rebelião de Serra Negra: a Praieira no sertão*. Recife.
- 1994 – Santos, Mário Márcio de Almeida. *Um homem contra o Império: Borges da Fonseca*. João Pessoa: União Editora.
- 1997 – Andrade, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: CEPE/Jornal do *Commercio*.
- 1998 – Silva, Leonardo Dantas. "O século das revoluções": suplemento cultural do *Diário Oficial*, Ano XII, out/nov, 1998.

Covardia e desenvolvimento dependente

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

Ao mesmo tempo que ocorre um êxodo de cientistas dos países periféricos para os Estados Unidos, o governo FHC planeja liquidar a pesquisa no Brasil

O episódio que resultou na demissão sumária do ex-ministro “do Desenvolvimento” seria meramente cômico, apenas mais um dentre os muitos desencontros grotescos do governo neoliberal do PSDB, não confirmasse ele um desígnio trágico para o país, o da “servidão voluntária”, descrito no clássico *Discurso*, obra póstuma de La Boetie (1530-65), o paradigma de Montaigne.

Começemos, entretanto, com uma concepção apenas um pouco mais recente. Se alguma coisa restou inabalada da obra revolucionária de David Ricardo foi o “teorema dos custos comparativos”:

“Portugal pode produzir a unidade de vinho em 80 horas e a de tecido em 90, enquanto a Inglaterra produziria a primeira em 120 e a segunda em 100. Se cada país fabricar uma unidade de cada produto, o dispêndio global de horas seria de 390 horas. Se entretanto a Inglaterra se especializasse em tecidos e Portugal em vinho, para a

mesma produção seriam consumidas 360 horas, com um ganho de 30 horas”.

Economistas absorveram a tal ponto esse postulado que para eles sua atuação já é inconsciente.

Além do mais não se restringe à produção de bens, ou à prestação de serviços, mas se estende o referido dogma até a geração de conhecimento. Basta no enunciado acima substituímos Portugal por Brasil, Inglaterra por Estados Unidos, tecido por ciência e tecnologia, vinho por suco de laranja. É claro que o triunfo do livre comércio, do qual o Brasil se tornou um paladino, a globalização e o neoliberalismo social e político são alavancas que reforçam a especialização.

“Ora”, dirás, “aí estão apenas teorias. Essas forças são certamente neutralizadas por outras, racionais e emocionais. O patriotismo ainda existe, a defesa de um futuro mais generoso para todos, a cidadania, a solidariedade, a identidade nacional”.

De fato, há resistências, mas as evidências são que o teorema de Ricardo se torna inexorável com a globalização associada ao servilismo consentido, cujos limites de tolerância foram descritos por La Boetie. Se não, vejamos. Os indícios aqui apresentados são de duas naturezas. Em primeiro lugar, demonstraremos com dados concretos que há um êxodo de cientistas oriundos de países periféricos para os Estados Unidos, como evidência da especialização em ciência e tecnologia daquele país. E em seguida demonstraremos que a administração FHC planeja para o próximo milênio liquidar a pesquisa no Brasil.

Já em 1984 um estudo realizado pelo Departamento de Comércio Norte-americano concluiu que o ganho, entre 1950 e 1975, para os Estados Unidos fora de US\$ 8,6 bilhões, por ano, em média, devido à emigração de cientistas e engenheiros. Em 1993, 37% dos professores de engenharia e 27% dos de matemática e ciências de computação nos Estados Unidos eram estrangeiros. Em ciências exatas, nas grandes universidades americanas, os percentuais ainda eram maiores. Recentes estatísticas da Fundação Nacional para a

Ciência (NSF) dos estados Unidos mostram que 63% dos estudantes estrangeiros de pós-graduação pretendem permanecer nos Estados Unidos. Como demonstrou David North, em seu “Soothing the Establishment: The Impact of Foreign-Born Scientists and Engineers on America”, as universidades norte-americanas discriminam estrangeiros e com isso selecionam os melhores cérebros. Apesar disso o número de doutoramentos em engenharia, computação e matemática dobrou entre 1985 e 1995 nos Estados Unidos, e esse aumento foi devido exclusivamente a estrangeiros. Além do mais, é um fato bem conhecido da antropologia que o imigrante é um indivíduo mais fortemente motivado. E em ciência essa é uma condição altamente acentuada. Não há grande cientista provinciano. O cientista, mais que qualquer outro profissional criador, procurará condições ideais de trabalho. Se o país que mais valoriza a pesquisa é os Estados Unidos, se é lá que encontrará condições ideais para realizar seu trabalho e seu sonho de glória, as forças que o reterão no Brasil, materiais ou emocionais, terão de ser formidáveis.

O Brasil lançou recentemente um plano para o “desenvolvimento” nacional chamado “Avança Brasil”. Nesse plano, é reservada uma verba para o desenvolvimento do conhecimento e da informação equivalente a 0,25% do PIB. O Planejador Maravilha explica que, além do Orçamento federal, haverá as contribuições dos estados e da iniciativa privada. Nossos cálculos particulares mostram que estados estão contribuindo no máximo com alguma coisa próxima a 0,05% do PIB, uma vez que o ensino de cursos de pós-graduação deve ser incluído no item referente à educação. Se o ensino de pós-graduação fosse incluído no item pesquisas, não mudaria muito, entretanto. A contribuição dos estados, nesse caso, não ultrapassaria 0,1% do PIB.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem atribuindo à indústria multinacional no Brasil uma participação expressiva em pesquisa. Devem ser pesquisas secretas, pois ninguém conseguiu até hoje o menor vestígio de sua existência. O registro de

patentes e o levantamento de trabalhos publicados mostram que nada, absolutamente nada, aliás como era de esperar, foi realizado no Brasil. Um ex-ministro da Ciência e Tecnologia chegou ao cúmulo de reconhecer publicamente que não apenas estava o seu ministério incluindo como pesquisa, no percentual do PIB, a compra por subsidiária de multinacionais de projetos (*blue prints*) de fabricação de veículos e de outros artefatos e processos para produção de substâncias de suas matrizes no exterior, mas indo muito além, doando recursos para tais aquisições. Ou seja, subsidiando a engenharia no exterior. Infelizmente, as poucas empresas nacionais que restam ou são muito pequenas ou não possuem a cultura adequada. Em resumo, a empresa privada, multinacional ou nacional, e também o que restará da empresa estatal em nada contribuirão para a pesquisa científica e tecnológica nacional, e apenas de maneira marginal para o desenvolvimento de produtos e processos.

Esse 0,3% ou 0,4% que o programa “Avança Brasil” destaca para toda a ciência e tecnologia e informação (inclusive Internet 2), incluindo os setores privado, estaduais e federal, deve ser contrastado com os 3% que, em média, os países desenvolvidos já dedicam à pesquisa.

Em resumo, demonstramos que as forças derivadas da inclinação crescente para a especialização já estão em atividade, sugando o talento que existe no Terceiro Mundo. Demonstramos, por outro lado, também que o Brasil, conscientemente ou não, já se conformou com essa ideologia do “desenvolvimento dependente”, que pouco difere da “servidão voluntária”, embora a retórica, com frequência, seja outra. E, por incrível que pareça, foi o então ministro do Desenvolvimento, notório burocrata, que diagnosticou: “É covardia”. Embora não soubesse identificar onde realmente brotava com tanta exuberância esse vício.

Rogério Cezar de Cerqueira Leite é físico e professor emérito da Universidade de Campinas (UNICAMP). Este texto foi originalmente publicado na *Folha de S. Paulo*, 13/9/99.

Idioma e soberania

M PAD

Desktop

Kids

THE AMERICAN WAY OF SLEEP
3 X R\$ 99
a vista R\$ 837,00

SPACE ROOM
3 X R\$ 297,00

SPACE ROOM
3 X R\$ 297,00

SLEEP WORLD
Camis, Cobertores & Cia.
By Sanchez
a vista R\$ 837,00

KINGSDOWN
FUNDADA EM 1957 E REABERTURA EM 1964
distribuidor oficial, com mais de 20 modelos!

Av. Ibirapuera, 2868
(esquina e/ R. Pavão)
Indianópolis
Fone: (011) 542-2644

DIVERSOS ACABAMENTOS PRONTA ENTREGA OU SOB MEDIDA SERVIÇO DE ENTREGA E
Av. Cidade Jardim, 831 - Fone 820-0066 Av. Ibirapuera, 3392 - Fone 535-0100
Av. Paes de Barros, 2824 - Fone 6914-7658 Av. Pacaembú, 1331 - Fone 825-8400

Obs. Preços podem variar conforme acabamento. Nos kits não estão inclusos aparelhos e cada item. Ofertas válidas apenas esta semana ou até o fim do estoque

Idioma e soberania

ALDO REBELO

*Projeto de lei abre campanha em defesa da
língua portuguesa, contra os
estrangeirismos que a corrompem*

Como reflexo da situação geral do país, a língua portuguesa está sendo vítima de degradação sem precedentes. Palavras estrangeiras, de grafia e sons incompreensíveis ao povo, são utilizadas abusivamente na comunicação do dia-a-dia, no comércio, nos rótulos de produtos, nas faixas de rua, na imprensa e na publicidade. A estrangeirice contamina até as autoridades. O presidente da República, em entrevista à rede de TVs educativas, fala em fast track (quantos de nós sabem que significa via rápida, um procedimento típico da administração política americana?).

Anúncios de serviços públicos traduzem literalmente do inglês expressões que não usamos, como o fez a Anatel, ao trocar o velho e bom **interurbano** pela americanizada locução **chamadas de longa distância**.

Contra esse processo de “desnacionalização lingüística”, na expressão do crítico literário Wilson Martins, apresentamos um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Além de providências do Poder Público, para proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem, a língua portuguesa será tratada como um bem soberano do patrimônio cultural do Brasil. Terá uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos, bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação pública dentro do território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis.

O uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeiras será considerado como

lesivo ao patrimônio cultural brasileiro. Os infratores serão punidos com multas de até 13.000 UFIRs (R\$ 12.610,00), sem prejuízo de sanções de natureza civil e penal pelo crime de corromper o idioma. Promotores de eventos públicos terão de traduzir para o português cabalas bilíngües como “1º Salão Home Office Telemarketing”. Restaurantes que usam asneiras do tipo “delivery” deverão substituir a expressão inglesa pela portuguesa entrega em domicílio. Quem usa “sale” terá de escrever liquidação. Toda comunicação oficial, inclusive a publicidade de repartições e instituições controladas pelo Poder Público, deverá ser feita em português claro, proibindo-se o Banco do Brasil de anunciar seu “personal banking”, e o IBGE, de exibir na Internet uma página com o impertinente título de “IBGE Teen”.

O povo brasileiro não tem a obrigação de conhecer palavras ou idiomas estrangeiros. Cabe-lhe, se tiver os meios, incluindo educação pública de boa qualidade, conhecer e defender a língua nacional, oficializada na Constituição e em leis federais desde a década de 30.

Proteger o idioma é defender a nacionalidade. Se é na língua materna que melhor expressamos nossos sentimentos, é também com ela que elaboramos o pensamento e coletivamente construímos a verdadeira identidade nacional.

Como nos ensinou o médico e escritor Frantz Fanon, natural da Martinica que assumiu a causa da independência da Argélia, nos anos 50 e 60, e produziu uma obra considerada a bíblia das lutas de libertação nacional daquele período, a língua é o primeiro instrumento da consciência de um povo. E completou: “Se a cultura é a manifestação da consciência, não hesitarei em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada da cultura.” A seguir, leia a justificativa e a íntegra do projeto:

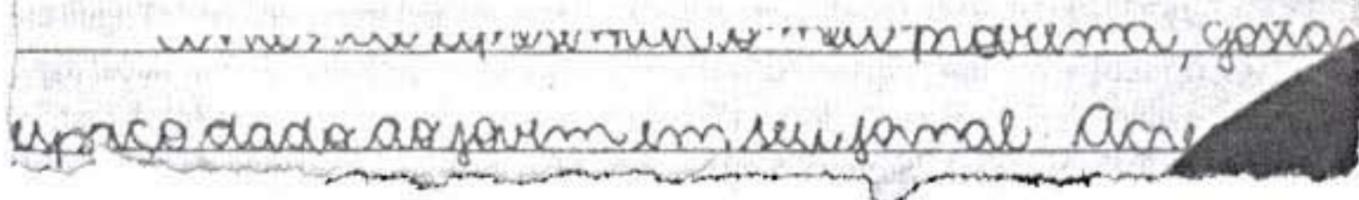
A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, até mesmo o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como *holding*, *recall*, *franchise*, *coffee-break*, *self-service* –

FOLHA teen

7º caderno ★ Página 1 ★ São Paulo, segunda-feira, 18 de outubro de 1999
Tel.: (011) 224-4160. Fax: (011) 223-1644. E-mail: folhateen@uol.com.br



e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados, como “startar”, “printar”, “bidar”, “atachar”, “database”. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até trancar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços – para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria *on sale* significa que esteja em liquidação? Ou que *50% off* quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de

identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um “Jose” – sem acentuação! E o que falar do serviço de *clipping* da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da *newsletter* da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de *personal banking* do Banco do Brasil – **Banco DO BRASIL** – espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, **caput**) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo o termo **caput**, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural – a língua materna –, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência

cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobia ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar – com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, Machado de Assis deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição:

“Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.” (*In: Celso Cunha, Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 – na ortografia original de 1968)

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por Ediruald de Mello, no seu artigo “O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções”, publicado em *Cadernos Aslegis*, nº 4, 1998.

O projeto de lei que apresentamos é proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a

ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei nº 75-1349, de 1975, substituída pela Lei nº 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

O projeto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação, a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiaias, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

Cumpra destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão

silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria “Quero a minha língua de volta!”, de autoria do jornalista e poeta José Enrique Barreiro, publicada há pouco tempo no *Jornal do Brasil*.

Em segundo lugar, há de ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita quanto oralmente, como bem demonstra a matéria de capa – “A ciência de escrever bem” – da revista *Época* de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se

oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o projeto de lei (PL) ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura – a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores lingüistas, Napoleão Mendes de Almeida, no Prefácio de sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), “conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. (...) A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?”

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PCdoB de São Paulo e líder do bloco PCdoB-PSB. Internet: www.camara.gov.br/aldorebelo Correio eletrônico: dep.aldorebelo@camara.gov.br

A íntegra do projeto

Art. 1º. Nos termos do **caput** do art. 13, e com base no **caput**, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

- I - é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;
- II - é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto quanto nos moldes populares;
- III - constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no **caput**, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da

integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º. Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

- I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;
- II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;



III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV - incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;

V - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI - atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vista ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

§ 1º. Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º. À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º. É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

- I - no ensino e na aprendizagem;
- II - no trabalho;
- III - nas relações jurídicas;
- IV - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;
- V - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;
- VI - nos meios de comunicação de massa;
- VII - na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;
- VIII - na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º. A disposição do **caput**, I- VIII deste artigo não se aplica:

I - a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II - a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III - a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV - a membros das comunidades indígenas nacionais;

V - ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI - a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII - a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º. A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

- I - tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II - uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º. Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o **caput** deste artigo, considerar-se-á:

I - prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II - prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III - prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º. Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá de ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o **caput** deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º. O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, com multa no valor de:

I - 1.300 (mil e trezentas) a 4.000 (quatro mil) UFIRs, se pessoa física;

II - 4.000 (quatro mil) a 13.000 (treze mil) UFIRs, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. O valor da multa dobrará a cada reincidência.

Art. 7º. A regulamentação desta lei tratará das sanções premiaias a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

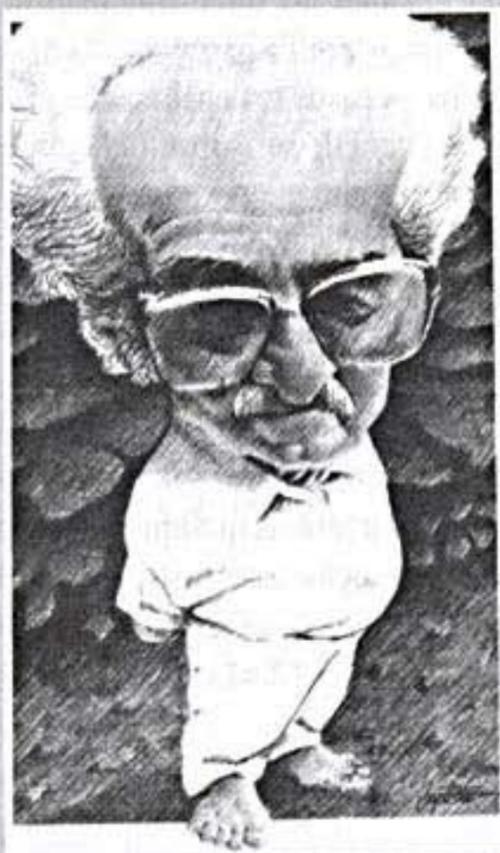
Art. 8º. À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A lírica impertinente de Manoel de Barros

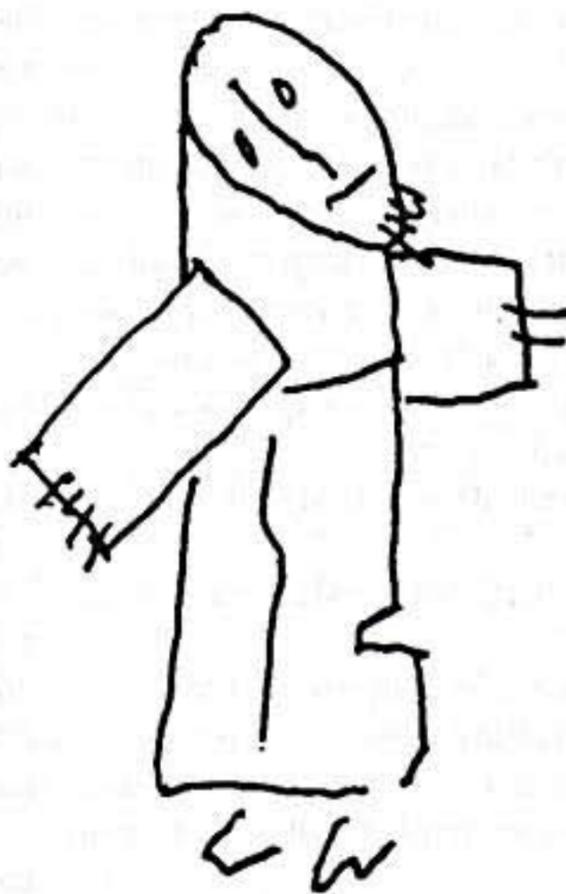
GOIANDIRA ORTIZ DE CAMARGO



Acima, Bernardo, mais do que personagem poética de Manoel de Barros, existe de fato e mora na fazenda do poeta no Pantanal.

Ao lado, poema e desenho do livro *O guardador de águas* de Manoel de Barros.

Em suas ruínas
Homizia sapos
Formigas carregam suas latas
Devaneiam palavras



O ESCURO ENCOSTA NELES PARA TER VAGALUMES

Segundo Manoel de Barros, “Sabedoria se tira das coisas que não existem.” Esse poeta, em seus 62 anos de publicação – seu primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado*, é de 1937 – vem tirando sabedoria das palavras e dando existência a elas, numa reinvenção poética da linguagem que não víamos desde Guimarães Rosa. Embora amado pelo público, como comprovam as sucessivas edições de seus livros, a poesia de Manoel de Barros ainda é timidamente estudada nos meios universitários e pelos críticos renomados do país. Tal marginalidade talvez se deva ao fato de que só em 1982, quando publicou *Arranjos para assobio*, pela Civilização Brasileira, sua poesia alcançou notoriedade através das referências de Millôr Fernandes, Antônio Houassis, Geraldo Carneiro, entre outros. Mas o poeta sulmatogrossense tem o seu lugar reservado na tradição da literatura brasileira. Sua obra, por mais que se individualize com as diferenças que guarda da poesia produzida no país atualmente, tem sua genealogia na boa lírica e mesmo na prosa brasileiras.

Manoel de Barros, em várias entrevistas, fala sobre o “diálogo livresco” que empreende com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Murilo Mendes, Guimarães Rosa e Clarice Lispector. Mais que evidências e laços de admiração do leitor Barros, esses autores fazem parte de um projeto estético que articula a historicidade circunstancial e literária na construção de uma poética comprometida com o tempo presente, com o homem presente, como escreveu Carlos Drummond de Andrade.

A estética modernista de 22, que despediu a retórica, a grandiloquência, a erudição, entre outros, da literatura, encontrará ressonâncias múltiplas na poesia de Barros. O diálogo com Oswald de Andrade será feito pelo viés da “alegria dos que não sabem e descobrem”, da “contribuição milionária de todos os erros”, do “ver com olhos livres, da “invenção”, da “surpresa”, ideais da poesia pau-brasil que, nos seus primeiros livros, são visíveis e, mais tarde, se transformam em um lastro profundo e secreto, configurando uma dicção própria, barreana. Como não nos lembrarmos do lúdico e do humor da estética de 22 ou da “inocência construtiva”, diante das anotações poéticas, com vocação epigramática, do “Caderno de Andarilho”, do livro *Concerto a céu aberto para solo de aves?* (p. 49-50)

Nos lábios do chão formigas fazem de lado.

Muito suspeito o andar das rolinhas: o traseiro delas entoa.

Ou ainda a hesitação entre prosa e poesia, “a contribuição milionária de todos os erros”, a poetização da realidade do interior do Brasil, que é visível em *Poemas concebidos sem pecado?*

Cabeludinho

*1. Sob o canto do bate-num-quara nasceu Cabeludinho
bem diferente de Iracema
desandando pouquíssima poesia
o que desculpa a insuficiência do canto
mas explica a sua vida
que juro ser o essencial.*

- Vai desremelar esse olho, menino!

- Vai cortar esse cabelo, menino!

- Eram os gritos de Nhanhá.

Gramática expositiva do chão – Poesia quase toda, p. 35

Já o poema que se apropria da linguagem da infância, as personificações mágicas da natureza, a visão mítica da realidade e as metáforas de inusitada plasticidade, além da presença forte da natureza, são convergências entre a poesia



"Eram sempre umas latas tristes./O menino é hoje um homem douto que trata com física quântica./Mas tem nostalgia das latas./ Tem saudades de puxar por um barbante sujo/umas latas tristes" *Retrato do artista quando coisa*, p.47

de Raul Bopp e a de Manoel de Barros. As imagens oníricas e o aproveitamento de elementos do Surrealismo na construção do poema barreano têm em Murilo Mendes o seu precursor. Além desse enraizamento na lírica brasileira, Guimarães Rosa é um caso de afinidade eletiva do poeta, de admiração quase colegial, revelada nas suas entrevistas que relatam, em sua maioria, o seu encontro com Rosa no pantanal. Os dois autores acreditam no engajamento na linguagem. Ambos dobram-na à força da invenção, mudam a regência de verbos e nomes, criam neologismos. Exemplo de Rosa: *magoad, dinheiral, cocoral, beija-florar*; de Barros: *milagrar, luaçal, trastal, passarinhã, nadifúndio, andorinhã*. Antonio Cândido escreve que *Grande sertão: veredas* traz o traço fundamental de seu autor: "a absoluta confiança na liberdade de inventar". (1) Depois de Rosa, na série literária brasileira, só Manoel de Barros afiança essa liberdade de inventar no espaço poético.

E mais ainda: as constantes da lírica moderna presentes em Arthur Rimbaud, Charles Baudelaire, Stéphane Mallarmé e Paul Valéry, aparecem em Manoel de Barros. O desregramento de todos os sentidos de Rimbaud e a eleição para a cena do poema que Baudelaire faz dos seres desprezados pela sociedade constituem a estética de Manoel de Barros.

Outro diálogo de sua obra são as artes plásticas. Arcimboldo, Klee, Picasso, Miró, Magrite e Modigliani são alguns pintores que a sua poesia nos lembra. Em seus mais de 80 anos, o poeta é um fruidor das artes, um observador atento dos movimentos estéticos desse século. As palpitações e as inquietações artísticas de nossa época transparecem em seus livros.

A poesia barreana tem na invenção a sua maior riqueza e na numerosidade dos vínculos, seja a filiação à palavra de outros poetas e escritores, seja, na perspectiva semiótica, a referência a outros discursos no espaço do poema, uma das características que a alinha com as artes deste século.

A estética do fragmentário

Em uma entrevista Manoel de Barros diz:

"Sobre elementos que influenciaram a minha formação, afora essa inaptidão para o diálogo, talvez um sentimento dentro de mim do fragmentário, laços rompidos, o esborão da crença ainda na adolescência, saudade de Deus e de casa, ancestralidade bugra, nostalgia da selva, sei lá. Necessidade de reunir esses pedaços decerto fez de mim um poeta. A incapacidade de agir também me mutila. Sou pela metade, sempre, ou menos da metade. A outra metade tenho que desferrar nas palavras. Ficar montando, em versos, pedacinhos de mim, ressentidos, caídos por aí, para que tudo afinal não se disperse. Um esforço para ficar inteiro que é essa atividade poética. Minha poesia é hoje e foi sempre uma catação de eus perdidos e ofendidos." (2)

O poeta nos apresenta um painel do homem moderno: o isolamento e a solidão que se traduzem numa certa impotência para o diálogo; a descrença em uma transcendência devido à ruína dos sistemas religiosos; o desencantamento do mundo; a nostalgia da origem; o homem do século XX abandonado e a arte sendo a única possibilidade de amparar a precariedade humana e circunscrever o real e seu mistério. Para o poeta, diante da transitoriedade da vida e da dispersão do ser, a poesia seria, então, a possibilidade de transcender a perda de si mesmo e reunir os fragmentos, cerzindo de novo os laços no que o verso tem de permanência. A poesia se enraíza na condição histórico-existencial do homem.

O tema da fragmentação, da divisão do ser, faz parte do temário poético universal. Embora possamos percebê-lo já no Renascimento, nos movimentos Maneirista e Barroco, foi

o Romantismo que cuidou de o propalar. A sua agudização, porém, se dá no Modernismo, em um contexto histórico áspero, em que a diluição de valores, a transitoriedade das coisas, o advento da sociedade da técnica contribuem ainda mais para o sentimento do fragmentário.

Em Manoel de Barros, a dor do sujeito, que é domínio do tema, reflete-se no processo de construção do poema. Sua poesia é fragmentária, se compõe de “materiais e passarinhos de uma demolição”, como ele mesmo escreve. O seu universo poético é construído mais em rupturas, enunciado através de disjunções, recombinações, elipses, cortes, montagens na linguagem. O poema 3.2 de “Os deslimites da palavra”, segunda parte de *O livro das ignoranças*, toca de forma cruelmente bela no sentimento do fragmentário. É Apuleio, uma das máscaras de Barros e referência explícita ao autor de *O asno de ouro*, romance de aventuras e de costumes da Antigüidade, que toma o eu lírico e vive a experiência de uma nova cosmologia, renomeando poeticamente o mundo, quando flutuava sobre as águas da enchente de 22 do Pantanal:

3.6
Nuvens me cruzam de arribação.
Tenho uma dor de concha extraviada.
Uma dor de pedaços que não voltam.
Eu sou muitas pessoas destroçadas.
.....
.....
Diviso ao longe um ombro de barranco.
E encolhidos na areia uns jaburus.
Chego mais perto e estremeço de espírito.
Enxergo a aldeia dos Guanás.
Imbico numa lata enferrujada.
Um sabiá me aleluia.

Livro das ignoranças, p. 73

As imagens da concha extraviada, dos pedaços, da dispersão do eu “nas muitas pessoas destroçadas”, além do intervalo pontilhado, que é uma breve ruptura da palavra para abrigar o silêncio, representam a subjetividade fragmentada. O final do poema assinala o retorno à natureza, consagrando o homem através da religação do natural ao religioso.

Outra recorrência do fragmentário é o texto da memória que, por sua própria natureza, já é cheio de falhas e de imprecisões. Os poemas da lembrança do livro *Concerto a céu aberto para solos de ave* encenam a problemática do ser e da sua temporalidade, a consciência do perdido que a poesia tenta recuperar.

Nesse sentido, o texto se faz mais fragmentário. São sinais, vestígios de linguagem que se configuram nos pontilhados, nos poemas sem títulos, apenas enumerados, como se não tivessem unidade e, sim, fizessem parte de um outro poema que ficou perdido:

XXV (lembrança)

*Perto do rio tenho 7 anos.
(Penso que o rio me aprimorava)
Acho vestígios de uma voz de pássaro nas
águas.
Viajo de trem para o internato.
Vou conversando passarinhos pela janela do
trem.
Um bedel raspou a cabeça de meu irmão no
Internato.
Havia um muro cheio de ofendículos.
Liberdade havia de ser pular aquele muro.
Do outro lado havia um guaviral onde os moços
e as moças se encontravam e se filhavam.
A gente manuseava os pichitos.
Na igreja os padres reuniam os alunos e
tentavam falar a sério.
Mas eu sempre achei muita graça quando as
pessoas estão falando sério.
Acho que isso é um defeito alimentar.*

Concerto a céu aberto... p.28

As lembranças são traços da memória da infância do poeta, articuladas com as imagens de cunho onírico, em que o jogo entre o vivido e o lembrado estabelece uma relação mágica entre espaço e tempo no primeiro verso. O texto da memória, na instância poética, se verga dócil e se compõe com a estética do fragmentário de Barros. O poeta tem nas lembranças a reunião dos pedaços e uma referência da identidade do ser. A memória, então, de consciência das ruínas do presente, passa a participar do movimento incessante de elaboração e reelaboração do homem na história.

O puro traste em flor

Luiz Costa Lima, em um estudo sobre Sousândrade, escreve que “A arte realiza-se por objetivar. O que vale dizer, o problema primeiro do artista é o de, sendo sensível, no entanto não se encerrar na sua sensibilidade, e o de intuindo o ‘desconcerto do mundo’, no entanto não evitar o mundo.” (3) Manoel de Barros não evita o mundo, o expõe em suas contradições, na mesma linha do Modernismo que descobriu o país em suas misérias e riquezas, em seu atraso e progresso,

trazendo para o espaço do poema a realidade social.

Manoel de Barros, em seu processo de composição, articula a linguagem da poesia e a linguagem do mundo na criação de uma po(ética), de um modo de olhar a realidade e escolher o que deve ser elevado pela poesia. Barros examina a palavra, entrelaçando a voz do poema, reduto das peculiaridades de sua natureza e da tradição literária, e a voz social que expõe as impertinências do mundo. Os bens do poeta são as coisas do chão, as insignificâncias, o inútil, o que não tem valor de uso, principalmente os seres inviáveis na nossa sociedade, exacerbada em seu consumismo e na valorização do ter sobre o ser:

*Todas as coisas cujos valores podem ser
disputados no cuspe à distância
servem para poesia*

*O homem que possui um pente
e uma árvore
serve para poesia*

*Terreno de 10x20, sujo de mato – os que
nele gorjeiam: detritos semoventes, latas
servem para poesia*

*Um chevrolé gosmento
Coleção de besouros abstêmios
O bule de Braque sem boca
são bons para poesia*

*As coisas que não levam a nada
tem grande importância
Cada coisa ordinária é um elemento de estima*

*Cada coisa sem préstimo
tem seu lugar
na poesia ou na geral*

*O que se encontra em ninho de João-Ferreira:
caco de vidro, garampos,
retratos de formatura,
servem demais para poesia*

*As coisas que não pretendem, como
por exemplo: pedras que cheiram
água, homens
que atravessam períodos de árvore,
se prestam para poesia*

(...)

Gramática expositiva do chão..., p. 179-80

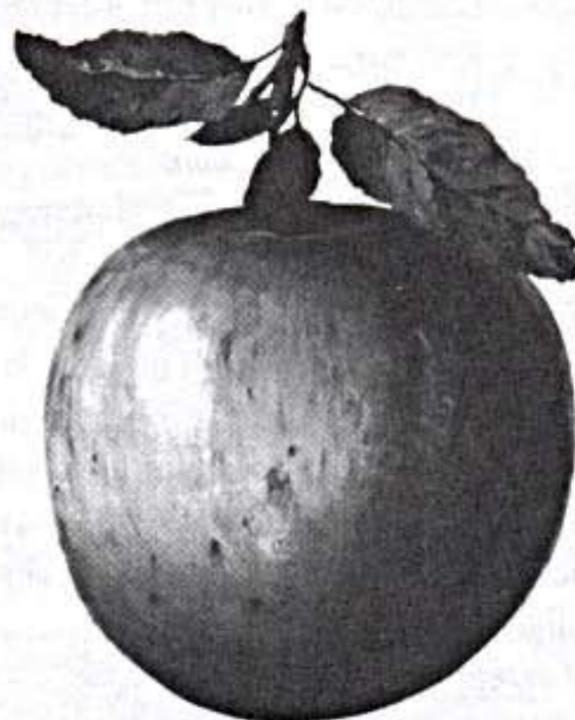
No poema acima, a invenção e a crítica sobre a experiência poética implicam numa reflexão sobre a realidade através de uma reorganização do olhar e de uma desorganização semântica que singularizam a realidade representada. O conceito de utilidade é revisto, agora sob uma perspectiva do conhecimento poético.

A partir desse novo olhar, vemos surgir em seus poemas as personagens, que vivem no limiar do natural e do humano, à margem da produção e do mercado. Bernardo, Polina, Mário-pega-sapo, Gideão, Andaleço, Catre-Velho, Apuleio são máscaras de um mesmo eu lírico que quer interferir na realidade, estabelecendo uma ética poética, um pensar sobre as coisas a partir do chão, do pequeno, do inútil. Para o poeta, a única poesia possível está na insignificância e nos seres desprezados e o poema é o lugar



Ceci n'est pas une pipe.

Ceci n'est pas une pomme



A desconstrução semântica dos verbetes poéticos de *Arranjos para assobio* de Manoel de Barros, remetem à série *Ceci n'est pas...* do pintor belga René Magritte

de comunhão entre a poesia e esses seres. “Só empós de virar traste que o homem é poesia.” (*Gramática expositiva do chão – Poesia quase toda*, p. 186), acredita Manoel de Barros na voz de uma das suas personagens. No caminho aberto por Baudelaire, quando levou para o poema o trapeiro, a prostituta, o homem da multidão, o flâneur, seres marginais, o poeta elege para os seus poemas as figuras que não têm uma função social, que correm por fora do sistema. São as personagens do seu universo criado que respondem ao seu desejo de ocultar-se, de falar disfarçado sobre o que acredita, multiplicar, dar forma ao seu eu fragmentado, dramatizar a sua sensibilidade poética e, também, criar o seu herói, num mundo desprovido de heroicidade.

Bernardo é o herói que Barros escolhe para falar em seu nome. Das inúmeras personagens é a mais amada, pelo menos é a que aparece mais nos seus livros. Oriundo do universo biográfico do poeta, de dono de fazenda no pantanal, Bernardo é um bugre pantaneiro que ganhou um capítulo da prosa poética do autor, *Livro de pré-coisas*. Ele é “O personagem”. Citemos alguns fragmentos:

I. No presente

*Quando de primeiro o homem era só, Bernardo era.
Veio de longe com a sua pré-história.*

(...)

*De dentro de seus cabelos, onde guarda seu fumo,
seus cacos de vidro, seus espelinhos, nascem
pregos primaveris!*

*Não sabe se as vestes apodrecem no corpo senão
quando elas apodrecem.*

É muito apoderado pelo chão esse Bernardo.

(...)

*Com bichos de escama conversa. Ouve de longe a
botação de um ovo de jacarua.*

(...)

*Passarinhos do mato, bem-te-vi, João-Ferreira,
sentam no ombro desse bandarria para catar
imundícia orvalho, insetos.*

(...)

*No pátio, cachorro acua ele. (Pessoas com ar de
quelônio, cachorro descompreende.) Galinhas
bicoloram seu casco.*

Mal desenxerga.

*(Nem mosca nem pedrada desviam ele de ser obscuro.)
Bernardo está pronto a poema. Passa um rio gorjeado por
perto. Com as mãos aplaina as águas. Deus abrange ele.*

Gramática expositiva do chão..., p. 243-4

Situado na origem dos tempos, portanto, mítico, Bernardo se confunde com o chão, se confunde com os bichos. Perdido no tempo e indefinido o lugar de onde veio, integra-se à natureza e pelo que descreve o poeta é “o puro traste em flor”, é quase um chão ou uma árvore, pois nele toma lugar passarinhos. É a extremização do humano, sem suas referenciais culturais. Bernardo é um ser sem os sinais da sociedade de consumo, destituído de qualquer valor social, vive na fronteira entre o vegetal e o animal. E, por fim, é aquele que o poeta elege, dele nascem as imagens poéticas: “pregos primaveris” e “rio gorjeado” que concentra pássaro, canto do pássaro e ruído de rio. O rio canta e se canta, já não é mais rio, mas também não é mais pássaro. A imagem aprofunda seu grau de metaforicidade até se perderem as lembranças do real. E como prescreveu “João”, outra personagem: traste, Bernardo “está pronto a poema”.

O herói de Barros não pegará em armas, não entende de economia, provavelmente não fará a revolução da sociedade. Sua revolução é a do ser, sua utopia é reencantar o mundo. Eis o seu perfil:

Sujeito

*Usava um Dicionário do Ordinário
com 11 palavras de joelhos
inclusive bestego. Posava de esterco
para 13 adjetivos familiares
inclusive bêbado.*

la entre azul e sarjetas.

Tinha a voz do chão podre.

Tocava a fome a 12 bocas.

*E achava mais importante fundar um verso
do que uma usina Atômica.*

Era um sujeito ordinário.

Gramática expositiva do chão..., p.223

São essas as personagens barreanas, capazes de ensinar-nos a relacionar de um outro modo com a vida. Em sua humanidade residual, guardam uma ternura comovente. Sem uso social, Barros dá a esses seres um uso poético: servem para o poema, e é por meio deles que o poeta faz a sua crítica à sociedade e se norteia por uma ética fundada no conhecimento poético da realidade. É assim que ele vai inscrevendo nos versos os vínculos destes seres com o destino do mundo. Um mundo mais justo e mais terno que se oriente pelo saber que o índio guató Salustiano ensinou ao poeta:

3.

As árvores velhas quase todas foram preparadas para o exílio das cigarras.

Salustiano, um índio guató, me ensinou isso.

E me ensinou mais: Que as cigarras do exílio São os únicos seres que sabem de cor quando a noite está coberta de abandono.

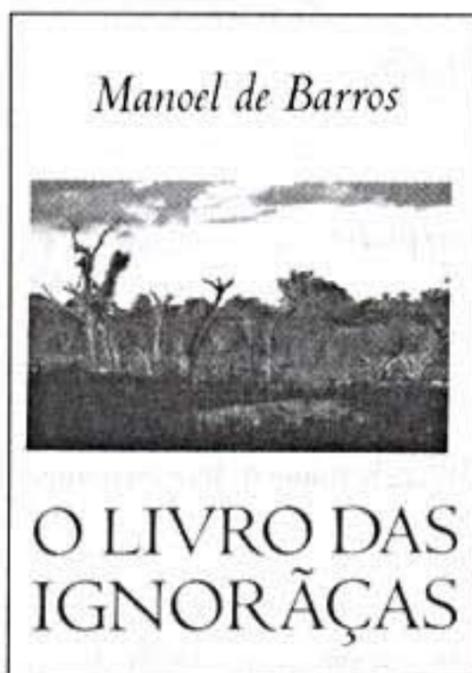
Acho que a gente deveria dar mais espaço para esse tipo de saber.

O saber que tem força de fontes.

Retrato do artista quando coisa, p. 63

O idioleto mannelês archaico

Na poesia de Manoel de Barros, percebemos o desejo de recuperar a linguagem culturalmente perdida ou senão, a partir desse sentimento das origens, criar uma linguagem que reescreva o mundo, reinventando os sistemas de conhecimento que o regem. Desde a gramática, a ciência, passando pela matemática, contrapondo-os ao saber e dizer das teorias que o poeta inventa e à criação de um dicionário poético peculiar. Encontramos em seus livros a invenção de palavras, a desconstrução dos verbos, a criação de um "dialeto rã" que empreende a síntese entre o nome e o objeto, a burla da racionalidade numérica, a preferência pela imagem



em vez do nome, a provocação da instabilidade semântica, o bestiário dos seres insignificantes, com os quais o poeta se identifica, o encontro com a ancestralidade da palavra no desenho e a palavra capturada na sua face erótica e sedutora, quando a lesma, figura de recorrência de sua poesia, encarna no seu universo de criação o escrever com o corpo: "A lesma influi muito em meu desejo de gosmar sobre as/palavras./ Neste coito com letras!" (*Gramática expositiva do chão...*, p. 293)

Explorando as virtualidade de produção de palavras da língua, o poeta cria e dá especial atenção aos neologismos: *aguaçal, desmorrer, insetal, horizontar*. São esses neologismos, a didática da invenção, a destruição das classes das palavras e uma outra sintaxe que compõem o idioleto mannelês archaico:

(...)

Quando o rio está começando um peixe,

Ele me coisa

Ele me rã

Ele me árvore.

De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os ocasos.

Livro das ignorâncias, p. 77

A transformação do substantivo em verbo, sem alterar a sua forma, corrompe o nível morfo-sintático e dá à palavra a dimensão de imagem, evocando um momento anterior à sintaxe normativa da língua. A linguagem, que é signo da perda e da separação e muitas vezes do esquecimento da coisa nomeada, se inscreve num espaço de desejo que re(a)corda a palavra e o seu objeto, instaurando uma transitividade que o poeta encontra na linguagem dos pássaros:

5

Na língua dos pássaros uma expressão tinge a seguinte.

Se é vermelha tinge a outra de vermelho.

Se é alva tinge a outra dos lírios da manhã.

É língua muito transitiva a dos pássaros.

Não carece de conjunções nem de abotoaduras.

Se comunica por encantamentos.

E por não ser contaminada de contradições

a linguagem dos pássaros

Só produz gorjeios.

Retrato do artista quando coisa... p. 67

A produção da linguagem poética em Barros se dá ainda no aproveitamento das matrizes lingüísticas correntes na língua, quebradas e combinadas com fragmentos que provocam uma instabilidade semântica:

*Se um trevo assumir a tarde, de noite chove.
Pessoa que lê água está sujeita à libélula.
A água lírica dos córregos não se vendem em
farmácia.
Na beira do entardecer o canto das cigarras
enferruja.*

Concerto a céu aberto..., p. 49, 50,52

Se apagarmos os fragmentos que dificultam a legibilidade dos versos, teremos fragmentos da linguagem corrente, como é o caso de "Pessoa que lê ...está sujeita a ...". São resíduos da fala comum que resistem no espaço do verso; o poeta os combina com outros, inesperados, nos surpreendendo com a iluminação súbita do poético.

O desejo comum a todo poeta de criar uma linguagem está presente em Barros. O idioleto manolês constitui a experiência poética de uma linguagem que contesta o convencional, aproveita as virtualidades da língua para desconstruir a sua codificação usual. Ainda a linguagem perde a sua condição de mediadora da realidade e se torna instância do desejo de surpreender sujeito e objeto numa mesma unidade.

A fragmentação do sujeito, o desejo de fundar uma linguagem, conseqüentemente recriar o mundo, e a construção de uma poética que se fundamenta na reflexão que incorpora a invenção e o comprometimento com o tempo presente, com a linguagem do mundo, com o humano demasiado humano, assinalam a experiência poética desse poeta *sui generis* na Literatura Brasileira, pronto a poema, pronto a ser lido e amado pelo público, que, com certeza, ganharia mais do que "a descoberta das coisas nunca vistas" ou "a alegria dos que não sabem e descobrem". Ganharia a iluminação súbita do humano que só a grande poesia sabe desvelar, desde as pequenas e ínfimas coisas, deste o laço do nosso destino com os rumos do mundo.

Para terminar, com a palavra o poeta Manoel de Barros: "O que eu descubro ao fim da minha *Estética da Ordinarietàade* é que eu gostaria de redimir as pobres coisas do chão. Me parece que olhando pelos cacós, pelos destroços, pela escória eu estaria tentando juntar fragmentos de mim mesmo espalhados por aí. Estaria

me dando a unidade perdida. E que obtendo a redenção das pobres coisas eu estaria obtendo a minha redenção." (*Gramática expositiva do chão ...* p. 328)

Goiandira Ortiz de Camargo é professora doutora de Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Notas

- (1) CÂNDIDO, A. In: COUTINHO, E. F. (Org.) (1983), p.294.
- (2) Manoel de Barros em *Gramática expositiva do chão – Poesia quase toda*, 1990, p.308.
- (3) LIMA, L. C. In: CAMPOS, A. & CAMPOS, H. (1982), p.407.

Livros de Manoel de Barros: *Poemas concebidos sem pecado* (1937); *Face imóvel* (1942); *Poesias* (1956); *Compêndio para uso dos pássaros* (1960); *Matéria de poesia* (1970); *Arranjos para assobio* (1980); *O guardador de águas* (1989); *O livro da ignoranças* (1993); *Livro sobre nada* (1996); e *Retrato do artista quando coisa* (1998)

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. Lírica e sociedade. In: _____. Et al. *Os pensadores*. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultura, 1983. p.193-208
- BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão. Poesia quase toda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- _____. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- _____. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro. Record, 1998.
- _____. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- BARBOSA, João Alexandre. *A metáfora crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *As ilusões da modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- CAMARGO, Goiandira de F. Ortiz de. *A poética do fragmentário*. Uma leitura da poesia de Manoel de Barros. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1996. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira.
- COUTINHO, Eduardo F. Org. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1983.
- ESTEBAN, Claude. *Crítica da razão poética*. Trad. Paulo Azevedo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna*. Trad. Marise Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- LIMA, Luís C. O campo visual de uma experiência antecipadora. In: CAMPOS, Haroldo & CAMPOS, Augusto. *Revisão de Sousândrade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Ferreira Gullar: cinquenta anos criando poesia



Cristina Cabral/O Popular

ADALBERTO MONTEIRO

Percorrer a obra de Ferreira Gullar é viajar pelos caminhos e descaminhos do Brasil, de seu povo e de sua arte. Ele, sempre defendendo a vida com as mãos e as palavras

Rio de Janeiro, Glória, setembro de 1953. Oswald de Andrade, o anjo antropófago do modernismo brasileiro, visita um poeta que está completando 23 anos de idade. O nome dele é José Ribamar Ferreira.

Chegou ao Rio em 51. Veio da ilha de São Luís depois de ter publicado, em 1949, *Um pouco acima do chão*, seu primeiro livro de poemas. Oswald está ali pelo entusiasmo que lhe causara a

leitura de *A luta corporal*, lido ainda nos originais. Comenta-se até que o autor de *Manifesto da poesia pau-brasil* teria dito que o jovem maranhense, entre os novos, era a mais destacada revelação.

Mas não há nada como o tempo para passar. O José Ribamar Ferreira ficou conhecido como Ferreira Gullar. Já completou 69 anos. Cinquenta anos produzindo poesia. Depois da morte de Drummond, alguns enveredaram pelo exercício de apontar quem seria o *maioral* da poesia brasileira. Nada mais ridículo. A literatura rejeita tal disputa. De qualquer forma, de Ferreira Gullar podemos afirmar: “Quem contar a história da literatura brasileira, tem de falar dele. Ou estará mentindo.” Oswald acertou na mosca. Aquele moço magrelo tinha talento mesmo.

Percorrer a obra de Ferreira Gullar é viajar pelos *caminhos e descaminhos* do Brasil, de seu povo e de sua arte. Ele sempre defendendo a vida com as mãos e as palavras. Para cavar o seu curso no solo áspero, o rio que é sua poesia, empunhou ferramentas diversas. Dos poemas rimados e ritmados aos longos poemas em prosa; das experiências laboratoriais do concretismo e do neoconcretismo à poesia cantada na feira, *os romances de cordel*.

Apesar da diversidade de estilos e formas e da variedade de temas, sua obra possui uma *coerência interna*. Esta coerência talvez seja uma inquietante sede estética; e mais, só escrever poemas quando não houver outro recurso, escrever sob emoção, sob tensão; e, por fim, uma poesia que tem como ponto de partida a realidade e as circunstâncias e quando ganha concretude surge sob os impactos demolidores e construtores do movimento. Declaradamente, orgulhosamente, uma poesia se tornou partidária da filosofia de não *apenas descrever o mundo, mas transformá-lo*.

A luta corporal (1954) é o galope de um *cavalo sem sede*. Uma nascente poesia acuada pelo colossal drama da

existência, perscrutando estéticas, explorando os limites da linguagem, investigando enigmas, descrevendo a essência humana com rusticidade e pessimismo. De tanta tensão e busca o idioma não resiste, implode e assim o livro não termina, se *acaba* com o poema “Roçzeiral”. Tendo destruído a linguagem, o poeta perde seu instrumental de trabalho, *sente-se desarmado*. Desaba numa crise existencial e estética. Como poeta julga-se inutilizado.

Nesse meio tempo pipoca o concretismo. É Gullar quem diz: “Minha primeira reação foi contra, mas em seguida falei: quem sabe isso pode me tirar do buraco.” Não tirou, mas surge *Poemas concretos/neoconcretos* (1958) representando uma tentativa de superação desse impasse.

Depois dessa crise toda, ele ressurgiu, em 62, com dois romances de cordel: *João Boa-Morte, cabra marcado para morrer* e *Quem matou Aparecida*, ambos editados pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Este recomeço através de um salto brusco provocou reações negativas. Foi enxovalhado. Acusaram-no, até mesmo, *de trair a poesia*. É preciso recorrer a depoimentos autobiográficos do poeta para se entender surpreendente reviravolta.

Estava lá, ele, às voltas com as *loucuras* neoconcretas quando foi convidado para dirigir a Fundação Cultural Brasília. Isso ali por 60/61. Da Baía da Guanabara para o cerrado goiano. Brasília, diz Gullar, num só espaço “misturava arquitetura moderna e gente miserável”. Ele se lançou a desenvolver um trabalho cultural “que ia do popular, do candango, do homem do povo, que construiu a cidade, à coisa mais moderna, que era a própria cidade”.

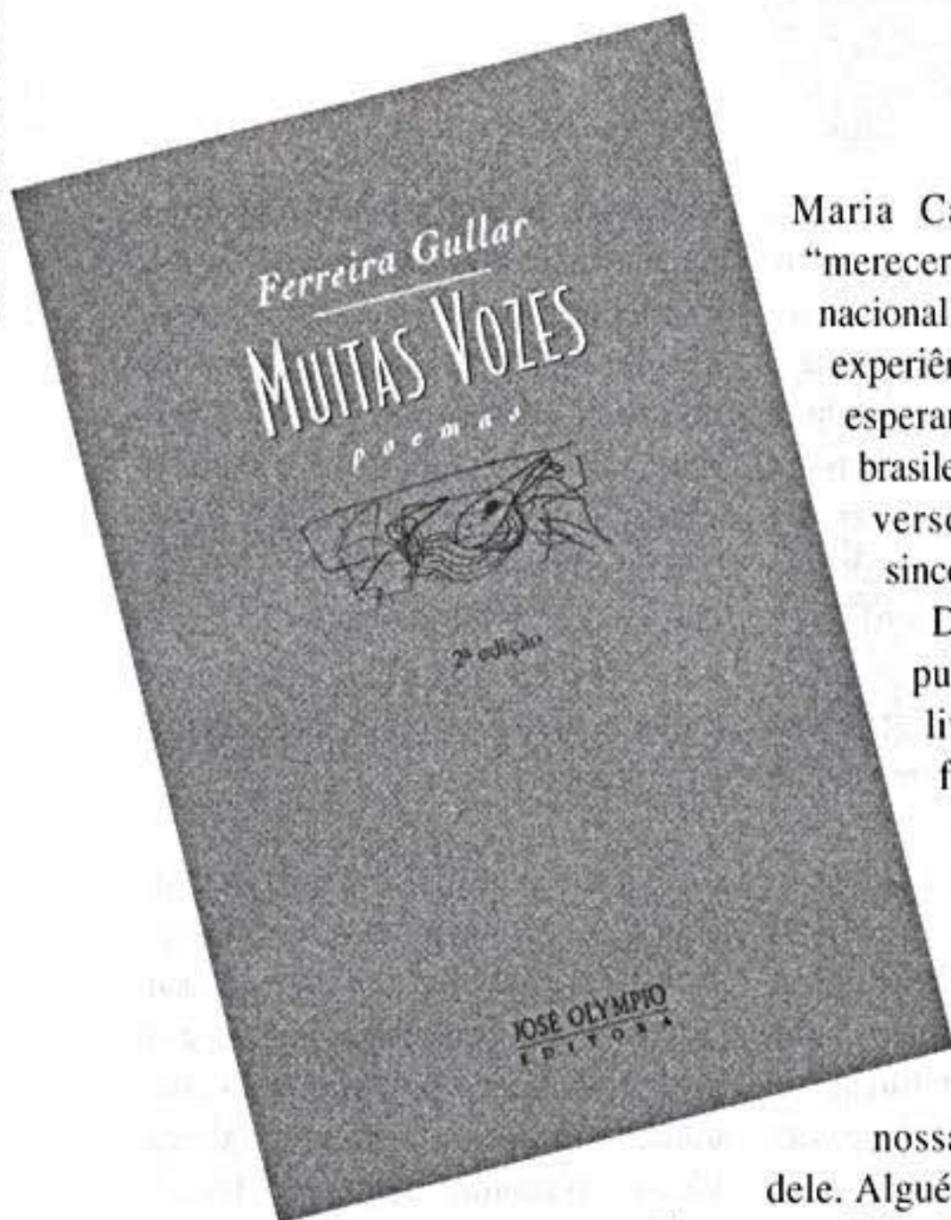
Identifica-se com os candangos que após construírem a Capital foram expulsos para morar nas cidades-satélites. Diz ele: “Voltei a entrar em contato com minha gente, com o nordestino, com meu povo, e a minha cabeça continuava fervendo”.

Para completar o desnudamento do enigma, nesse mesmo período Gullar conhece o marxismo e o abraça com entusiasmo. Deixemos ele mesmo nos explicar:

“...esse contato de novo com o povo, com o nordestino, com os problemas da cidade, e a ebulição em que o Brasil entrou com a renúncia de Jânio e o governo de João Goulart, tudo isso contribuiu para que minha cabeça virasse ao contrário. E mais, a leitura de Marx. Compreendi, então, que o problema da poesia não podia ser resolvido dentro da poesia, mas fora dela. Que o problema estava em que eu me abrisse para a realidade do meu país, da qual eu tinha me separado em função da própria poesia e dos próprios problemas existenciais, filosóficos e poéticos em que tinha me envolvido. Aí recomecei de novo, comecei a fazer poesia como cantador de feira...”

Essa trajetória cheia de aprendizagens, de crises, angústias e descobertas desemboca na criação de dois livros que o arremessam, definitivamente, à companhia do que há de melhor na literatura de língua portuguesa: *Dentro da noite veloz* (1975) e *Poema sujo* (1976).

No primeiro, há poemas de uma beleza de dar medo. No âmbito da literatura dita engajada é um diamante do mesmo quilate de *A rosa do povo*, de Drummond. Esse livro é, sim, um soco forte no imperialismo e no golpe militar de 64. Mas tal soco é dado com um



apuro estético que lhe custou toda uma vida de experiência poética e amadurecimento de sua consciência crítica. Em *Dentro da noite veloz*, solenemente, o poeta alardeia: “introduzo na poesia a palavra diarréia”. Escandaliza, denunciando a miséria que corrói nosso povo. Mas essa noite não é povoada apenas por desgraças. Brilha no seu céu, também, as cores dos fogos de artifício da memória e a delicadeza de seu lirismo amoroso.

Poema sujo, escrito no exílio, é tido, por muitos, o momento mais intenso e brilhante de sua bibliografia. É uma explosão da memória, da saudade. É um furacão que mescla, mistura todas as fases do poeta, todos os seus temas, todas as suas datas, dos seus tempos. Com ele você voa e rasteja. O cenário é o Brasil, via a ilha de São Luís. O sol, o vento, uma cidade feita de luz e azul. Os casarões cobertos por brasas. O sol fermentando as águas, apodrecendo as pêras, fazendo exalar o fedor da lama dos mangues. Para Otto

Maria Carpeaux, *Poema sujo* “mereceria ser chamado ‘poema nacional’ porque encarna todas as experiências, vitórias, derrotas e esperanças da vida do homem brasileiro. É o Brasil mesmo, em versos ‘sujos’ e, portanto, sinceros.”

Depois de doze anos sem publicar poesia – o último livro de poemas publicado fora *Barulhos* (1987) – ele publicou em junho/julho deste ano *Muitas vozes*. Muito tem se falado desse longo eclipse. Talvez pela necessidade que as nossas vidas têm da poesia dele. Alguém já disse, acho que foi o soviético Maiakóvski, que a poesia assemelha-se a certos elementos químicos. A natureza para produzir um grama deles precisa de séculos. Assim funciona, também, a oficina de Ferreira Gullar.

Em *Muitas vozes* (1) ecoam os gritos que a poesia dele vociferou nesse meio século de erupção. O apodrecer da polpa das frutas e o perecer das pessoas, os efeitos corrosivos do tempo; a ilha de São Luís (Gullar é igual a uma tartaruga marinha: já viveu séculos, viajou o mundo mas sempre volta à aldeia onde nasceu para desovar); as fotografias do cotidiano nas quais ele escreve o nome da rua onde aprisionou uma deslumbrante imagem, uma forte emoção; a paixão pela estética, a poesia conversando com a poesia desde *A luta corporal*; o intimismo, de repente você não está lendo um livro, está é com um amigo, que te fala do pai, dos filhos; e a memória que nos provoca uma dor apreciável; o lirismo, o encontro e o desencontro dos pares; o poema

“Queda de Allende” garante a presença, de sempre, da história.

Muitas vozes fala muito da morte. Dos cinquenta e quatro poemas, ela é a motivação principal de uma dúzia deles. *Barulhos* já falara. Mas pela notícia impactual e dolorosa da perda de pessoas queridas ou pela falta que os amigos fazem. *Muitas vozes* vai além: faz uma reflexão poética sobre a morte. Coisa que por medo ou tolice evitamos fazer.

“A morte é uma certeza invencível”, nos diz o poema “Tato”. Todavia, não se trata de um *réquiem*. Ao nos sacudir, ao nos lembrar, insistentemente, da inevitabilidade da morte, a lírica de Gullar parece querer nos dar lições de existir, nos empurra ao alto-mar da vida. Escutem. “Extravio” é um poema importante desse livro. Ao viver intensamente, a gente *vai se extraviando, vai dispersando nas coisas, nas pessoas, se desfazendo nas nuvens*.

Entretanto, a vida vence. Vibra forte, sobretudo, nas vozes dos poemas “Electra II”, “Coito”, “Sortilégio” e na maravilha que é “Dança Flamenca”. O final de um deles, diz:

“energias da treva
as coxas o ventre
os seios
eram luas encantadas
e do centro
do teu corpo
a macia estrela negra
me chamava
para dentro de si.”

Adalberto Monteiro é poeta e membro da direção nacional do PCdoB.

Nota

(1) *Muitas Vozes*, Ferreira Gullar, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1999, 118 pp. R\$ 17,00

Nômades e sedentários: um estudo de História

Nômades e sedentários na Ásia Central, Miguel Urbano Rodrigues, Editora Campo da História, Porto/Portugal, R\$ 50,00 (importado)



Foi lançado no último dia 5 de outubro, na Livraria de Portugal, em São Paulo, o livro *Nômades e sedentários na Ásia Central*, de autoria de Miguel Urbano Rodrigues que dá conta de 4.000 anos de história. Nascido em 1925, no Alentejo, em Portugal, Miguel Urbano é jornalista e escritor, com mais de 50 anos de exercício profissional, tendo atuado em seu país e no Brasil, como editor de importantes veículos da imprensa nacional. Foi professor de História Contemporânea na Faculdade de Letras de Lisboa.

É também antigo militante comunista, valoroso lutador do povo português, tendo exercido o mandato de deputado federal pelo Partido Comunista Português e por esse mesmo partido, exerceu mandato entre 90 e 95 no Parlamento Europeu. Ao todo, já publicou 10 livros no Brasil e em Portugal, alguns pela Editora Brasiliense.

Nômades e Sedentários na Ásia Central é um livro recente. Escrito entre fevereiro de 1996 e outubro de 1998, Miguel Urbano dividia seu tempo de jornalista, professor e militante com a redação da obra. Nesse período, cruzou o Atlântico diversas vezes, carregando consigo sempre para consulta, em torno de 30 livros. A grande parte do texto final foi produzida nas cidades de Lisboa, Havana e São Paulo.

O nosso autor é modesto do ponto de vista intelectual. Ao dizer na introdução que não se propõe apresentar uma obra acadêmica, fruto de algum trabalho de investigação e pesquisa científica, acaba oferecendo à comunidade acadêmica em geral, aos estudiosos e pesquisadores do Oriente, aos amantes da história e da boa literatura, uma obra fantástica. Na verdade, apresenta ao mundo uma obra de reflexão, em especial para jovens estudantes.

Além do livro ter sido escrito em linguagem simples, acessível à grande maioria, o autor demonstra grande conhecimento da região não só pela teoria. Visitou, ao longo de sua vida, diversos dos países apresentados no trabalho.

Ao Ocidente em geral, e aos latino-americanos em particular, a Ásia é um continente praticamente desconhecido. Não nos chegou grande parte dessa cultura, dos seus costumes, das suas tradições, da sua religiosidade. Quando muito um pouco dos árabes e do islamismo. Nossa cultura ocidentalizada é greco-romana e judaico-cristã. Nossos livros de história contam muito sobre fatos e datas da Europa e da América, mas pouco falam do outro lado do mundo, a maior porção da terra e onde hoje e sempre viveram bem mais pessoas em toda a história da humanidade.

A obra trata de uma parte da Ásia, a Central. A geografia dessa região, nos últimos 2,5 mil anos foi profundamente alterada em termos de divisão política. Países e Impérios surgiram e desapareceram. O livro traz em suas páginas centrais, diversas lâminas coloridas contendo mapas da antiguidade mostrando a divisão territorial de impérios antigos. Na atualidade, a Ásia central compreende a Mongólia, o Tibete, os Turquestões, Afeganistão, Uzbequistão, entre outros. Mas devido à influência cultural e da importância para a obra, alguns povos foram introduzidos, como os persas, selêucidas e sassânidas. Mesma a Índia, que não faz parte da Ásia Central, aparece com um Capítulo (o X) e parte de outro (quando trata de Buda no Capítulo XVII). Fala-se da China e de suas fronteiras.

O conceito de povos nômades, no sentido vulgar do termo, relaciona-se com "...qualquer forma de vida errante, independentemente da base econômica ou subestilo de vida... Hoje estabelece-se uma diferenciação dos caçadores do paleolítico superior de um nomadismo cujo sentido se restringe ao gênero de vida dos grandes pastores, caravaneiros (comerciantes, escoltas e salteadores) e guerreiros em geral...".(1) É deste segundo tipo de nomadismo que o autor trata. Povos e impérios que ocuparam as grandes regiões da Ásia Central, das estepes, foram estudados pelo autor, em especial no que diz respeito às transmissões de cultura, conhecimento e ciência.

Ibn Khaldun foi o primeiro intelectual árabe que estudou de forma consistente esse fenômeno, em especial no norte da África, dos povos nômades do deserto (em especial beduínos) e construiu uma teoria de ciclos de poder, onde os que eram nômades transformam em sedentários e posteriormente acabam vencidos pelos novos nômades que tomam as cidades e repetem esse ciclo. É o que alguns chamam de sociologia da beduinidade.

Mas de quem fala nosso autor? Ao longo de seus capítulos, redigidos em ordem cronológica histórica (começa com os aquemênidas e Alexandre e chega até o Afeganistão de hoje), retrata diversos povos e culturas, sob aspectos sociais, econômicos, militares e políticos.

Alguns dos povos nos são mais familiares, como os árabes, os persas, os turcos, os hindus, os mongóis e afegãos. Outros nos são desconhecidos, como os partos, os bactrianos, os kuchanos, os selêucidas, sassânidas, arianos e usbeques. Assim, o livro abre a perspectiva de conhecermos um mundo novo, para muitos desconhecido, mas com uma riqueza em termos de culturas e valores, que contrasta com nossa ocidentalizada, cujos valores estão centrados na individualidade, no egoísmo e na competição.

Trata também a obra de alguns grandes líderes na história. Retrata suas vidas, de forma breve, realçando os aspectos mais peculiares e importantes, alguns até mesmo sob um enfoque que autores acadêmicos não tratam. A obra nos traz informações sobre líderes mais conhecidos, entre esses Alexandre, Maomé (Mohamad em árabe) e Buda (Sidarta Gautama, em hindu), mas nos fala de outros não muito conhecidos, como Babur, Tarmelão, diversos califas árabes, entre outros.

Unindo duas importantes passagens do livro (árabes, da página 185 e sobre Tarmelão, na 261), um aspecto muito interessante nos chamou a atenção. Ele é conhecido entre os arabistas e os historiadores do Oriente como *o encontro do maior líder guerreiro do mundo com o maior intelectual*. Trata-se do exato momento quando Tarmelão (na verdade Timur Lenk, que vai dar origem aos timuridas) encontra-se com o filósofo, sociólogo e jurista árabe Ibn Khaldun (pág. 276), no final do século XIV, nas portas de Damasco (hoje capital da Síria e antes sede do Califado árabe).

Há diversos registros históricos desse encontro. O que nos fornece o autor, corrobora outros conhecidos. O grande guerreiro mongol, que preza o conhecimento e a cultura, manda chamar, impressionado com a sua fama, o intelectual árabe e com ele mantém profícuo debate. Faz-lhe perguntas e interroga-o sobre temas da época e da história do norte da África, o Magreb árabe, uma especialidade de Khaldun (tunisiano de nascimento). Por esse debate, o líder mongol manda conduzir em segurança Khaldun além das portas de Damasco. Mas há outra versão, talvez mais folclórica, que menciona o convite de Tarmelão para Khaldun trabalhar com ele. Este responde que não era nada sem os seus livros, e deles precisava. Diz que com eles, poderia "assessorar" melhor seu futuro líder. Tais obras estavam no Cairo, onde vivia sua família. Tarmelão autorizou-o a buscar seus livros e Khaldun acabou se livrando assim da prisão e, no Cairo, acabou tornando-se Grão Cadi Malikita (espécie de juiz da suprema corte muçulmana). (2)

Destacamos ainda a transcrição de parte do discurso de Alexandre, à frente de suas tropas, que davam demonstração de descontentamento e

insubordinação. É uma bela peça de oratória, ainda que não se tenha uma confirmação de cem por cento da autenticidade do trecho (página 84-85). Uma passagem da história que nos mostra coragem, bravura, respeito aos subordinados e hábitos e comportamento simples e austeros dos chefes militares, coisas raras nos dias de hoje.

De fato, não se trata de uma obra acadêmica, exclusivamente teórica, cansativa. Pelo contrário, um trabalho que nos traz à luz, em especial para os latino-americanos, elementos de informação de povos e culturas que poucas vezes ouvimos falar.

Traz-nos à luz ensinamentos de beleza, justiça e igualdade, já praticados há mais de 2 mil anos, em absoluto desuso na atualidade. Com palavras simples e com paixão, Miguel Urbano nos revela um mundo do recôndito, um mundo de beleza, de mistério, de sabedoria com o qual não estamos acostumados. Extrair ensinamentos sobre esse passado longínquo,

conviver com a diversidade e nela conquistar a unidade dos povos e países, é uma perspectiva que o livro acena.

Com bem disse Malraux, mencionado pelo autor em seu epílogo, é preciso manter nossos estudos e nossas paixões intelectuais até mesmo como uma obsessão, para que possamos extrair dele o maior proveito.

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho

Notas

(1) *Dicionário de Ciências Sociais*, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987, página 820-821.

(2) Esta passagem é retratada pelo Prof. José Khoury, em sua magistral tradução dos *Prolegômenos*, de Ibn Khaldun, direto do árabe. Editado em São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Filosofia. Volume I, página 553, 1958.

Dialética de muitos esclarecimentos

A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia, Madalena Guasco Peixoto, São Paulo, EDUC, 1999, 302 pp.



Acaba de ser lançada a obra *A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia* da professora e presidente da associação docente da PUC-SP Madalena Guasco Peixoto. O livro é produto de sua tese de doutorado e, desde já, se apresenta como uma elaboração teórica que qualifica ainda mais a militante e um texto militante que assimila, crítica e propõe a ultrapassagem dos principais dilemas teóricos e práticos da sociedade do capital neste final de milênio.

Analisando e sintetizando – no sentido dialético do termo, isto é, como resultado de múltiplas determinações – o mundo contemporâneo e os principais pensadores que elaboraram em torno ou contra a pós-modernidade, como Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Fredric Jameson, David Harvey e Boaventura de Souza Santos, a preocupação da autora é debater o problema da democracia na atualidade.

Se a chamada pós-modernidade se apresenta como fragmentária em oposição à totalização, indeterminada frente à causalidade, caótica diante do processo histórico, mas ao mesmo tempo reconhece a globalização em que a economia mundial se apresenta, é de se perguntar se sua justificativa teórica não é uma atraente armadilha ideológica para a justificativa da ofensiva neoliberal? Ou, no espírito brechtiano, é de se perguntar a quem serve a defesa de uma economia global, ao mesmo tempo que se professa a impossibilidade de uma apreensão globalizante desse mesmo mundo? Sem deixar de reconhecer a crise do marxismo, aprofundada pela crise das experiências socialistas, qualquer análise da realidade econômica, social e política atual não pode ignorar que desde a década de 1970 o capitalismo mundial não consegue manter as taxas de lucro e crescimento do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Os irracionalismos e relativismos indicados pelos pressupostos teóricos da argumentação pós-moderna, na verdade, procuram justificar – e daí a crise do socialismo e a ofensiva neoliberal impulsionam tal aparência – a impossibilidade de qualquer projeto coletivo emancipatório para o futuro.

Pois são estes dilemas e questionamentos do contexto político, social e econômico deste final de século que Madalena Peixoto propõe-se a entender, vinculando-os aos campos cultural, artístico e teórico, portanto resgatando e revigorando a abordagem totalizante. Remar contra a maré dos modismos intelectuais, mas sem deixar de enfrentá-los, torna-se um alento para todos aqueles que acreditam que a história não tem fim, muito menos quando esse fim é a democracia liberal.

A negação da possibilidade científica na teoria do conhecimento, identificada pelos pós-modernos como apenas mais um “jogo de

linguagem” ou um “discurso”, na verdade, constitui-se na mais recente construção de tendências agnósticas e relativistas, que sob o rótulo de inovação teórica, apenas reelaboram teses metafísicas e idealistas do pensamento social dos últimos séculos. Diante da heterogeneidade da condição pós-moderna proposta por Lyotard e do moderno consenso via ação comunicativa de Habermas, os marxistas têm se perguntado se termos abstratos – se esvaziados de conteúdo, como modernidade e pós-modernidade – podem oferecer alternativa para responder ao aprofundamento da exploração capitalista pela qual passamos. Talvez, a resposta comece em se debater e contrapor-se à armadilha que os teóricos pós-modernos querem colocar a todos. Ou seja, não seria percebendo a modernidade como sinônimo de projeto de construção burguesa de mundo e, a pós-modernidade como expressão teórica de crise desse mesmo projeto (daí a ofensiva neoliberal), que estaria a chave para os marxistas iniciarem a crítica radical – própria da riqueza metodológica desse paradigma – dos pressupostos teóricos da retomada liberal e do irracionalismo pós-moderno. Nesse sentido, os marxistas não estão aí para realizar a modernidade ou defender uma pós-modernidade de resistência (até por que resistência no sentido extremo do termo ainda é ação apenas defensiva), mas sim para romper com ambas.

Creio que uma leitura atenta da obra da professora Madalena deixa implícita a reflexão que se desdobra na alternativa colocada acima, a qual repõe as questões contemporâneas em torno das diferenças de classe, do problema do poder e do Estado, tão negligenciadas pelo discurso de neoliberais e pós-modernos. Eis o recurso metodológico totalizante feito pela autora e que desvenda os signos e simulacros da condição pós-moderna. Aqueles são constatados por Lyotard e Baudrillard, mas apenas como ponto de partida das bases reais dos problemas contemporâneos, pois o ponto de chegada resulta nesses pensadores em conclusões abstratas. Nesse caminho, exige-se de todos uma leitura crítica dos meios de comunicação de massa que nos tempos neoliberais têm contribuído para desarticular uma concepção do social centrada na coletividade do mundo do trabalho.

Outro ponto significativo debatido no livro *A condição política na pós-modernidade*, a partir das reflexões de Fredric Jameson e de David Harvey, é a abordagem sobre a condição pós-moderna como expressão teórica do capitalismo tardio, no caso do primeiro, ou como a produção das idéias do capitalismo financeiro flexível, no exemplo do segundo. Ambos fugiriam de outra armadilha construída pelos pós-modernos que negam qualquer possibilidade conceitual. Exemplo disso é o abandono da categoria *modo de produção* no entendimento do capitalismo, cujo objetivo é descontextualizar um sentido para a história. Diríamos ainda mais: que o abandono do conceito de *imperialismo* – reforçado ideologicamente pela tentativa de estabelecer em tese o fim do Estado-nação – contribui para a desconstrução teórica feita pelos pós-modernos com intuito de omitir o predomínio mundial do capital financeiro, que resulta na justificativa deste e na sociedade

de mercado, através de um discurso que propõe a impossibilidade de se entender e conhecer a dinâmica do processo histórico.

Como considera a autora, devemos entender o conjunto de tendências e possibilidades do todo social, o qual também é constituído pelo heterogêneo, pois o fato do processo histórico revelar tendências (mesmo heterogêneas como as identidades étnicas, raciais, de gênero, etc) não retira seu caráter processual e de luta entre as classes sociais. Sua conclusão é esclarecedora mais uma vez: concepções que transformam linguagem, cultura e discurso em negação da realidade tiram a preocupação com qualquer possibilidade teórico-prática de transformação qualitativa da sociedade atual (p. 85). Por isso os referenciais da história como processo nos pressupostos marxistas da totalidade são fundamentais para o entendimento do debate de idéias hoje em curso (p. 102). Mas essa não é só uma questão teórica-acadêmica; é uma questão teórico-prática para todos aqueles que buscam transformar a história. Nessa linha de raciocínio, como afirma a autora, o aumento e a diversificação dos atores sociais não supõem o desaparecimento das classes sociais nem retira o acirramento da luta entre elas, pois os diferentes movimentos sociais possuem suas próprias identidades e dinâmicas, não podendo apenas ser vistos nos limites estritos da luta entre as classes, mas, se colocam em destaque as contradições que o capitalismo engendra, não têm condições, por si só, de buscar a radicalidade de superação da sociedade capitalista (p. 224).

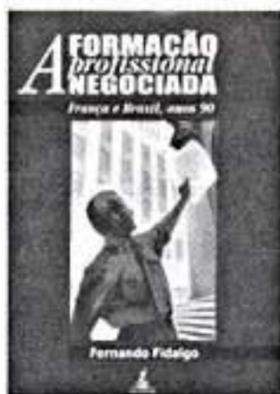
Assim a armadilha pós-moderna está desvendada: em um mundo de diferenças nada pode ser geral, nada pode ser universal, global, apenas o capital e sua forma de acumulação na sua hegemonia pelo espaço e pelo lugar (p. 246). Entre muitos esclarecimentos, a complexa obra aqui resenhada, é recomendada para acadêmicos e militantes como contribuição essencial ao alargamento do debate atual.

Onde fica a democracia, o social e a política? Se há o fim de todas elas é preciso deixar aqui questões não levantadas em *A condição política na pós-modernidade* por Madalena Peixoto, mas que só podem ser sugeridas quando somos instigados por textos como este. A crítica irracionalista pós-moderna ao liberalismo e ao marxismo, argumentando a falência desses, em época de crise da sociedade do capital, não está implícita na retomada mundial de práticas fascistas? Foi muito diferente a crítica nacional-socialista na Europa ou integralista no Brasil na década de 1930 ao liberalismo e ao marxismo em relação a certas proposições pós-modernas? Por quê o capital, para levar adiante o seu projeto neoliberal, se torna cada vez mais antidemocrático? Nunca é demais lembrar o Marx da abertura de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, para o qual os fatos e personagens de grande importância na história do mundo aparecem duas vezes: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. A tragédia já viveu-se nos anos 30. Estaríamos vivendo o período da farsa?

Diorge Konrad

Os impasses da qualificação

A formação profissional negociada – França e Brasil, anos 90. Fernando Fidalgo, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1999, 222 pp. R\$ 25,00



Com a crescente onda de desemprego no Brasil e no mundo, a questão da qualificação profissional tornou-se um tema obrigatório. Incontáveis seminários e uma avalanche de obras têm tratado do assunto na fase recente. Neste sentido, o livro de Fernando Fidalgo surge em excelente oportunidade. Além de atual, apresenta uma leitura crítica, sob a ótica marxista, desta complexa questão, contestando muitos dos mitos em voga. Para isto, utiliza-se de volumosa pesquisa, a partir das experiências em curso na França e no Brasil.

Logo de cara, o livro indica que a ênfase dada ao assunto pelos organismos do capital visa basicamente elevar os níveis de produtividade das empresas e aumentar sua capacidade competitiva. Não há nenhum interesse humanístico, libertador, por parte do patronato e de seus governos. Pelo contrário, as políticas de formação implementadas atualmente levariam “ao aprofundamento das distorções distributivas, ao transferir para o interior dos sistemas formativos a atual lógica da concorrência intercapitalista”. Estariam em sintonia com o processo de mundialização do capital e de divisão internacional do trabalho.

Neste processo, a formação profissional deixa de ser responsabilidade do Estado e passa a situar-se nas relações contratuais individualizadas entre empresa/trabalhador. Ela não visa a qualificação do trabalho, mas unicamente a “competência” individual. “A empresa passa a ser entendida como o lugar privilegiado da produção de competências, enquanto que as instituições escolares se responsabilizariam fundamentalmente pela formação inicial, compreendendo as habilidades básicas e as específicas”, argumenta o autor.

A análise metódica das experiências diferenciadas em curso na França e no Brasil servem para confirmar esta tese central. No caso francês, em função da educação básica ser uma

prioridade do Estado, caberia ao patronato “formar os mais aptos”, compondo uma elite competitiva nas empresas. O livro destrincha cada um dos mecanismos patronais usados com este fim: Capital Tempo de Formação (CTF), Balanço Individual de Competências, Co-investimento e outros. Ele denuncia ainda a brutal transferência de recursos públicos para as políticas formativas sob controle direto das empresas.

Já no Brasil, com o dramático quadro do ensino, a ação empresarial neste campo teria três metas: interferir na gestão das políticas educacionais, até mesmo na definição de currículos; reforçar seus instrumentos próprios e impermeáveis de formação (Sistema S); e via ação direta das empresas nas escolas públicas. O governo, por sua vez, estaria interessado em “forjar um novo trabalhador capaz de adequar-se aos mercados informais e/ou precários de trabalho”. Essa orientação, de cunho neoliberal, é desmascarada no livro, que privilegia o estudo do Planfor (Plano Nacional de Educação Profissional), do Ministério do Trabalho.

Apesar das diferenças, decorrentes da forma de inserção de cada país na divisão mundial do trabalho, ambas as experiências formativas estariam submissas à lógica do mercado. Na França, “favorecendo os integrados, os mais qualificados, em síntese, os trabalhadores com melhores vantagens competitivas em relação ao conjunto da população”. No Brasil, servindo a “finalidade de ajuste dos perfis profissionais dos excluídos, dos menos qualificados, dos que têm menos poder de competição por empregos”.

Para atingir tais objetivos, entretanto, governo e patronato dependeriam do envolvimento passivo dos trabalhadores. Daí o empenho em criar instâncias “paritárias”, atraindo os organismos de representação dos assalariados. No caso brasileiro, essa parceria se dá via administração do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e cria novos desafios para os sindicatos. “Aceitar o jogo da negociação, participando dos conselhos tripartites, implica em assumir o risco (...) de fortalecer ainda mais os processos de exclusão e diferenciação social. Ausentar-se desse processo, entretanto, significa vir a ter poucas possibilidades de influir para que as necessidades sociais sejam contempladas”.

Altamiro Borges

A universidade interrompida

A universidade interrompida – Brasília 1964-1965, Roberto Salmeron, Editora UnB, 1999, 476 páginas.



O livro do físico brasileiro Roberto Salmeron sobre a crise que atingiu a universidade de Brasília no período inicial do regime militar vinha sendo preparado, e era esperado, há algumas décadas. Salmeron reunia todas as credenciais para este empreendimento. Foi um dos principais protagonistas daqueles acontecimentos e adquiriu suficiente distanciamento para narrá-lo como documento histórico. Antes de vir para a UnB ele trabalhava na Europa, no CERN, o grande centro de pesquisas europeu para física de altas energias. Na UnB ele acumulou vários encargos sendo o Coordenador dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia no período do desfecho da crise. Quando saiu da UnB Salmeron voltou para a Europa, de início para o CERN e em seguida para a Escola Politécnica de Paris, onde ainda trabalha, sendo seguramente um dos mais importantes cientistas brasileiros vivos.

O livro documenta “in extenso” as ações do regime militar que tiveram como desfecho – entre os anos de 1964 e 1965 – invasões policiais na universidade, prisão de professores e o afastamento de 79% dos docentes, dos quais 16 foram demitidos e 223 solicitaram demissão face à impossibilidade de continuarem trabalhando num quadro de dignidade e respeito à autonomia universitária. O seu valor não se restringe, contudo, à narração

documentada da crise da UnB. Ele é a um só tempo uma reflexão sobre as vicissitudes que têm marcado a criação e o desenvolvimento das universidades brasileiras e uma consideração sobre a natureza das universidades contemporâneas, esta última apoiada na experiência do próprio autor em universidades e instituições científicas brasileiras e estrangeiras; sendo portanto documento relevante para todos que queiram refletir sobre os impasses contemporâneos das universidades.

A leitura do livro realça a fragilidade da vontade política das elites brasileiras construírem universidades dignas deste nome. Avulta a figura de Anísio Teixeira, criador de duas universidades, ambas vítimas de arbitrariedades das duas ditaduras que infelicitaram a nação neste século: a Universidade do Distrito Federal, fechada pelo Estado Novo, e a Universidade de Brasília. Mesmo na criação desta última Salmeron documenta que o argumento que finalmente levou Juscelino Kubitschek a aceitar a idéia de Lúcio Costa de criar uma universidade na que viria a ser a nova capital federal foi um argumento que mexeu com a vaidade de Juscelino acerca de como seria lembrado após a sua morte. Victor Nunes Leal lembrou ao presidente que Thomas Jefferson pediu que gravassem em seu túmulo as seguintes palavras: “Redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos, foi o autor do projeto de liberdade religiosa em Virgínia e fundou a universidade do mesmo estado”, não querendo que incluíssem entre seus títulos o de Presidente dos Estados Unidos (p. 39). Trágica história a dos países que dependem de embalar o orgulho de seus governantes para a criação de universidades.

Olival Freire Jr.

Uma ferramenta contra o neoliberalismo

Princípios na Universidade Federal de Viçosa/MG

Defender a teoria marxista e lutar pelo socialismo científico nos tempos atuais – em que o capitalismo hegemônico dita regras, impõe valores, forma opiniões e faz crer existir apenas o pensamento único burguês como viável – é tarefa melindrosa que requer atenção especial para pensarmos nosso contra-ataque. A melhor resposta para este desafio é, sem dúvida, o trabalho de formação política e ideológica.

Uma experiência rica está sendo vivida pela União da Juventude Socialista (UJS) em Viçosa. Cidade universitária situada na Zona da Mata mineira e terra natal do ex-presidente Arthur Bernardes, Viçosa conta com aproximadamente seis mil estudantes universitários e uma população próxima aos setenta mil habitantes. É neste cenário que a UJS vem desenvolvendo um trabalho exitoso de debates de formação teórica.

O chamado *Debate da UJS* vem discutindo e estudando todos os textos da revista *Princípios* há cerca de três anos. Mantendo uma regularidade a ferro e fogo, todas as quartas feiras à noite, nos reunimos em uma sala da Universidade

Federal de Viçosa para discutirmos os textos da *Princípios*. Os debates são conduzidos por um professor do departamento de educação da Universidade. Ele seleciona o texto que será estudado na respectiva semana em comum acordo com os participantes e, com a prévia leitura, a matéria é lida novamente em grupo, permitindo assim melhor compreensão e participação efetiva nos debates.

A revista *Princípios* é a ferramenta imprescindível que contribuiu, nestes três anos, para a compreensão e denúncia do neoliberalismo e suas conseqüências catastróficas aos povos; para a análise criteriosa das experiências socialistas; e, também, para aprofundar a análise das conjunturas políticas nacional e internacional. Aproveitando dessa rica fonte de informação que é a revista *Princípios*, estamos conseguindo “remar contra a maré” e mostrar ser possível lutar contra as tendências dominantes no mundo. Prova do sucesso desta experiência é o número crescente de participantes em nossos debates – que chegam a lotar uma sala com capacidade para 80 pessoas, mantêm uma boa freqüência e participam fervorosamente das discussões.

É a revista *Princípios*, com seu caráter independente e fiel ao marxismo, que permite ser possível esta iniciativa em tempos de “unanimidade neoliberal”.

Luciano Rezende Moreira

VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.
De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*
• Domingo *9h às 14h*
Entrada Franca

Visite a home page da Assembleia:
<http://www.alerj.rj.gov.br>

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

(1920-1999)

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão

